



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA,  
D.D. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**

Assunto: Renovação de Outorga

**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 26.169.789/0001-00, com endereço à Rua Padre Vigilato, nº 230, Centro, CEP: 35.330-000, Inhapim, estado de Minas Gerais, vem, tempestivamente, por intermédio de seus advogados subscritos *in fine*<sup>1</sup>, **requerer a juntada do competente requerimento padronizado de Renovação de Outorga anexo**<sup>2</sup>, firmado **pelo próprio representante legal** da entidade, o Sr. **Allan Pedrosa Carvalho**, acompanhado dos documentos pertinentes, em atenção ao artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, objetivando a renovação por novo período, compreendido entre **24.10.2021 a 24.10.2031**, da concessão que lhe foi outorgada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de **Inhapim**, estado de Minas Gerais.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 07 de outubro de 2021.

  
**RODOLFO MACHADO MOURA**  
OAB/DF nº 14.360

  
**LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA**  
OAB/DF nº 46.149

<sup>1</sup> Instrumento de mandato outorgado eletronicamente via plataforma de Cadastro de Acesso ao SEI – CADSEI.

<sup>2</sup> Requerimento padronizado de renovação de outorga, firmado pelo representante legal da **Rádio Clube de Inhapim Ltda.**, o Sr. **Allan Pedrosa Carvalho**, acompanhado dos documentos pertinentes.





MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

## **REQUERIMENTO PADRONIZADO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA FIRMADO PELO REPRESENTANTE LEGAL**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO                   |                    |                                                  |                                                                                                    |
|---------------------------------|--------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Pessoa Jurídica:</b> |                    | Rádio Clube de Inhapim Ltda.                     |                                                                                                    |
| <b>CNPJ:</b>                    | 26.169.789/0001-00 | <b>CEP da sede:</b>                              | 35.330-000                                                                                         |
| <b>Endereço da sede:</b>        |                    | Rua Padre Vigilato, nº 230, Centro, Inhapim – MG |                                                                                                    |
| <b>E-mail de contato:</b>       |                    | contato@mouraeribeiro.adv.br                     |                                                                                                    |
| <b>Serviço a ser renovado:</b>  |                    | (X) Radiodifusão sonora                          | ( ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>(X) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais |
|                                 |                    | ( ) Radiodifusão de sons e imagens               |                                                                                                    |
| <b>Período da renovação:</b>    |                    | 24/10/2021 a 24/10/2031                          |                                                                                                    |
| <b>Localidade da renovação:</b> |                    | Inhapim                                          | <b>UF:</b> MG                                                                                      |

Eu, **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, inscrito no CPF nº: 059.187.736-81, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que/a:

- (a) a Pessoa jurídica não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

1967;

- (c) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (e) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (f) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (g) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (h) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (i) somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- (j) inexistência de parcela superior a 30% (trinta por cento) do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011; e
- (k) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Inhapim – MG, 30 de setembro de 2021.



**ALLAN PEDROSA CARVALHO**  
Assinatura do representante legal







MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELO  
ÓRGÃO DE REGISTRO COMPETENTE,  
ACOMPANHADO DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO  
CONTRATUAL AVERBADA**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                         |                                                                                |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Nome Empresarial: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                         |                                                                                |                                           |
| Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                         |                                                                                |                                           |
| Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE<br>3120319152-3                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | CNPJ<br>26.169.789/0001-00              | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo<br>18/10/1989                         | Data de Início de Atividade<br>03/10/1989 |
| Endereço Completo:<br>RUA PADRE VIGILATO 230 - BAIRRO CENTRO CEP 35330-000 - INHAPIM/MG                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                         |                                                                                |                                           |
| Objeto Social:<br>EXPLORACAO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSAO EM TODAS AS MODALIDADES, INCLUSIVE OS SEUS AUXILIARES E ANCILARES, DESDE QUE DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO PODER CONCEDENTE, ATENDENDO AS FINALIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS, MESMO EM SEUS ASPECTOS INFORMATIVOS E RECREATIVOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 3 DO DECRETO N 52795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963, QUE APROVOU O REGULAMENTO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSAO. |                                         |                                                                                |                                           |
| Capital Social: R\$ 12.000,00<br>DOZE MIL REAIS<br>Capital Integralizado: R\$ 12.000,00<br>DOZE MIL REAIS                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                         | Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte<br>NÃO<br>(Lei Complementar nº123/06) | Prazo de Duração<br>INDETERMINADO         |
| Sócio(s)/Administrador(es)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                         |                                                                                |                                           |
| CPF/NIRE                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Nome                                    | Término Mandato                                                                | Participação                              |
| 059.187.736-81                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | ALLAN PEDROSA CARVALHO                  | xxxxxxx                                                                        | R\$ 10.000,00                             |
| 605.081.836-34                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | ELISEU DE SOUZA SILVA                   | xxxxxxx                                                                        | R\$ 2.000,00                              |
| Status: XXXXXXXX                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                         | Situação: ATIVA                                                                |                                           |
| Último Arquivamento: 27/03/2020                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                         | Número: 7785206                                                                |                                           |
| Ato                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | 002 - ALTERACAO                         |                                                                                |                                           |
| Evento(s)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO |                                                                                |                                           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR   |                                                                                |                                           |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | 2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR     |                                                                                |                                           |
| NADA MAIS#                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                         |                                                                                |                                           |

Belo Horizonte, 30 de Setembro de 2021 22:21

MARINELY DE PAULA BOMPIM  
SECRETÁRIA GERAL


Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210002452852 e visualize a certidão)



21/709.384-1




|                                                                                                                                                                                                                                                          |  |                             |                                                |  |  |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------|------------------------------------------------|--|--|
|  Ministério da Economia<br>Secretaria de Governo Digital<br>Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração<br>Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais |  |                             | Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)       |  |  |
| NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)                                                                                                                                                                                                  |  | Código da Natureza Jurídica | Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio |  |  |
| 31203191523                                                                                                                                                                                                                                              |  | 2062                        |                                                |  |  |

**1 - REQUERIMENTO**

**ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais**

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº FCN/REMP  
  
 MGN2014103631

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO        |
|------------|---------------|------------------|------|----------------------------------|
| 1          | 002           |                  |      | ALTERACAO                        |
|            |               | 2003             | 1    | ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR |
|            |               | 2005             | 1    | SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR     |
|            |               |                  |      |                                  |
|            |               |                  |      |                                  |

INHAPIM  
Local

26 Março 2020  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
 ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ SIM  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Data                      Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

|                                                                                                                                                                                                                       |              |              |                        |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|--------------|------------------------|----------------------|
| <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)<br><input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.<br><input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. | 2ª Exigência | 3ª Exigência | 4ª Exigência           | 5ª Exigência         |
|                                                                                                                                                                                                                       | □            | □            | □                      | □                    |
|                                                                                                                                                                                                                       |              |              | ____/____/____<br>Data | _____<br>Responsável |

**DECISÃO COLEGIADA**

|                                                                                                                                                                                                                       |                           |                |                |                |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------|----------------|----------------|----------------|
| <input type="checkbox"/> Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)<br><input type="checkbox"/> Processo deferido. Publique-se e archive-se.<br><input type="checkbox"/> Processo indeferido. Publique-se. | 2ª Exigência              | 3ª Exigência   | 4ª Exigência   | 5ª Exigência   |
|                                                                                                                                                                                                                       | □                         | □              | □              | □              |
|                                                                                                                                                                                                                       | ____/____/____<br>Data    | _____<br>Vogal | _____<br>Vogal | _____<br>Vogal |
|                                                                                                                                                                                                                       | Presidente da _____ Turma |                |                |                |

**OBSERVAÇÕES**




# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 20/151.816-3              | MGN2014103631                        | 26/03/2020 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                        |
|----------------------------------|------------------------|
| CPF                              | Nome                   |
| 059.187.736-81                   | ALLAN PEDROSA CARVALHO |







**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**CELSO GONÇALVES DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, sacerdote, nascido aos 10/07/1978, natural da cidade de Manhuaçu /MG, filho de Joaquim Henrique de Souza e Reny Gonçalves de Souza, residente e domiciliado à Rua Padre Vigilato n.º 211, centro na cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade sob o n.º MG -10.490.370 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e do CPF sob o n.º **037.000.906-17**.

**ELISEU DE SOUZA SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão Universal de bens, empresário, nascido aos 25/02/1969, natural da cidade de Inhapim/MG, filho de Sebastião Rufino da Silva e Lourdes de Souza Lucas Silva, residente e domiciliado, à Rua Agnaldo de Souza Quintela, n.º 970, bairro Moreira, nesta cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade sob o n.º M-4.191.066, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e do CPF sob o n.º **605.081.836-34**.

Únicos componentes da Sociedade empresária cuja Denominação social é "**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**", cujo contrato social encontra-se registrado e arquivado na JUCMEG sob o n.º 312.0319152-3, em 18/10/1989, 1ª alteração contratual sob o n.º 940174, em 09/01/1990, 2ª alteração contratual sob o n.º 2406811, em 31/03/2000 e 3ª alteração contratual sob o n.º 6343607 em 25/10/2017 inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **26.169.789/0001-00**, resolvem de pleno e comum acordo, alterar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto.

#### **I - ADMISSÃO DE SÓCIOS**

Admitem a sociedade os sócios **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, brasileiro, solteiro, sacerdote, nascido aos 31/01/1983, natural da cidade de São Francisco da Glória /MG, filho de Paulo Edson Bissiatti Carvalho e Wanda da Silva Pedrosa, residente e domiciliado à Rua Camélia n.º 53, bairro das Flores, na cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade sob o n.º MG -12.036.222 expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e do CPF sob o n.º **059.187.736-81**.

#### **II - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

O Sócio **CELSO GONÇALVES DE SOUZA**, cede e transfere 1000 (quotas) no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma ao sócio já qualificado **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, declarando-se pago e satisfeito, para nada mais reclamar a que título for, dando como de fato dá, plena, geral e rasa quitação da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

#### **III - ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES**

Continua fls. 02...

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com





**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**Continuação fls. 01...**

A administração da sociedade passa ser exercida pelo sócio **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, com poderes e atribuições de assinar todos os documentos junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ficando autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

#### **IV - CONSILIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Tendo em vista as modificações procedidas nos atos constitutivos da sociedade, por meio deste instrumento, bem como, nos atos que a este procedem, os sócios resolvem consolidá-lo, para maior facilidade de consultas e compreensão reproduzindo-o da seguinte forma:

### **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

#### **I - DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade empresária gira sob a Denominação Social de **"RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA"**, sendo regida de conformidade com a Lei n.º 10.406/2002.

#### **II - SEDE**

A sociedade possui sede e foro na Rua Padre Vigilato, nº 230, centro nesta cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais.

#### **III - FILIAIS**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e fechar filial ou outra dependência mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**Continua fls. 03....**

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



MARCO A. PEREIRA - ME

#### 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

Continuação fls. 02...

#### IV - OBJETO SOCIAL

Constitui objeto da sociedade é exploração dos serviços de radiodifusão em todas as modalidades, inclusive os seus auxiliares e ancilares, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, atendendo as finalidades educativas e culturais, mesmo em seus aspectos informativos e recreativos, nos termos do artigo 3º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

#### V - INÍCIO DE ATIVIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO

A Sociedade iniciou suas atividades em 18 de outubro de 1989 e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado, extinguindo-se por vontade unânime dos sócios e nos casos previstos em Lei, tendo como nome de fantasia "RÁDIO CLUBE DE INHAPIM".

#### VI - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que continua fixado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) dividido em 1.200 (mil e duzentas) quotas iguais de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, já integralizadas anteriormente pelos sócios, passa a ter a seguinte composição:

|                        |              |               |
|------------------------|--------------|---------------|
| ALLAN PEDROSA CARVALHO | 1.000 QUOTAS | R\$ 10.000,00 |
| ELISEU DE SOUZA SILVA  | 200 QUOTAS   | R\$ 2.000,00  |
| TOTAL                  | 1.200 QUOTAS | R\$ 12.000,00 |

#### VII - RESPONSABILIDADE

I – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 do Novo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002.

II – Conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o artigo 997, VIII, do Novo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002, os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.

#### VIII - ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Continua fls. 04...

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com





**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**Continuação fls. 03...**

A administração da sociedade passa ser exercida pelo sócio **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, com poderes e atribuições de assinar todos os documentos junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ficando autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

#### **IX - DA RETIRADA PRÓ-LABORE**

Pelo exercício da administração, o administrador, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

#### **X - RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO**

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará conta justificada de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Parágrafo Primeiro** – Os lucros ou prejuízos apurados serão repartidos ou suportados pelos sócios em proporção do seu capital social.

#### **XI - CESSÃO DE QUOTAS**

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento do outro sócio, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência para o sócio que queira, adquiri-las.

**Parágrafo Único** – O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias, à sua intenção de não mais continuar na Sociedade.

#### **XII - FALECIMENTO DE SÓCIO**

O falecimento, falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da Sociedade, que continuará com seus sócios remanescentes.

**Parágrafo Primeiro** – Ocorrendo o falecimento ou impedimento legal de qualquer dos sócios, caberá aos

**Continua fls.05....**

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 6/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**Continuação fls. 04...**

Sócios remanescentes, juntamente com um dos herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento do Balanço patrimonial, fixativo dos haveres de cada uma das partes. Na proporção das quotas sociais.

**Parágrafo Segundo** – O Balanço Patrimonial será levantado com a data do último dia do mês anterior ao evento.

#### **XIV - CASOS OMISSOS**

De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), observar-se-ão na omissão do diploma legal no minado e deste contrato, as normas da Sociedade Simples e, facultativamente as disposições contidas na Lei da Sociedade Anônima, aplicável supletivamente à Sociedade Limitada.

#### **XV - DESIMPEDIMENTO**

Os sócios e o administrador declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acha incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

#### **XVI - FORO**

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a Sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da cidade Inhapim, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, que será assinado digitalmente pelos sócios, **CELSON GONÇALVES DE SOUZA, ELISEU DE SOUZA SILVA e ALLAN PEDROSA CARVALHO**, sendo arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Inhapim, MG, 09 de março de 2020.

**CELSON GONÇALVES DE SOUZA**

**ELISEU DE SOUZA SILVA**

**ALLAN PEDROSA CARVALHO**

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 7/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 20/151.816-3              | MGN2014103631                        | 26/03/2020 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                           |
|----------------------------------|---------------------------|
| CPF                              | Nome                      |
| 059.187.736-81                   | ALLAN PEDROSA CARVALHO    |
| 037.000.906-17                   | CELSON GONCALVES DE SOUZA |
| 605.081.836-34                   | ELISEU DE SOUZA SILVA     |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, de NIRE 3120319152-3 e protocolado sob o número 20/151.816-3 em 26/03/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7785206, em 27/03/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

| Assinante(s)   |                        |
|----------------|------------------------|
| CPF            | Nome                   |
| 059.187.736-81 | ALLAN PEDROSA CARVALHO |

### Documento Principal

| Assinante(s)   |                           |
|----------------|---------------------------|
| CPF            | Nome                      |
| 605.081.836-34 | ELISEU DE SOUZA SILVA     |
| 059.187.736-81 | ALLAN PEDROSA CARVALHO    |
| 037.000.906-17 | CELSON GONCALVES DE SOUZA |

Belo Horizonte, sexta-feira, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Dias Mauler Bento, Servidor(a) Público(a), em 27/03/2020, às 09:57 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 20/151.816-3.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) |                          |
|----------------------------------|--------------------------|
| CPF                              | Nome                     |
| 873.638.956-00                   | MARINELY DE PAULA BOMFIM |



Belo Horizonte. sexta-feira, 27 de março de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada e assinada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETARIA GERAL





MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

## **PROVAS DE CONDIÇÃO BRASILEIROS NATOS DE TODOS OS MEMBROS**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

## **CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                            |                                                     |                                       |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>26.169.789/0001-00</b><br>MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>18/10/1989</b> |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|

|                                                        |
|--------------------------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</b> |
|--------------------------------------------------------|

|                                                       |                    |
|-------------------------------------------------------|--------------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>***** | PORTE<br><b>ME</b> |
|-------------------------------------------------------|--------------------|

|                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>Não informada</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|

|                                       |                      |                      |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| LOGRADOURO<br><b>R PADRE VIGILATO</b> | NÚMERO<br><b>230</b> | COMPLEMENTO<br>***** |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|

|                          |                                  |                             |                 |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| CEP<br><b>35.330-000</b> | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b> | MUNICÍPIO<br><b>INHAPIM</b> | UF<br><b>MG</b> |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|

|                                                         |                                                   |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br><b>RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM</b> | TELEFONE<br><b>(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393</b> |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|

|                                            |
|--------------------------------------------|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>***** |
|--------------------------------------------|

|                                    |                                                 |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b> | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>06/03/2004</b> |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|

|                              |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

|                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>***** |
|----------------------------|------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/09/2021** às **09:15:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

INHAPIM

### CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.  
CNPJ: 26.169.789/0001-00

#### Observações:

- Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 30 de Setembro de 2021 às 09:23

INHAPIM, 30 de Setembro de 2021 às 09:23

**Código de Autenticação:** 2109-3009-2332-0480-5253

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer rasura ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**  
**CNPJ: 26.169.789/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 09:20:16 do dia 30/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/03/2022.

Código de controle da certidão: **8DD7.AA10.5FB0.9A9B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:  
30/09/2021CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
29/12/2021

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003067058.00-58

CNPJ/CPF: 26.169.789/0001-00

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA PADRE VIGILATO

NÚMERO: 230

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 35330000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: INHAPIM

UF: MG

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários => certificar documentos**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000495333971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM**

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS**

Emitida em: 30 de Setembro de 2021

VALIDADE: 29/03/2022

Contribuinte: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

Endereço: Rua PADRE VIGILATO, 230 - CENTRO - INHAPIM - MG - CEP 35.330-000


Inscrição:

CNPJ/CPF: 26.169.789/0001-00

Ressalvado à Fazenda Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após o fornecimento desta, conforme estabelece o Código Tributário do Município de INHAPIM, certifico que, em nome do requerente NÃO existe débito em aberto até a presente data.

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará o presente documento.

Informações complementares:

  
Parley Henrique da Cunha  
Sec. Munic. de Fazenda - Inhapim  
Diretor - Matrícula 3248

RESPONSÁVEL PELO SETOR  
Setor de Tributos

Praça Alaíde Quintela Soares, 115 - Centro - CEP. 35300-000 - INHAPIM - MG - Telefone: 33 3315-1511



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 26.169.789/0001-00

**Razão Social:** RADIO CLUBE INHAPIM LTDA

**Endereço:** PCA LINDOLFO VIEIRA BARBOSA 7 / CENTRO / INHAPIM / MG / 35330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/10/2021 a 05/11/2021

**Certificação Número:** 2021100714153293104332

Informação obtida em 07/10/2021 14:15:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:

**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certidão nº: 29919956/2021

Expedição: 30/09/2021, às 09:19:49

Validade: 28/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.169.789/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

**CNPJ:** 26.169.789/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:24:00 do dia 30/09/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/10/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

## **LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO EXPEDIDA PELA ANATEL (STATUS C4)**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



|                                                         |                                                         |            |                                     |                                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br><b>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</b> |                                                         |            |                                     | CNPJ<br><b>26169789000100</b>        |
| Nº DA ESTAÇÃO<br><b>322399246</b>                       | SERVIÇO<br><b>205 Radiodifusão Sonora em Onda Média</b> | NAT. SERV. | LATITUDE<br><b>19° 33' 18.04" S</b> | LONGITUDE<br><b>42° 07' 34.43" W</b> |

|                                                                                           |  |                             |  |                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------|--|-----------------|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br><b>Rua Amílcar de Oliveira Silva, nº S/N.</b> |  | DISTRITO<br><b>*****</b>    |  |                 |
| BAIRRO<br><b>Esperança</b>                                                                |  | MUNICÍPIO<br><b>Inhapim</b> |  | UF<br><b>MG</b> |

## LOCALIDADE PLANO BASICO:

|                             |                           |                            |            |
|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|------------|
| MUNICÍPIO:                  | Inhapim                   | UF:                        | MG         |
| LOCALIDADE:                 | *****                     |                            |            |
| FREQUENCIA:                 | 890 KHz                   | CANAL:                     | *****      |
| CLASSE:                     | B                         | COTA BASE DA TORRE:        | 569.2      |
| INDICATIVO DA ESTAÇÃO:      | ZYL370                    |                            |            |
| NOME FANTASIA:              | *****                     | NUMPROCESSO:               | *****      |
| CIDADE DA OUTORGA:          | Inhapim                   |                            |            |
| FREQUENCIA:                 | 890 KHz                   | CLASSE:                    | B          |
| POTÊNCIA DIURNA:            | 5                         | POTÊNCIA NOTURNA:          | 0.25       |
| ESTUDIO PRINCIPAL           |                           |                            |            |
| ENDEREÇO:                   | Rua Padre Vigilato        | BAIRRO:                    | Centro     |
| MUNICÍPIO:                  | Inhapim                   | UF:                        | MG         |
| NUMERO:                     | 230                       | COMPLEMENTO:               | *****      |
| ESTUDIO AUXILIAR            |                           |                            |            |
| ENDEREÇO:                   | *****                     | BAIRRO:                    | *****      |
| MUNICÍPIO:                  | *****                     | UF:                        | *****      |
| NUMERO:                     | *****                     | COMPLEMENTO:               | *****      |
| CATEGORIA DA ESTAÇÃO:       | Principal                 |                            |            |
| TIPO:                       | Omnidirecional            |                            |            |
| TRANSMISSOR PRINCIPAL       |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | Digicast Eletrônica Ltda. | MODELO:                    | AM5000     |
| CÓDIGO:                     | 010930502299              | POTÊNCIA:                  | 5.0 kW     |
| TRANSMISSOR AUXILIAR        |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | *****      |
| CÓDIGO:                     | *****                     | POTÊNCIA:                  | ***** kW   |
| TRANSMISSOR AUXILIAR 2      |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | *****      |
| CÓDIGO:                     | *****                     | POTÊNCIA:                  | ***** kW   |
| SISTEMA IRRADIANTE:         |                           |                            |            |
| NÚMERO DE TORRES:           | 1                         | NÚMERO DE RADIAIS:         | 120        |
| COMPRIMENTO DE RADIAIS:     | 42.10 m                   | ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS: | 3.00 graus |
| COTA BASE DA TORRE:         | 569.2                     | ALTURA DA TORRE:           | 125 m      |
| LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR  |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | *****      |
| LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | LCF-1/2    |

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 07/10/2021 17:46:34



Emitido Em  
07/07/2020  
Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIwNWYwNDExZjA4MzFiNg==>  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>






ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

| UF: MG                      | Município: Inhapim |              |            |
|-----------------------------|--------------------|--------------|------------|
| Entidade                    | Município          | Data Outorga | Validade   |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | Inhapim            | 24/10/1991   | 24/10/2001 |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | Inhapim            | 24/10/1991   |            |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **23/11/2021** Hora: **15:14:35**

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg]  Tela Inicial  Imprimir  Exportar Excel

Id solicitação: 57dbac62c1b27

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                                                       |                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                                    |                                                         |
| <b>Nome Fantasia:</b>                                                                                                                   |                                                         |
| <b>Telefone:</b> ()                                                                                                                     | <b>E-mail:</b>                                          |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                                                                                                         | <b>Número do Fistel:</b> 04030422837                    |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                                                        | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                              |
| <b>Data do contrato:</b> 24/10/1991                                                                                                     | <b>Serviço:</b> 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                                                | <b>Local específico:</b>                                |
| <b>Rede:</b>                                                                                                                            | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                  |
| <b>Observações:</b> SG27/88, SNC72/90; MC892/93, RESOLUCAO ANATEL 117/99. Atualização de coordenadas em 30/04/2013 (Resolução 571/2011) |                                                         |

| Endereço Sede                                    |                     |                      |
|--------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PRACA LINDOLFO BARBOSA VIEIRA | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                            | <b>Numero:</b> 40   |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço Correspondência              |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA PADRE VIGILATO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                 | <b>Numero:</b> 211  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>            | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                            |                   |                                                  |
|---------------------|----------------------------|-------------------|--------------------------------------------------|
| <b>Canal:</b>       | <b>Frequência:</b> 890 KHz | <b>Classe:</b> B  | <b>ERP Máxima:</b> ERP dia: *** ERP noite: ***kW |
| <b>Altura:</b> m    | <b>Pareamento:</b>         | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 2                                   |

## Informações da Estação

| Informações Gerais |
|--------------------|
|--------------------|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nov 23, 2021

|                                       |  |  |  |                                         |  |  |  |
|---------------------------------------|--|--|--|-----------------------------------------|--|--|--|
| Número da Estação: 322399246          |  |  |  | Número Indicativo: ZYL370               |  |  |  |
| Data Último Licenciamento: 07/07/2020 |  |  |  | Número da Licença: 53500.024043/2020-68 |  |  |  |

|                                 |  |  |  |                               |  |  |  |
|---------------------------------|--|--|--|-------------------------------|--|--|--|
| Sistema de Terra                |  |  |  |                               |  |  |  |
| Número de Torres: 1             |  |  |  | Número de Radiais: 120        |  |  |  |
| Altura da Torre: 125            |  |  |  | Comprimento de Radiais: 42.10 |  |  |  |
| Espaçamento entre radiais: 3.00 |  |  |  | Condutividade: 3              |  |  |  |

|                    |  |  |  |         |  |  |  |
|--------------------|--|--|--|---------|--|--|--|
| Carga Topo         |  |  |  |         |  |  |  |
| Figura geométrica: |  |  |  |         |  |  |  |
| Dimensão:          |  |  |  | Altura: |  |  |  |

|                                   |  |  |  |  |  |  |  |
|-----------------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Campo Característico              |  |  |  |  |  |  |  |
| Campo Característico: 295.00 mV/m |  |  |  |  |  |  |  |

|                       |  |                       |  |                       |  |  |  |
|-----------------------|--|-----------------------|--|-----------------------|--|--|--|
| Estação Principal     |  |                       |  |                       |  |  |  |
| Localização           |  |                       |  |                       |  |  |  |
| Latitude: 19°33'18" S |  | Longitude: 42°7'34" W |  | Cota da base: 569.2 m |  |  |  |

|                                       |  |  |  |                              |  |  |  |
|---------------------------------------|--|--|--|------------------------------|--|--|--|
| Transmissor Principal                 |  |  |  |                              |  |  |  |
| Código Equipamento: 010930502299      |  |  |  | Modelo: AM5000               |  |  |  |
| Fabricante: Digicast Eletrônica Ltda. |  |  |  | Potência de Operação: 5.0 kW |  |  |  |

|                                |  |                         |  |                                                    |  |                        |  |
|--------------------------------|--|-------------------------|--|----------------------------------------------------|--|------------------------|--|
| Linha de Transmissão Principal |  |                         |  |                                                    |  |                        |  |
| Modelo: LCF-1/2                |  |                         |  | Fabricante: KMP - Cabos Especiais e Sistemas Ltda. |  |                        |  |
| Comprimento da Linha: 55 m     |  | Atenuação: 0.22 dB/100m |  | Perdas Acessórias: 0.5 dB                          |  | Impedância: 50.00 ohms |  |

|                      |  |  |  |                                    |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|
| Estação Auxiliar     |  |  |  |                                    |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar |  |  |  |                                    |  |  |  |
| Código Equipamento:  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |
| Fabricante:          |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |

|                        |  |  |  |                                    |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |                                    |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |

|                                     |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 9999                                | 99129         | Decreto        | MC    | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga      | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |            |                    |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 9999                                            | 308           | Portaria       | MC    | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Aprovação de Local | Técnico  |

|                                  |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Órgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |



| Horário de funcionamento |
|--------------------------|
|                          |







Entidade

Administrativo

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

## Estação

Número da Estação

322399246

Indicativo da Estação

ZYL370

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

01/01/1992

Data Último Licenciamento

07/07/2020

Número da Licença

53500.024043/2020-68

## Informações do Contrato

| Número Processo | Número Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do documento | Data DOU |
|-----------------|------------------|----------------|-------|-------------------|----------|
|                 |                  | ▼              | ▼     |                   |          |

## Informações do documento de Aprovação de Locais

| Número Processo | Número Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do documento | Data DOU   |
|-----------------|------------------|----------------|-------|-------------------|------------|
| 9999            | 308              | Portaria ▼     | MC ▼  | 22/05/2007        | 06/07/2007 |

## Histórico de Documentos Emitidos

| Número Processo | Número Documento | Tipo Documento        | Orgão | Data do documento | Data DOU   | Razão  |
|-----------------|------------------|-----------------------|-------|-------------------|------------|--------|
| 9999            | 174              | Decreto Legislativo ▼ | CN ▼  | 05/09/1991        | 06/09/1991 | Delibe |





| Processo        | Processo | Portaria   | Processo | Processo   | Processo   | Processo |
|-----------------|----------|------------|----------|------------|------------|----------|
| 53500.065523/20 | 10551    | Ato ▼      | ORLE ▼   | 21/07/2017 | 21/08/2017 | Autori   |
| 53500.020838/20 | 99       | Despacho ▼ | ER04 ▼   | 19/05/2020 |            | Autori   |

[← Fechar](#)



Canais

Solicitações

Canais Excluídos

Todos



+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros | ◀ 1 - 50 ▶ | 50 | ↺ Atualizar | ⚑ Filtrar | 💾 Salvar Filtro/Ordenação

| Ação                 | Status ↕                 | CNPJ ↕         | Entidade ↕                  | NumFistel ↕          | Canal ↕              | Frequência ↕         |
|----------------------|--------------------------|----------------|-----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
|                      | <input type="text"/>     | 26169789000100 | <input type="text"/>        | <input type="text"/> | <input type="text"/> | <input type="text"/> |
| Imprimir Licença ▼ ▶ | (AM-C4) Canal Licenciado | 26169789000100 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 04030422837          |                      | 890                  |





### Error



Autorização de uso de radiofrequência vencida, favor entrar em contato com a Anatel.

✕ Fechar



## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b>    |                | CNPJ                        |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
|-----------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-----------|
| <b>CNPJ:</b>                |                | 26.169.789/0001-00          |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA |                |                             |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
| NOME                        | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                 | CNPJ               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO      | 059.187.736-81 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | OM       | Regional | MG | Inhapim   |
|                             |                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |
| ELISEU DE SOUZA SILVA       | 605.081.836-34 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 200        | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **23/11/2021**Hora: **15:21:37**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOA TARDE  
Renata Vieira MachadoSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO &gt;&gt;&gt; Consultas Gerais &gt;&gt;&gt; Consolidado Participação e Composição

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:      |                | CPF                         |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
|------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-----------|
| CPF:                   |                | 059.187.736-81              |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
| NOME                   | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                 | CNPJ               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO | 059.187.736-81 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | OM       | Regional | MG | Inhapim   |
|                        |                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 23/11/2021

Hora: 15:22:59



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOA TARDE  
Renata Vieira MachadoSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO &gt;&gt;&gt; Consultas Gerais &gt;&gt;&gt; Consolidado Participação e Composição

internet

tela

menu ajuda

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:     |                                | CPF                         |                                    |       |            |          |          |          |          |    |           |
|-----------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-----------|
| CPF:                  |                                | 605.081.836-34              |                                    |       |            |          |          |          |          |    |           |
| NOME                  | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio | 200        | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |

Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado

Data: 23/11/2021

Hora: 15:23:54



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**CNPJ:** **26.169.789/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:24:38 do dia 23/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                            |                        |
|----------------------------|------------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b>   | Nome Sócio/Diretor     |
| <b>Nome Sócio/Diretor:</b> | RÁDIO CLUBE DE INHAPIM |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **26/11/2021**

Hora: **09:42:33**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**Data de Envio:**

23/11/2021 16:49:32

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Inhapim / MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 18085/2021/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº: 53115.029231/2021-15**

**INTERESSADO: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (FISTEX 4030422837), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Inhapim / MG, referente ao seguinte período: 24/10/2012 a 24/10/2031.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. De início, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)**

4. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Inhapim/MG, encontra-se com o status "TV-C4 - Canal Licenciado" porém, no mesmo Sistema ora analisado, consta a seguinte informação: "Autorização de uso de radiofrequência vencida". Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação perante a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que regularize a situação do licenciamento da estação perante a ANATEL, para que seja dado prosseguimento à análise do pedido de renovação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 26/11/2021, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8608331** e o código CRC **F7A75380**.

---

## Minutas e Anexos

Não Possui.

---

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

SEI nº 8608331

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 25007/2021/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ Nº 26.169.789/0001-00)**  
Rua Padre Vigilato, nº 230, Centro  
35.330-000 Inhapim/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.029231/2021-15.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 18085/2021/SEI-MCOM, para ciência e adoção das providências cabíveis.
2. **Em caso de resposta ao presente Ofício, deverá ser mencionado o número do Processo em referência, condição para que a petição seja analisada.**

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8608552** e o código CRC **09B582E5**.

**Anexos:**

- Nota Técnica n.º 18085/2021/SEI-MCOM

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 25007/2021/MCOM - Processo nº 53115.029231/2021-15 - Nº SEI: 8608552



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**Data de Envio:**

26/11/2021 14:59:53

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corr@mc.com.gov.br>

**Para:**

RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM

rubenscosta21@hotmail.com

contato@mouraeribeiro.adv.br

lucas@mouraeribeiro.adv.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.029231/2021-15

INTERESSADA: - RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Radiodifusão

Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_8608552.html

Nota\_Tecnica\_8608331.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação**

cgfm &lt;cgfm@mcom.gov.br&gt;

Seg, 29/11/2021 10:19

Para: corrc &lt;corrc@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Inhapim / MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 23 de novembro de 2021 16:49**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Inhapim / MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**CNPJ:** **26.169.789/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:23:07 do dia 10/01/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/02/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:           |                | CNPJ                        |                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CNPJ:                       |                | 26.169.789/0001-00          |                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA |                |                             |                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                        | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                 | CNPJ               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO      | 059.187.736-81 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                             |                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |
| ELISEU DE SOUZA SILVA       | 605.081.836-34 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:13:57**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:      |                       | CPF                         |                           |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF:                   |                       | 059.187.736-81              |                           |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                   | CNPJ/CPF              | ENTIDADE MC                 | CNPJ                      | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO | <u>059.187.736-81</u> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <u>26.169.789/0001-00</u> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                        |                       | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <u>26.169.789/0001-00</u> | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:14:05**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:     |                                | CPF                         |                                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF:                  |                                | 605.081.836-34              |                                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                  | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:14:18**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b> | CNPJ               |
| <b>CNPJ:</b>             | 26.169.789/0001-00 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:15:02**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:**           **Radio Clube de Inhapim Ltda**

**CNPJ:**           **26.169.789/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:15:38 do dia 15/03/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/04/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

| UF: MG                                                                               |           | Município: Inhapim                                                  |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------|------------|
| Entidade                                                                             | Município | Data Outorga                                                        | Validade   |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                          | Inhapim   | 24/10/1991                                                          | 24/10/2001 |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                          | Inhapim   | 24/10/1991                                                          |            |
| Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado      Data: 23/11/2021      Hora: 15:14:35 |           |                                                                     |            |
| Registro 1 até 2 de 2 registros                                                      |           | Página: [1]    [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |            |
| Tela Inicial    Imprimir    Exportar Excel                                           |           |                                                                     |            |







Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

|                                                                                                                                      |           |                                                                  |          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|------------------------------------------------------------------|----------|
| UF:                                                                                                                                  | MG        | Município:                                                       | Inhapim  |
| Entidade                                                                                                                             | Município | Data Outorga                                                     | Validade |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                                                          | Inhapim   |                                                                  |          |
| Usuário: <a href="#">carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira</a> Data: <a href="#">15/03/2023</a> Hora: <a href="#">22:16:38</a> |           |                                                                  |          |
| Registro <b>1</b> até <b>1</b> de <b>1</b> registros                                                                                 |           | Página: [1] [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |          |
| Tela Inicial                                                                                                                         | Imprimir  | Exportar Excel                                                   |          |

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

| 1 total de registros |                          | 1 - 50         | 50                          | Atualizar   | Filtrar |            |         |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |               |                                                       |
|----------------------|--------------------------|----------------|-----------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|---------|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|---------------|-------------------------------------------------------|
| Ações                | Status                   | CNPJ           | Entidade                    | NumFistel   | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude        | ERP     | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data                | ID Estação Principal | ID do Canal   | Observações                                           |
|                      |                          | 261697890001   |                             |             |         | (Todos)    |         |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |               |                                                       |
| Ver Estações         | FM-C4 (Canal Licenciado) | 26169789000100 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 50440675120 | P       | Comercial  | FM      | 230         | MG | Inhapim   |                  | 253   |     | 98.5       | A4     | Principal            | 19° 33' 18.04" S | 42° 07' 34.43" W | 13.1344 | 52  |                 | 1    | 2023-02-27 10:08:14 |                      | 5d669cafc1b36 | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |

Id solicitação: 5d669cafc1b36

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                    |                                                                  |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b>                                |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (34) 00000                          | <b>E-mail:</b> radioclube890@hotmail.com                         |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                      | <b>Número do Fistel:</b> 50440675120                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                     | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b>                             | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                             | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                         | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/12/2031                           |                                                                  |
| <b>Observações:</b>                                  |                                                                  |

| Endereço Sede                         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço Correspondência |                     |             |
|--------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>       | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>           | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>        | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>            | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 253   | <b>Frequência:</b> 98.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 13.1344kW |
| <b>HCI:</b> 52 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1               |

## Informações da Estação



23/22/03/14 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

| Informações Gerais                    |                                         |
|---------------------------------------|-----------------------------------------|
| Número da Estação: 1014246587         | Número Indicativo: ZYE352               |
| Data Último Licenciamento: 20/09/2022 | Número da Licença: 53500.290285/2022-18 |

| Estação Principal          |                             |                       |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Localização                |                             |                       |
| Latitude: 19° 33' 18.04" S | Longitude: 42° 07' 34.43" W | Cota da base: 569.2 m |

| Transmissor Principal                                 |                              |
|-------------------------------------------------------|------------------------------|
| Código Equipamento: 002480300528                      | Modelo: SP 5000 ágil         |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | Potência de Operação: 5.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal |                                           |                           |                       |
|--------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Modelo: LCF158-50JA            | Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems |                           |                       |
| Comprimento da Linha: 56 m     | Atenuação: 0.635 dB/100m                  | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.0 ohms |

| Antena Principal  |                                   |                      |                       |           |                      |
|-------------------|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Modelo: INV-30-06 | Fabricante: Inovator Antenas Ltda |                      |                       |           |                      |
| Ganho: 5.05 dBd   | Beam-Tilt: 4° °                   | Orientação NV: 170 ° | Polarização: Vertical | HCI: 52 m | ERP Máxima: 13.13 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 8.51             | 5°: 8.51   | 10°: 8.34  | 15°: 8.34  | 20°: 8.17  | 25°: 8.01  | 30°: 7.85  | 35°: 7.69  | 40°: 7.53  | 45°: 7.23  | 50°: 6.93  | 55°: 6.65  |
| 60°: 6.51            | 65°: 6.24  | 70°: 5.97  | 75°: 5.84  | 80°: 5.59  | 85°: 5.35  | 90°: 5.11  | 95°: 4.88  | 100°: 4.65 | 105°: 4.43 | 110°: 4.11 | 115°: 3.91 |
| 120°: 3.7            | 125°: 3.51 | 130°: 3.41 | 135°: 3.22 | 140°: 3.03 | 145°: 2.85 | 150°: 2.76 | 155°: 2.67 | 160°: 2.58 | 165°: 2.58 | 170°: 2.49 | 175°: 2.58 |
| 180°: 2.67           | 185°: 2.76 | 190°: 2.85 | 195°: 2.94 | 200°: 3.03 | 205°: 3.12 | 210°: 3.31 | 215°: 3.51 | 220°: 3.7  | 225°: 3.91 | 230°: 4.11 | 235°: 4.43 |
| 240°: 4.76           | 245°: 4.99 | 250°: 5.23 | 255°: 5.47 | 260°: 5.72 | 265°: 5.97 | 270°: 6.24 | 275°: 6.51 | 280°: 6.79 | 285°: 6.93 | 290°: 7.08 | 295°: 7.38 |
| 300°: 7.53           | 305°: 7.69 | 310°: 7.85 | 315°: 8.01 | 320°: 8.17 | 325°: 8.34 | 330°: 8.34 | 335°: 8.51 | 340°: 8.51 | 345°: 8.51 | 350°: 8.51 | 355°: 8.51 |

| Coordenadas por radial                         |                                               |                                                |                                                |                                                |                                               |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 19°2 0'51.09" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 5°: Lat 19°2 2'47.32" S<br>Lon 42°6'35.93" W  | 10°: Lat 19° 25'14.64" S<br>Lon 42°6'4.05" W   | 15°: Lat 19° 29'12.95" S<br>Lon 42°6'24.77" W  | 20°: Lat 19°30'22" S<br>Lon 42°6'26.46" W      | 25°: Lat 19° 30'23.95" S<br>Lon 42°6'8.31" W  | 30°: Lat 19° 30'31.69" S<br>Lon 42°5'52.54" W  | 35°: Lat 19°28'9.15" S<br>Lon 42°3'45.06" W    | 40°: Lat 19° 26'43.76" S<br>Lon 42°1'43.67" W  | 45°: Lat 19° 28'14.47" S<br>Lon 42°2'12.53" W  | 50°: Lat 19°31'8.46" S<br>Lon 42°4'50.61" W    | 55°: Lat 19° 31'19.68" S<br>Lon 42°4'35.13" W  |
| 60°: Lat 19° 31'34.86" S<br>Lon 42°4'24.87" W  | 65°: Lat 19° 31'48.81" S<br>Lon 42°4'11.48" W | 70°: Lat 19°32'5.82" S<br>Lon 42°4'4" W        | 75°: Lat 19° 32'22.15" S<br>Lon 42°3'53.26" W  | 80°: Lat 19° 32'40.53" S<br>Lon 42°3'48.93" W  | 85°: Lat 19° 32'58.78" S<br>Lon 42°3'41.3" W  | 90°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 42°3'40.4" W   | 95°: Lat 19° 33'37.63" S<br>Lon 42°3'36.27" W  | 100°: Lat 19° 33'57.93" S<br>Lon 42°3'34.03" W | 105°: Lat 19° 34'17.53" S<br>Lon 42°3'38.63" W | 110°: Lat 19° 34'38.28" S<br>Lon 42°3'40.29" W | 115°: Lat 19° 34'59.21" S<br>Lon 42°3'44.04" W |
| 120°: Lat 19° 35'17.75" S<br>Lon 42°3'54.28" W | 125°: Lat 19° 35'38.09" S<br>Lon 42°4'2.06" W | 130°: Lat 19°35'55" S<br>Lon 42°4'15.82" W     | 135°: Lat 19° 36'10.71" S<br>Lon 42°4'31.1" W  | 140°: Lat 19° 36'28.75" S<br>Lon 42°4'44.53" W | 145°: Lat 19° 36'41.97" S<br>Lon 42°5'2.82" W | 150°: Lat 19° 36'57.75" S<br>Lon 42°5'19.75" W | 155°: Lat 19°37'7.98" S<br>Lon 42°5'40.59" W   | 160°: Lat 19° 37'16.45" S<br>Lon 42°6'2.3" W   | 165°: Lat 19° 38'50.15" S<br>Lon 42°5'59.94" W | 170°: Lat 19° 41'49.44" S<br>Lon 42°5'58.65" W | 175°: Lat 19° 42'52.06" S<br>Lon 42°6'41.08" W |
| 180°: Lat 19°42'2.08" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 185°: Lat 19° 39'43.08" S<br>Lon 42°8'10.2" W | 190°: Lat 19° 37'23.24" S<br>Lon 42°8'20.33" W | 195°: Lat 19° 37'18.53" S<br>Lon 42°8'42.84" W | 200°: Lat 19°37'12" S<br>Lon 42°9'4.83" W      | 205°: Lat 19°37'3.68" S<br>Lon 42°9'26.14" W  | 210°: Lat 19° 36'49.54" S<br>Lon 42°9'44.07" W | 215°: Lat 19° 36'38.09" S<br>Lon 42°10'3.14" W | 220°: Lat 19°36'46.9" S<br>Lon 42°10'40.51" W  | 225°: Lat 19°36'54.3" S<br>Lon 11'24.05" W     | 230°: Lat 19° 37'29.45" S<br>Lon 2'52.63" W    | 235°: Lat 19° 36'10.72" S<br>Lon 1'56.29" W    |
| 240°: Lat 19°36'38.3" S<br>Lon 13'42.85" W     | 245°: Lat 19° 36'13.29" S<br>Lon 4'13.66" W   | 250°: Lat 19°35'36.6" S<br>Lon 14'18.88" W     | 255°: Lat 19° 35'27.33" S<br>Lon 42°16'7.41" W | 260°: Lat 19° 34'11.07" S<br>Lon 2'54.14" W    | 265°: Lat 19° 33'39.27" S<br>Lon 1'52.64" W   | 270°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 1'33.49" W    | 275°: Lat 19°33'0.02" S<br>Lon 11'12.52" W     | 280°: Lat 19°32'43" S<br>Lon 42°11'5.06" W     | 285°: Lat 19° 32'24.61" S<br>Lon 42°11'5.88" W | 290°: Lat 19°31'2.48" S<br>Lon 42°14'9.23" W   | 295°: Lat 19° 30'14.51" S<br>Lon 4'31.65" W    |
| 300°: Lat 19° 29'19.58" S<br>Lon 4'52.28" W    | 305°: Lat 19° 28'14.57" S<br>Lon 5'13.86" W   | 310°: Lat 19° 28'51.21" S<br>Lon 3'11.62" W    | 315°: Lat 19° 27'57.69" S<br>Lon 42°13'14.1" W | 320°: Lat 19°27'9.21" S<br>Lon 42°13'2.58" W   | 325°: Lat 19° 26'39.77" S<br>Lon 2'30.11" W   | 330°: Lat 19° 25'56.46" S<br>Lon 42°12'4.74" W | 335°: Lat 19°25'1.55" S<br>Lon 11'39.88" W     | 340°: Lat 19° 23'23.05" S<br>Lon 1'23.99" W    | 345°: Lat 19° 22'52.72" S<br>Lon 0'32.04" W    | 350°: Lat 19° 22'35.84" S<br>Lon 42°9'34.46" W | 355°: Lat 19° 21'55.35" S<br>Lon 42°8'37.74" W |

| Distância por radial |          |           |          |          |          |          |           |           |           |          |          |
|----------------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|
| 0°: 23.1             | 5°: 19.6 | 10°: 15.2 | 15°: 7.8 | 20°: 5.8 | 25°: 5.9 | 30°: 5.9 | 35°: 11.6 | 40°: 15.9 | 45°: 13.3 | 50°: 6.2 | 55°: 6.4 |



|            |            |            |            |            |           |            |            |            |            |            |            |
|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 60°: 6.4   | 65°: 6.5   | 70°: 6.5   | 75°: 6.7   | 80°: 6.7   | 85°: 6.8  | 90°: 6.8   | 95°: 7     | 100°: 7.1  | 105°: 7.1  | 110°: 7.3  | 115°: 7.4  |
| 120°: 7.4  | 125°: 7.5  | 130°: 7.5  | 135°: 7.5  | 140°: 7.7  | 145°: 7.7 | 150°: 7.8  | 155°: 7.8  | 160°: 7.8  | 165°: 10.6 | 170°: 16   | 175°: 17.8 |
| 180°: 16.2 | 185°: 11.9 | 190°: 7.7  | 195°: 7.7  | 200°: 7.7  | 205°: 7.7 | 210°: 7.5  | 215°: 7.5  | 220°: 8.4  | 225°: 9.4  | 230°: 12.1 | 235°: 9.3  |
| 240°: 12.4 | 245°: 12.8 | 250°: 12.5 | 255°: 15.5 | 260°: 9.4  | 265°: 7.5 | 270°: 7    | 275°: 6.4  | 280°: 6.2  | 285°: 6.4  | 290°: 12.2 | 295°: 13.4 |
| 300°: 14.7 | 305°: 16.3 | 310°: 12.8 | 315°: 14   | 320°: 14.9 | 325°: 15  | 330°: 15.7 | 335°: 16.9 | 340°: 19.6 | 345°: 20   | 350°: 20.1 | 355°: 21.2 |

| Estação Auxiliar           |                                           |
|----------------------------|-------------------------------------------|
| Transmissor Auxiliar       |                                           |
| <b>Código Equipamento:</b> | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |
| <b>Fabricante:</b>         | <b>Potência de Operação:</b> kW           |

| Transmissor Auxiliar 2     |                                           |
|----------------------------|-------------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> | <b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado |
| <b>Fabricante:</b>         | <b>Potência de Operação:</b> kW           |

| Linha de Transmissão Auxiliar  |                           |                              |                         |
|--------------------------------|---------------------------|------------------------------|-------------------------|
| <b>Modelo:</b>                 | <b>Fabricante:</b>        |                              |                         |
| <b>Comprimento da Linha:</b> m | <b>Atenuação:</b> dB/100m | <b>Perdas Acessórias:</b> dB | <b>Impedância:</b> ohms |

| Antena Auxiliar   |                     |                         |                     |               |                             |
|-------------------|---------------------|-------------------------|---------------------|---------------|-----------------------------|
| <b>Modelo:</b>    | <b>Fabricante:</b>  |                         |                     |               |                             |
| <b>Ganho:</b> dBd | <b>Beam-Tilt:</b> ° | <b>Orientação NV:</b> ° | <b>Polarização:</b> | <b>HCI:</b> m | <b>ERP Máxima:</b> 13.13 kW |
| RDS               |                     |                         |                     |               |                             |
| <b>Código PI:</b> |                     |                         |                     |               |                             |

| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |                      |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|----------------------|----------|
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc         | Natureza |
| 53000007968201437                   | 98            | Termo Aditivo  | MC    | 15/12/2021   | 21/12/2021 | Outros Atos Jurídico | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |          |              |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|--------------|----------|
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |

| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 99129         | Decreto             | MC     | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga                                                     | Jurídico |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.008279/2022-19             | 2099          | Ato                 | ORLE   | 05/02/2022   | 17/02/2022 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |

| Horário de funcionamento |  |
|--------------------------|--|
|                          |  |





|                                                                                    |                                                           |            |                              |                               |          |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|------------------------------|-------------------------------|----------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>Radio Clube de Inhapim Ltda                                   |                                                           |            |                              | CNPJ<br>26169789000100        |          |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1014246587                                                        | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>19° 33' 18.04" S | LONGITUDE<br>42° 07' 34.43" W |          |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>Rua Amílcar de Oliveira Silva, nº S/N. |                                                           |            |                              | DISTRITO                      |          |
| BAIRRO<br>Esperança                                                                |                                                           |            |                              | MUNICÍPIO<br>Inhapim          | UF<br>MG |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 21/12/2031

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Inhapim UF: MG

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 98.5 MHz CANAL: 253

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 569.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYE352

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Inhapim

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Padre Vigilato BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Inhapim UF: MG

NUMERO: 230 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: 002480300528

CÓDIGO: MODELO:

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: MODELO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Inovator Antenas Ltda POTÊNCIA: kW

POLARIZAÇÃO: Vertical

DESCRIÇÃO: Antena vertical com 6 elemento

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: INV-30-06

POLARIZAÇÃO: GANHO: 5.05 dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 170 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m

BEAM TILT: 4° graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - Radio Frequency Systems

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: LCF158-50JA

RDS

Código PI: MODELO:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 15/03/2023 22:21:26



Emitido Em  
20/09/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhoJjoyMDIzNjQxMjZmMTU4NzdiZQ==>  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                     |                                                                 |                                                        |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|----------------------|
| <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br/>26.169.789/0001-00<br/>MATRIZ</div>                                    | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA<br/>18/10/1989</div>             |                      |
| <div>NOME EMPRESARIAL<br/>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</div>                                         |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br/>RADIO DE CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM</div>       |                                                                 | <div>PORTE<br/>ME</div>                                |                      |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br/>60.10-1-00 - Atividades de rádio</div> |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br/>Não informada</div>               |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br/>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>        |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>LOGRADOURO<br/>R PADRE VIGILATO</div>                                                          | <div>NÚMERO<br/>230</div>                                       | <div>COMPLEMENTO<br/>*****</div>                       |                      |
| <div>CEP<br/>35.330-000</div>                                                                       | <div>BAIRRO/DISTRITO<br/>CENTRO</div>                           | <div>MUNICÍPIO<br/>INHAPIM</div>                       | <div>UF<br/>MG</div> |
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO<br/>RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM</div>                                        |                                                                 | <div>TELEFONE<br/>(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393</div> |                      |
| <div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br/>*****</div>                                              |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>ATIVA</div>                                                             |                                                                 | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>06/03/2004</div>   |                      |
| <div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>                                                             |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                                                              |                                                                 | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>         |                      |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/03/2023 às 22:10:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 26.169.789/0001-00  
**Razão Social:** RADIO CLUBE INHAPIM LTDA  
**Endereço:** PCA LINDOLFO VIEIRA BARBOSA 7 / CENTRO / INHAPIM / MG / 35330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/03/2023 a 02/04/2023

**Certificação Número:** 2023030400361314312239

Informação obtida em 15/03/2023 22:11:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certidão nº: 10929070/2023

Expedição: 15/03/2023, às 22:12:10

Validade: 11/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.169.789/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**  
**CNPJ: 26.169.789/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 22:12:51 do dia 15/03/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 11/09/2023.

Código de controle da certidão: **4B1F.C652.D685.3F45**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**Data de Envio:**

15/03/2023 22:42:11

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.029231/2021-15**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 16/03/2023 08:14

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Inhapim/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Enviado:** quarta-feira, 15 de março de 2023 22:42

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### NOTA TÉCNICA Nº 4077/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.029231/2021-15

INTERESSADO: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

#### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Inhapim/MG, referente ao seguinte período: 24/10/2021 a 24/10/2031.

#### ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 18085/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 25007/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI8608331 e 8608552). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.042859/2021-06, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:

#### RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

#### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 20/04/2023, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 20/04/2023, às 09:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10787227** e o código CRC **D59CE5D0**.



e Anexos

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 10787227



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 6600/2023/MCOM

Brasília, 20 de abril de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ Nº 26.169.789/0001-00)**  
Rua Padre Vigilato nº 230 - Centro  
35.330-000 - Inhapim/MG

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.029231/2021-15.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 4077/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
  - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 20/04/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10787228** e o código CRC **668C8F73**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 4077/2023 (SUPER 10787227)

---

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 10787228

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

**Data de Envio:**

20/04/2023 12:50:15

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para:**

RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM  
rubenscosta21@hotmail.com  
contato@mouraeribeiro.adv.br  
lucas@mouraeribeiro.adv.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.029231/2021-15

INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_10787227.html  
Oficio\_10787228.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

## Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

26.169.789/0001-00

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

RADIO CLUBE DE INHAPIM  
LTDA26.169.789/0001-  
00RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM, rubenscosta21@hotmail.com, contato@mouraeribeiro.adv.br,  
lucas@mouraeribeiro.adv.br

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf](https://gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf)<https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:           |                                | CNPJ                        |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CNPJ:                       |                                | 26.169.789/0001-00          |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                        | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA       | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |
| ELY DA TERRA CRISTO         | <a href="#">032.837.356-70</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                             |                                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: -

Data: 13/05/2024

Hora: 22:03:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                                |                             |                                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| <b>CPF:</b> 605.081.836-34   |                                |                             |                                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                         | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA        | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: -      Data: **13/05/2024**      Hora: **22:04:12**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CPF |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF: 032.837.356-70   |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                  | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELY DA TERRA CRISTO   | <a href="#">032.837.356-70</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                       |                                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: -

Data: 13/05/2024

Hora: 22:04:20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b> | CNPJ               |
| <b>CNPJ:</b>             | 26.169.789/0001-00 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: -

Data: 13/05/2024

Hora: 22:04:41



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Radio Clube de Inhapim Ltda  
CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:05:18 do dia 13/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/06/2024.

Certidão expedida gratuitamente.







Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: CARLA FABIANE DA COSTA FERREIRA

Data/Hora: 13/05/2024 22:06:53

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: Radio Clube de Inhapim Ltda

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

Situação: Não licenciada

Incide FUST:

Integral

End. Sede: Rua Padre Vigilato 230

Município: Inhapim

End. Corresp.:

Município:

UF: MG

CEP: 35330-000

CEP:

Nº FISTEL: 50440675120

CNPJ/CPF: 26169789000100

CADIN: Não

Div. Ativa: Não

Proc. Caducidade: Não

Bairro: Centro

UF: MG

Bairro:

UF:

Tipo Usuário:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita                                     | Est. / Ref. / Parc. | Ano  | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/ Crédito (R\$) |
|---------------------------------------------|---------------------|------|-----------------|----------------|-------------------|------------|-----------------|------|----------|-----------------------------|
| 7242 - PPDUR                                | 1                   | 2022 | 03/03/2022      | R\$ 280,70     | 03/02/2022        | 280,70     | 280,70          | 0001 | Quitado  | 0,00                        |
| 8766 - TFI                                  | 1                   | 2022 | 25/09/2022      | R\$ 2.600,00   | 16/08/2022        | 2.600,00   | 2.600,00        | 0002 | Quitado  | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 858,00     | 31/03/2023        | 858,00     | 858,00          | 0003 | Quitado  | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2023 | 31/03/2023      | R\$ 130,00     | 31/03/2023        | 130,00     | 130,00          | 0004 | Quitado  | 0,00                        |
| 1329 - TFF                                  | 1                   | 2024 | 31/03/2024      | R\$ 858,00     | 22/03/2024        | 858,00     | 858,00          | 0005 | Quitado  | 0,00                        |
| 4200 - CFRP                                 | 1                   | 2024 | 31/03/2024      | R\$ 130,00     | 22/03/2024        | 130,00     | 130,00          | 0006 | Quitado  | 0,00                        |
| Total devido em 13/05/2024 (em reais):      |                     |      |                 |                |                   |            |                 |      |          | 0,00                        |
| Total de créditos em 13/05/2024 (em reais): |                     |      |                 |                |                   |            |                 |      |          | 0,00                        |

| Legenda do Campo Situação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)<br>RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)<br>RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança<br>CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado<br>RJ - Lançamento com Recurso Judicial<br>RN - Lançamento com Recurso Denegado<br>DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União<br>CD - Lançamento Inscrito no CADIN<br>DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa<br>E - Lançamento em Execução Judicial<br>SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006<br>MO - Multa de Ofício<br>LO - Lançamento de Ofício<br>P - Parcelamento: Lançamento Parcelado<br>PA - Parcelamento: Parcela<br>BF - Benefício Fiscal |

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita                                                                                       |
|-------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento                                                         |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite                                              |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações                                              |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP                                                |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados                                              |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC                                         |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização                                                          |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados                                                             |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC                                                                     |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ                                                                        |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão                                                   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração                                                      |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade                                             |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite                                            |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite                                              |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar                                                   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU                                                       |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST                                                       |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC                                               |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição                                                               |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC                                                                         |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta                                                                 |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC                                          |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada                                         |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS                                                                              |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações                                               |
| 2129              | 9129             | DIVIDAATIVA                                                                                   |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA                                                                       |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos                                                        |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade                                                   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade                                                     |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação                                                                      |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória                                                    |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | MULTA/JUROS                                                                                   |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea                                                                  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD                                                                    |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício                                                                        |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública                                           |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas                                                               |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais                                                           |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente                                                    |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias                                                            |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas                                                            |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos                                                                      |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício                                                              |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços                                                      |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea                                                                     |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|      |      |                                                                                                                       |
|------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis                                                                                                |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos                                                                                 |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)                                                                                   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)                                                                              |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias                                                                                          |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial                                                                                            |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios                                                                                               |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta                                                   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa                                                      |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços                                                                                                       |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário                                                                                           |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão                                                                  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa                                            |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo                                                                                           |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo                                                          |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados                                                                                               |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI                                                                            |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos                                                                                             |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros                                                                                                 |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição                                                                 |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro                                                                |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos                                                                     |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade                                                          |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )                                                 |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)                                                                     |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências                                                           |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem                                                        |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME                                                                                                |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G                                             |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz                                              |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)                                        |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite                                                                  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações                                               |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite                                                 |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )                                                 |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência                                                                  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração                                                      |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação                                                                                    |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite                                                                         |
| 8801 | 9801 | Caução                                                                                                                |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias                                                                                  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN                                                          |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)                                                                    |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício                                                                         |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações                                                                                             |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI                                                                  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício                                                                                       |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas                                                                                     |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores                                                                 |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações                                                                                                   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício                                                                                      |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9






Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Estações 

 Voltar

| 1 total de registros                                                                                |                          | 1 - 50         | 50                          |  Atualizar |  Filtrar |            |         |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |              |                                                       |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|----------------|-----------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|------------|---------|-------------|----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|---------|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|--------------|-------------------------------------------------------|
| Ações                                                                                               | Status                   | CNPJ           | Entidade                    | NumFistel                                                                                   | Carater                                                                                   | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude        | ERP     | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data                | ID Estação Principal | ID do Canal  | Observações                                           |
| Visualizar em PDF  | FM-C4 (Canal Licenciado) | 26169789000100 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 50440675120                                                                                 | P                                                                                         | Comercial  | FM      | 230         | MG | Inhapim   |                  | 253   |     | 98.5       | A4     | Principal            | 19° 33' 18.04" S | 42° 07' 34.43" W | 13.1344 | 52  |                 | 1    | 2023-12-28 08:17:10 |                      | 5d669caf1b36 | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |

Id solicitação: 5d669cafc1b36

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                    |                                                                  |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (33) 33151355                       | <b>E-mail:</b> radioclube890@hotmail.com                         |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                      | <b>Número do Fistel:</b> 50440675120                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                     | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b>                             | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                             | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                         | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/12/2031                           |                                                                  |
| <b>Observações:</b>                                  |                                                                  |

| Endereço Sede                         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 253   | <b>Frequência:</b> 98.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 13.1344kW |
| <b>HCI:</b> 52 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1               |

## Informações da Estação

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1014246587         | <b>Número Indicativo:</b> ZYE352               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022 | <b>Número da Licença:</b> 53500.290285/2022-18 |



| Estação Principal                 |                                    |                              |
|-----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| Localização                       |                                    |                              |
| <b>Latitude:</b> 19° 33' 18.04" S | <b>Longitude:</b> 42° 07' 34.43" W | <b>Cota da base:</b> 569.2 m |

| Transmissor Principal                                        |                                     |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 5000 ágil         |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 5.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal    |                                                  |                                  |                              |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF158-50JA        | <b>Fabricante:</b> RFS - Radio Frequency Systems |                                  |                              |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 56 m | <b>Atenuação:</b> 0.635 dB/100m                  | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50.0 ohms |

| Antena Principal         |                                          |                             |                              |                  |                             |
|--------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------|-----------------------------|
| <b>Modelo:</b> INV-30-06 | <b>Fabricante:</b> Inovator Antenas Ltda |                             |                              |                  |                             |
| <b>Ganho:</b> 5.05 dBd   | <b>Beam-Tilt:</b> 4° °                   | <b>Orientação NV:</b> 170 ° | <b>Polarização:</b> Vertical | <b>HCl:</b> 52 m | <b>ERP Máxima:</b> 13.13 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 8.51             | 5°: 8.51   | 10°: 8.34  | 15°: 8.34  | 20°: 8.17  | 25°: 8.01  | 30°: 7.85  | 35°: 7.69  | 40°: 7.53  | 45°: 7.23  | 50°: 6.93  | 55°: 6.65  |
| 60°: 6.51            | 65°: 6.24  | 70°: 5.97  | 75°: 5.84  | 80°: 5.59  | 85°: 5.35  | 90°: 5.11  | 95°: 4.88  | 100°: 4.65 | 105°: 4.43 | 110°: 4.11 | 115°: 3.91 |
| 120°: 3.7            | 125°: 3.51 | 130°: 3.41 | 135°: 3.22 | 140°: 3.03 | 145°: 2.85 | 150°: 2.76 | 155°: 2.67 | 160°: 2.58 | 165°: 2.58 | 170°: 2.49 | 175°: 2.58 |
| 180°: 2.67           | 185°: 2.76 | 190°: 2.85 | 195°: 2.94 | 200°: 3.03 | 205°: 3.12 | 210°: 3.31 | 215°: 3.51 | 220°: 3.7  | 225°: 3.91 | 230°: 4.11 | 235°: 4.43 |
| 240°: 4.76           | 245°: 4.99 | 250°: 5.23 | 255°: 5.47 | 260°: 5.72 | 265°: 5.97 | 270°: 6.24 | 275°: 6.51 | 280°: 6.79 | 285°: 6.93 | 290°: 7.08 | 295°: 7.38 |
| 300°: 7.53           | 305°: 7.69 | 310°: 7.85 | 315°: 8.01 | 320°: 8.17 | 325°: 8.34 | 330°: 8.34 | 335°: 8.51 | 340°: 8.51 | 345°: 8.51 | 350°: 8.51 | 355°: 8.51 |

| Coordenadas por radial                         |                                               |                                                |                                                |                                                |                                               |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |                                                |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 19°2 0'51.09" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 5°: Lat 19°2 2'47.32" S<br>Lon 42°6'35.93" W  | 10°: Lat 19° 25'14.64" S<br>Lon 42°6'4.05" W   | 15°: Lat 19° 29'12.95" S<br>Lon 42°6'24.77" W  | 20°: Lat 19°30'22" S<br>Lon 42°6'26.46" W      | 25°: Lat 19° 30'23.95" S<br>Lon 42°6'8.31" W  | 30°: Lat 19° 30'31.69" S<br>Lon 42°5'52.54" W  | 35°: Lat 19°28'9.15" S<br>Lon 42°3'45.06" W    | 40°: Lat 19° 26'43.76" S<br>Lon 42°1'43.67" W  | 45°: Lat 19° 28'14.47" S<br>Lon 42°2'12.53" W  | 50°: Lat 19°31'8.46" S<br>Lon 42°4'50.61" W    | 55°: Lat 19° 31'19.68" S<br>Lon 42°4'35.13" W  |
| 60°: Lat 19° 31'34.86" S<br>Lon 42°4'24.87" W  | 65°: Lat 19° 31'48.81" S<br>Lon 42°4'11.48" W | 70°: Lat 19°32'5.82" S<br>Lon 42°4'4" W        | 75°: Lat 19° 32'22.15" S<br>Lon 42°3'53.26" W  | 80°: Lat 19° 32'40.53" S<br>Lon 42°3'48.93" W  | 85°: Lat 19° 32'58.78" S<br>Lon 42°3'41.3" W  | 90°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 42°3'40.4" W   | 95°: Lat 19° 33'37.63" S<br>Lon 42°3'36.27" W  | 100°: Lat 19° 33'57.93" S<br>Lon 42°3'34.03" W | 105°: Lat 19° 34'17.53" S<br>Lon 42°3'38.63" W | 110°: Lat 19° 34'38.28" S<br>Lon 42°3'40.29" W | 115°: Lat 19° 34'59.21" S<br>Lon 42°3'44.04" W |
| 120°: Lat 19° 35'17.75" S<br>Lon 42°3'54.28" W | 125°: Lat 19° 35'38.09" S<br>Lon 42°4'2.06" W | 130°: Lat 19°35'55" S<br>Lon 42°4'15.82" W     | 135°: Lat 19° 36'10.71" S<br>Lon 42°4'31.1" W  | 140°: Lat 19° 36'28.75" S<br>Lon 42°4'44.53" W | 145°: Lat 19° 36'41.97" S<br>Lon 42°5'2.82" W | 150°: Lat 19° 36'57.75" S<br>Lon 42°5'19.75" W | 155°: Lat 19° 37'7.98" S<br>Lon 42°5'40.59" W  | 160°: Lat 19° 37'16.45" S<br>Lon 42°6'2.3" W   | 165°: Lat 19° 38'50.15" S<br>Lon 42°5'59.94" W | 170°: Lat 19° 41'49.44" S<br>Lon 42°5'58.65" W | 175°: Lat 19° 42'52.06" S<br>Lon 42°6'41.08" W |
| 180°: Lat 19°42'2.08" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 185°: Lat 19° 39'43.08" S<br>Lon 42°8'10.2" W | 190°: Lat 19° 37'23.24" S<br>Lon 42°8'20.33" W | 195°: Lat 19° 37'18.53" S<br>Lon 42°8'42.84" W | 200°: Lat 19°37'12" S<br>Lon 42°9'4.83" W      | 205°: Lat 19°37'3.68" S<br>Lon 42°9'26.14" W  | 210°: Lat 19° 36'49.54" S<br>Lon 42°9'44.07" W | 215°: Lat 19° 36'38.09" S<br>Lon 42°10'3.14" W | 220°: Lat 19°36'46.9" S<br>Lon 40'40.51" W     | 225°: Lat 19°36'54.3" S<br>Lon 11'24.05" W     | 230°: Lat 19° 37'29.45" S<br>Lon 2'52.63" W    | 235°: Lat 19° 36'10.72" S<br>Lon 1'56.29" W    |
| 240°: Lat 19°36'38.3" S<br>Lon 13'42.85" W     | 245°: Lat 19° 36'13.29" S<br>Lon 4'13.66" W   | 250°: Lat 19°35'36.6" S<br>Lon 14'18.88" W     | 255°: Lat 19° 35'27.33" S<br>Lon 42°16'7.41" W | 260°: Lat 19° 34'11.07" S<br>Lon 2'54.14" W    | 265°: Lat 19° 33'39.27" S<br>Lon 1'52.64" W   | 270°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 1'33.49" W    | 275°: Lat 19° 33'02" S<br>Lon 11'12.52" W      | 280°: Lat 19°32'43" S<br>Lon 42°11'5.06" W     | 285°: Lat 19° 32'24.61" S<br>Lon 42°11'5.88" W | 290°: Lat 19°31'2.48" S<br>Lon 42°14'9.23" W   | 295°: Lat 19° 30'14.51" S<br>Lon 4'31.65" W    |
| 300°: Lat 19°29'19.58" S<br>Lon 4'52.28" W     | 305°: Lat 19° 28'14.57" S<br>Lon 5'13.86" W   | 310°: Lat 19° 28'51.21" S<br>Lon 3'11.62" W    | 315°: Lat 19° 27'57.69" S<br>Lon 42°13'14.1" W | 320°: Lat 19°27'9.21" S<br>Lon 42°13'2.58" W   | 325°: Lat 19° 26'39.77" S<br>Lon 2'30.11" W   | 330°: Lat 19° 25'56.46" S<br>Lon 42°12'4.74" W | 335°: Lat 19° 25'1.55" S<br>Lon 11'39.88" W    | 340°: Lat 19° 23'23.05" S<br>Lon 1'23.99" W    | 345°: Lat 19° 22'52.72" S<br>Lon 0'32.04" W    | 350°: Lat 19° 22'35.84" S<br>Lon 42°9'34.46" W | 355°: Lat 19° 21'55.35" S<br>Lon 42°8'37.74" W |

| Distância por radial |            |            |            |           |           |           |           |           |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| 0°: 23.1             | 5°: 19.6   | 10°: 15.2  | 15°: 7.8   | 20°: 5.8  | 25°: 5.9  | 30°: 5.9  | 35°: 11.6 | 40°: 15.9 | 45°: 13.3  | 50°: 6.2   | 55°: 6.4   |
| 60°: 6.4             | 65°: 6.5   | 70°: 6.5   | 75°: 6.7   | 80°: 6.7  | 85°: 6.8  | 90°: 6.8  | 95°: 7    | 100°: 7.1 | 105°: 7.1  | 110°: 7.3  | 115°: 7.4  |
| 120°: 7.4            | 125°: 7.5  | 130°: 7.5  | 135°: 7.5  | 140°: 7.7 | 145°: 7.7 | 150°: 7.8 | 155°: 7.8 | 160°: 7.8 | 165°: 10.6 | 170°: 16   | 175°: 17.8 |
| 180°: 16.2           | 185°: 11.9 | 190°: 7.7  | 195°: 7.7  | 200°: 7.7 | 205°: 7.7 | 210°: 7.5 | 215°: 7.5 | 220°: 8.4 | 225°: 9.4  | 230°: 12.1 | 235°: 9.3  |
| 240°: 12.4           | 245°: 12.8 | 250°: 12.5 | 255°: 15.5 | 260°: 9.4 | 265°: 7.5 | 270°: 7   | 275°: 6.4 | 280°: 6.2 | 285°: 6.4  | 290°: 12.2 | 295°: 13.4 |



|            |            |            |          |            |          |            |            |            |          |            |            |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|
| 300°: 14.7 | 305°: 16.3 | 310°: 12.8 | 315°: 14 | 320°: 14.9 | 325°: 15 | 330°: 15.7 | 335°: 16.9 | 340°: 19.6 | 345°: 20 | 350°: 20.1 | 355°: 21.2 |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|

|                      |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar     |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:  |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:          |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                        |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

|                 |              |                  |              |        |                      |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|----------------------|
| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                      |
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                      |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCl: m | ERP Máxima: 13.13 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                      |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |                      |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|----------------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |                      |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc         | Natureza |
| 53000007968201437                   | 98            | Termo Aditivo  | MC    | 15/12/2021   | 21/12/2021 | Outros Atos Jurídico | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|--------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |          |              |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |

|                                  |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 99129         | Decreto             | MC     | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga                                                     | Jurídico |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.008279/2022-19             | 2099          | Ato                 | ORLE   | 05/02/2022   | 17/02/2022 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |



## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

|                                                                                    |                                                           |            |                              |                               |          |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|------------------------------|-------------------------------|----------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>Radio Clube de Inhapim Ltda                                   |                                                           |            |                              | CNPJ<br>26169789000100        |          |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1014246587                                                        | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>19° 33' 18.04" S | LONGITUDE<br>42° 07' 34.43" W |          |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>Rua Amílcar de Oliveira Silva, nº S/N. |                                                           |            | DISTRITO                     |                               |          |
| BAIRRO<br>Esperança                                                                |                                                           |            | MUNICÍPIO<br>Inhapim         |                               | UF<br>MG |

|                              |                                |                             |              |  |  |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------|--|--|
| VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: | 21/12/2031                     |                             |              |  |  |
| LOCALIDADE PLANO BÁSICO:     |                                |                             |              |  |  |
| MUNICÍPIO:                   | Inhapim                        | UF:                         | MG           |  |  |
| LOCALIDADE:                  |                                |                             |              |  |  |
| FREQUÊNCIA:                  | 98.5 MHz                       | CANAL:                      | 253          |  |  |
| CLASSE:                      | A4                             | COTA BASE DA TORRE:         | 569.2        |  |  |
| INDICATIVO DA ESTAÇÃO:       | ZYE352                         |                             |              |  |  |
| NOME FANTASIA:               | RADIO CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM | NUMPROCESSO:                |              |  |  |
| CIDADE DA OUTORGA:           | Inhapim                        |                             |              |  |  |
| ESTUDIO PRINCIPAL            |                                |                             |              |  |  |
| ENDEREÇO:                    | Rua Padre Vigilato             | BAIRRO:                     | Centro       |  |  |
| MUNICÍPIO:                   | Inhapim                        | UF:                         | MG           |  |  |
| NUMERO:                      | 230                            | COMPLEMENTO:                |              |  |  |
| ESTUDIO AUXILIAR             |                                |                             |              |  |  |
| ENDEREÇO:                    |                                |                             |              |  |  |
| MUNICÍPIO:                   | -                              | UF:                         |              |  |  |
| NUMERO:                      |                                | COMPLEMENTO:                |              |  |  |
| CATEGORIA DA ESTAÇÃO:        | Principal                      |                             |              |  |  |
| TIPO:                        | Diretivo                       |                             |              |  |  |
| TRANSMISSOR PRINCIPAL        |                                |                             |              |  |  |
| FABRICANTE:                  | Auad Correa Equipamentos       | MODELO:                     | SP 5000 ágil |  |  |
| CÓDIGO:                      | Eletrônicos Ltda               | POTÊNCIA:                   | 5.0 kW       |  |  |
| TRANSMISSOR AUXILIAR         | 002480300528                   | MODELO:                     |              |  |  |
| FABRICANTE:                  |                                | POTÊNCIA:                   | kW           |  |  |
| CÓDIGO:                      |                                | MODELO:                     |              |  |  |
| TRANSMISSOR AUXILIAR 2       |                                | POTÊNCIA:                   | kW           |  |  |
| FABRICANTE:                  |                                | MODELO:                     |              |  |  |
| CÓDIGO:                      |                                | POTÊNCIA:                   |              |  |  |
| ANTENA PRINCIPAL             |                                |                             |              |  |  |
| FABRICANTE:                  | Inovator Antenas Ltda          | MODELO:                     | INV-30-06    |  |  |
| POLARIZAÇÃO:                 | Vertical                       | GANHO:                      | 5.05 dBd     |  |  |
| DESCRIÇÃO:                   | Antena vertical com 6 elemento | ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: | 170 graus    |  |  |
| ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:    | 52 m                           | BEAM TILT:                  | 4° graus     |  |  |
| ANTENA AUXILIAR              |                                |                             |              |  |  |
| FABRICANTE:                  |                                | MODELO:                     |              |  |  |
| POLARIZAÇÃO:                 |                                | GANHO:                      | dBd          |  |  |
| DESCRIÇÃO:                   |                                | ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: | graus        |  |  |
| ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:    | m                              | BEAM TILT:                  | graus        |  |  |
| LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL  |                                |                             |              |  |  |
| FABRICANTE:                  | RFS - Radio Frequency Systems  | MODELO:                     | LCF158-50JA  |  |  |
| LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR   |                                |                             |              |  |  |
| FABRICANTE:                  |                                | MODELO:                     |              |  |  |
| RDS                          |                                |                             |              |  |  |
| Código PI:                   |                                |                             |              |  |  |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 13/05/2024 22:08:27



Emitido Em  
20/09/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjU4ZDRiMjVhZTQ1OA==>  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?p=104141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                     |                                                     |                                |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br>26.169.789/0001-00<br>MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br>18/10/1989 |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------|

NOME EMPRESARIAL  
RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
RADIO DE CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM

PORTE  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R PADRE VIGILATO

NÚMERO  
230

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
35.330-000

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
INHAPIM

UF  
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM

TELEFONE  
(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
06/03/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
26.169.789/0001-00  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$12.000,00 (Doze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELISEU DE SOUZA SILVA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELY DA TERRA CRISTO  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/05/2024 às 21:59 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 26.169.789/0001-00  
**Razão Social:** RADIO CLUBE INHAPIM LTDA  
**Endereço:** PCA LINDOLFO VIEIRA BARBOSA 7 / CENTRO / INHAPIM / MG / 35330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/04/2024 a 24/05/2024

**Certificação Número:** 2024042505574178971248

Informação obtida em 13/05/2024 22:00:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**  
**CNPJ: 26.169.789/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:07:52 do dia 14/05/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/11/2024.

Código de controle da certidão: **FE4D.A115.21F6.7DB2**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                              |                                                        |                 |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|------------------------------|--------------------------------------------------------|-----------------|--|
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                              | <b>SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS</b> |                 |  |
| <b>CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS</b><br><b>Negativa</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |                              | CERTIDÃO EMITIDA EM:<br>13/05/2024                     |                 |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                              | CERTIDÃO VALIDA ATÉ:<br>11/08/2024                     |                 |  |
| NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |  |                              |                                                        |                 |  |
| INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003067058.00-58                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |  | CNPJ/CPF: 26.169.789/0001-00 |                                                        | SITUAÇÃO: Ativo |  |
| LOGRADOURO: RUA PADRE VIGILATO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |  |                              |                                                        | NÚMERO: 230     |  |
| COMPLEMENTO:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |  | BAIRRO: CENTRO               |                                                        | CEP: 35330000   |  |
| DISTRITO/POVOADO:                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |  | MUNICÍPIO: INHAPIM           |                                                        | UF: MG          |  |
| <p><b>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</b></p> <p><b>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</b></p> <p><b>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</b></p> <p><b>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</b></p> |  |                              |                                                        |                 |  |
| IDENTIFICAÇÃO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |  | NÚMERO DO PTA                |                                                        | DESCRIÇÃO       |  |
|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                              |                                                        |                 |  |
| <p><b>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em <a href="http://www.fazenda.mg.gov.br">www.fazenda.mg.gov.br</a> =&gt; certidão de débitos tributários =&gt; certificar documentos</b></p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |  |                              |                                                        |                 |  |
| CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2024000761923111                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |  |                              |                                                        |                 |  |





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certidão nº: 33271831/2024

Expedição: 13/05/2024, às 22:00:23

Validade: 09/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.169.789/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

CPF/CNPJ: **26.169.789/0001-00**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 22:01:23 do dia 13/05/2024 , com validade até o dia 12/06/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: NbriRunT92gjZZHq82jR

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



**Data de Envio:**

13/05/2024 22:27:29

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França &lt;inez.franca@mcom.gov.br&gt;

Ter, 14/05/2024 09:29

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 13 de maio de 2024 22:27**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NG05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...](https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NG05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...)

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

D.O. 12/03/90

04

Decreto nº 99.129 de 09 de março de 1990

Outorga concessão a RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

**O Presidente da República,** usando das atribuições que lhe conferem o artigo 84, item IV, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006776/89, (Edital nº 103/89), decreta:

Art. 1º - Fica outorgada concessão a RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º - Esta concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

Art. 3º - O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 09 de março de 1990; 169º da Independência e 108º da República.

*X / [assinatura]*  
*Antônio Carlos Magalhães*



## I - (VETADO)

II - no mês de janeiro de 1992, o salário mínimo será reajustado pela variação acumulada do INPC no quadrimestre anterior, acrescido cumulativamente de percentual de 4,02% (quatro inteiros e dois centésimos por cento), e deduzidas as antecipações de que trata o inciso anterior;

## III - (VETADO)

Art. 11 - O salário mínimo horário corresponde a 1/220 (um duzentos e vinte avos) do valor do salário mínimo e o salário mínimo diário a 1/30 (um trinta avos).

Parágrafo único - Para os trabalhadores que tenham por disposição legal o máximo de jornada diária de trabalho em menos de oito horas, o salário mínimo será igual ao definido no caput deste artigo, multiplicado por oito e dividido por aquele máximo legal.

Art. 12 - É vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, ressalvados os valores mínimos dos benefícios de prestação continuada da previdência social.

## Art. 13 - (VETADO)

## Art. 14 - (VETADO)

## Art. 15 - (VETADO)

## Art. 16 - (VETADO)

## Art. 17 - (VETADO)

## Art. 18 - (VETADO)

Art. 19 - Os valores expressos em cruzeiros nas Leis nºs 8.212 e 8.213, de 1991, serão reajustados, para a competência setembro de 1991, em 147,06% (cento e quarenta e sete inteiros e seis centésimos por cento).

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1991.

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

170º da Independência e 103º da República.

Brasília, em 05 de setembro de 1991;

FERNANDO COLLOR  
Luiz Antônio Andrade Gonçalves  
Antonio Magri

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 172, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicações Professor Valtencar Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicações Professor Valtencar Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí, a que se refere a Portaria nº 56, de 6 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 173, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Ituberá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ituberá, Estado da Bahia.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que

outorga permissão à Rádio FM Ituberá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituberá, Estado da Bahia.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991  
SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 174, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Clube de Inhapi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Inhapi, Estado de Minas Gerais.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 99.129, de 9 de março de 1990, que outorga concessão à Rádio Clube de Inhapi Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Inhapi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 175, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM 103 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 113, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Rádio FM 103 Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991  
SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 176, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à Rio São Francisco Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovada a outorga de concessão à Rio São Francisco Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a que se refere o Decreto nº 98.037, de 9 de agosto de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

## DIÁRIO OFICIAL

de 24 / 10 / 1991

Página N.º 23499


Encarregado do Serviço

Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Clube de Inhapim Ltda. ---, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média ---, na cidade de Inhapim ---, Estado de Minas Gerais.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, no Gabinete do Secretário Nacional de Comunicações, JOEL MARCIANO RAUBER, representando a União compa receu a Rádio Clube de Inhapim Ltda. ---, CGC nº 26.169.789/0001-00, representada por seu Sócio-Gerente SÉRGIO RICARDO DE MELO MARQUES ---, CPF nº 488.886.216-87, para o fim especial de assinar o presente contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, através do Decreto nº 99.129, de 09 de março de 1990 ---, publicado no Diário Oficial do dia 12 de março de 1990 ---, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 174, publicado no Diário Oficial de 06 de setembro de 1991, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média ---, na cidade de Inhapim ---, Estado de Minas Gerais ---, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumu lativamente, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Rádio Clube de Inhapim Ltda. ---o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade de Inhapim ---, Estado de Minas Gerais ---, o serviço de radiodifusão sonora em onda média ---, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituí das neste Ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorga da pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da pu blicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial. CLÁUSULA TER CEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) publicar o extrato do presente contrato de concessão no Diário Oficial no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura; b) submeter à aprovação da Secretaria Nacional de Comunicações o projeto de ins.



talação da emissora no prazo de 02 (dois) meses --.--, contado da data da publicação do extrato deste Contrato; c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 09 (nove) --.-- meses, contado da data da publicação da portaria que aprovar o projeto de instalação da emissora; d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa da Secretaria Nacional de Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; e) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; f) ter o seu quadro societário composto por brasileiros; g) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial; h) solicitar prévia aprovação da Secretaria Nacional de Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração; i) solicitar prévia autorização da Secretaria Nacional de Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas representativas do capital social; j) observar as normas fixadas pela Secretaria Nacional de Comunicações para a execução do serviço; l) obedecer, na organização dos quadros de seu pessoal, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pela Secretaria Nacional de Comunicações; m) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão; n) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venha a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço; o) facilitar a fiscalização, pela Secretaria Nacional de Comunicações, das obrigações contraídas, prestando a este órgão todas as informações que lhe forem solicitadas; p) sus



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

pendar o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUARTA: - Na organização da programação a concessionária deverá: a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão; b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrários à moral familiar e aos bons costumes; c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico; d) destinar 15% do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso; e) limitar ao máximo de 25% do horário de sua programação diária o tempo destinado à publicidade comercial; f) destinar o percentual de 65% de sua programação diária a temas, autores e intérpretes nacionais; g) transmitir durante 5 (cinco) horas semanais os programas educacionais obrigatórios; h) retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; i) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente; j) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; l) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pela Secretaria Nacional de Comunicações; m) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pela Secretaria Nacional de Comunicações; n) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; o) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico; p) manter em dia os registros da programação. CLÁUSULA QUINTA: - A frequência consignada à entidade, além de não ser de seu uso exclusivo, não lhe assegura o direito de propriedade, ficando sujeita às regras estabelecidas na



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

legislação vigente, ou na que vier a disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito e posse da União.

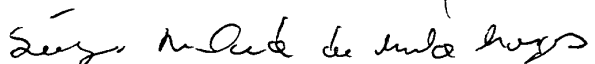
CLÁUSULA SEXTA: - A concessionária, conforme compromisso assumido em sua proposta, deverá utilizar: transmissor nacional; sistema ir radiante nacional; estúdio nacional -.-.-.-.-. CLÁUSULA

SÉTIMA: - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeitará a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente. CLÁUSULA OITAVA: - Fin

do o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.



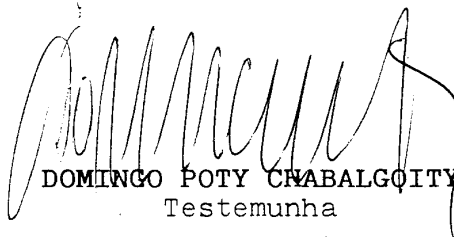
JOEL MARCIANO RAUBER  
Secretário Nacional de Comunicações



SÉRGIO RICARDO DE MELO MARQUES  
Sócio-Gerente



ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA  
Testemunha



DOMINGO POTY CHABALGOITY  
Testemunha



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/12/2021 | Edição: 239 | Seção: 3 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Radiodifusão/Departamento de Outorga e Pós Outorga

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e Rádio Clube de Inhapim LTDA.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Clube de Inhapim Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Inhapim/MG (Processo 53000.007968/2014-37).

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 15 de dezembro de 2021. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Rodolfo Machado Moura, Procurador da Rádio Clube de Inhapim Ltda.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticidade eletronicamente, após conferência com original.



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade                                                                                                                                                                                                                       | Base legal                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.                                            | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).                                                                                                                            | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.





43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito                                                                                                                                                                                                                    | Base normativa                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.                                                                                                               | Art. 222, caput, da CF.                                                                                       |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.                                                    | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.                                                                 |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.                                                               |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.                                                                                                                                                       | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.                                                                                                     | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.                                                                                                                                                              | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.                                                    |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.                                        | Art. 113, inciso II, do RSR.                                                                                  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                     | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                   | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.                                                                                                                                                                                              | Art. 113, inciso V, do RSR.                                                                                   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.                                                                                        | Art. 113, inciso VI, do RSR.                                                                                  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.                                                                                                                                                          | Art. 113, inciso VII, do RSR.                                                                                 |



|                                                                                                                                                                 |                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.                                                      | Art. 113, inciso VIII, do RSR.             |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.                                                                                | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.                                                               | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.                                                                                                              | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Notas

1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                     |                                                                 |                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br/>26.169.789/0001-00<br/>MATRIZ</div>                                    | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA<br/>18/10/1989</div>             |
| <div>NOME EMPRESARIAL<br/>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</div>                                         |                                                                 |                                                        |
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br/>RADIO DE CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM</div>       |                                                                 | <div>PORTE<br/>ME</div>                                |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br/>60.10-1-00 - Atividades de rádio</div> |                                                                 |                                                        |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br/>Não informada</div>               |                                                                 |                                                        |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br/>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>        |                                                                 |                                                        |
| <div>LOGRADOURO<br/>R PADRE VIGILATO</div>                                                          | <div>NÚMERO<br/>230</div>                                       | <div>COMPLEMENTO<br/>*****</div>                       |
| <div>CEP<br/>35.330-000</div>                                                                       | <div>BAIRRO/DISTRITO<br/>CENTRO</div>                           | <div>MUNICÍPIO<br/>INHAPIM</div>                       |
| <div>UF<br/>MG</div>                                                                                |                                                                 |                                                        |
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO<br/>RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM</div>                                        |                                                                 | <div>TELEFONE<br/>(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393</div> |
| <div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br/>*****</div>                                              |                                                                 |                                                        |
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>ATIVA</div>                                                             | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>06/03/2004</div>            |                                                        |
| <div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>                                                             |                                                                 |                                                        |
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                                                              | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                  |                                                        |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/06/2024 às 15:45:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
26.169.789/0001-00  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$12.000,00 (Doze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELISEU DE SOUZA SILVA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELY DA TERRA CRISTO  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/06/2024 às 15:45 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.029231/2021-15**Entidade:** RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**CNPJ nº:** 26.169.789/0001-00**FISTEL nº:** 50440675120**Localidade:** Inhapim/MG**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 07/10/2021**Período:** 24/10/2021 a 24/10/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                                                                                                      | SEI nº               | Base Legal                                                                                                                                                                                                  | Observações                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | <input checked="" type="checkbox"/> Sim<br><input type="checkbox"/> Não<br><input type="checkbox"/> Não se aplica | 8214954<br>Págs.3-4  | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | *Requerimento subscrito por Allan Pedrosa Carvalho, à época, representante legal da entidade (SEI 8214954 - Pág.6). |
| Declaração:<br><br>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;                                          | <input checked="" type="checkbox"/> Sim<br><input type="checkbox"/> Não<br><input type="checkbox"/> Não se aplica | 10891106<br>Págs.4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".                            |                                                                                                                     |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                  |                              |                                                                                                                                                                                         |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>                                                                                                                                                                                                                               | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                  |                              |                                                                                                                                                                                                                 |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>                                                                                                             | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>                                                                      | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>                                                                                                                              |  |
| <p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>                                                                                                                                                                                                                                                                  | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10928494<br/>Págs.1-4</p> | <p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>                                                                          |  |

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                                     | SEI nº                    | Base Legal                                                                                                                                           | Observações |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Pág.7</p> | <p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p> |             |



|                                                                                                                  |                                         |                           |                                                                                                                                                    |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 8214954<br>Pág.22         | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X". |  |
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;      | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11560317                  | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".  |  |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;    | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | F<br>10928495<br>Pág.4    | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".       |  |
|                                                                                                                  |                                         | E<br>10928495<br>Pág.5    |                                                                                                                                                    |  |
|                                                                                                                  |                                         | M<br>8214954<br>Pág.25    |                                                                                                                                                    |  |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;    | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10928494<br>Pág.5         | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".     |  |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;  | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | INSS<br>10928495<br>Pág.4 | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".     |  |
|                                                                                                                  |                                         | FGTS<br>10928495<br>Pág.3 |                                                                                                                                                    |  |
|                                                                                                                  |                                         |                           |                                                                                                                                                    |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                         |                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                         |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;                                                                                                                                                                                                                                                                                              | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10928495<br>Pág.6                                                                                             | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".                                                                                             |  |
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:<br>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.<br><br>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | <b>ELY DA TERRA CRISTO</b><br>10891106<br>Pág.9<br><br><b>ELISEU DE SOUZA SILVA</b><br><br>10891106<br>Pág.10 | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".                                                                                              |  |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | (X) Sim<br>( ) Não                      | 10928494<br>Págs. 9 e 13                                                                                      | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII". |  |
| 12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | ( ) Sim<br>(X) Não                      | 10928494<br>Págs. 6-8                                                                                         | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".                                                                                                   |  |
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;                                                                                                                                                     | (X) Sim<br>( ) Não                      | 11525344                                                                                                      | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".                                                                                                                                                    |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                          |                    |                    |                                                                   |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------|--|
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)? | ( ) Sim<br>(X) Não | 10928495<br>Pág. 7 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51. |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------------------------------------------|--|

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Conformidade                            | SEI nº | Base Legal                                                                                                              | Observações |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que:<br>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; | ( ) Sim<br>( ) Não<br>(X) Não se aplica | n/a    | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49. |             |
| 16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | ( ) Sim<br>( ) Não<br>(X) Não se aplica | n/a    | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.                                                                          |             |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a                  |

| Conclusão                                                                                   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| A documentação apresentada <b><u>está em conformidade</u></b> com o disposto na legislação. |



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11524709** e o código CRC **262EA557**.





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

### NOTA TÉCNICA Nº 8647/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.029231/2021-15

INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Inhapim Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 26.169.789/0001-00**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Inhapim/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50440675120**, referente ao período de 24 de outubro de 2021 a 24 de outubro de 2031.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

### ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Clube de Inhapi Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 99.129, de 9 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 1990 e Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de setembro de 1991 (SEI 11524721 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de outubro de 1991 (SEI 11524721 - Págs. 3-6).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia do extrato se encontra colacionada aos autos (SEI 11524721 - Pág. 7).

8. Concernente ao período de **2001-2011**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de novembro de 2001, gerando o protocolo nº 53710.000999/2001-36, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado após o encerramento do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de abril de 2001 e 24 de julho de 2001. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Quanto ao período de **2011-2021**, a interessada protocolizou o requerimento de renovação no dia 26 de junho de 2017, sob o nº 01250.037731/2017-88. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, qual seja, 24 de abril de 2011 e 24 de julho de 2011. De igual modo, o processo foi alvo de várias análises, no entanto, o respectivo decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

10. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, acima mencionados, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo. **(grifo nosso)**

11. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.



Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que "*Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente*" (SEI 11524722).

16. Pela análise dos autos, observa-se que, em **7 de outubro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2021-2031** (SEI 8214954 - Págs. 3-4). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 24 de outubro de 2020 a 24 de outubro de 2021.

17. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11524709). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

18. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11524709).

20. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 13 de maio de 2024 (SEI 10928494 - Págs. 1-4).

21. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Ely da Terra Cristo e o sócio Eliseu de Souza Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10928494 - Págs. 10-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11525344).



A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Comarca de Inhapim, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11524709).

24. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11560317 - Pág.1).

25. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

26. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído



27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de setembro de 2022, com validade até 21 de dezembro de 2031 (SEI 10928494 - Págs. 9 e 13).

30. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 13 de maio de 2024 (SEI 10928494 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 10928494 - Págs. 6-8 ). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Inhapim/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11524722).

## CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525808** e o código CRC **F37776EF**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11525810)
- Minuta de Exposição de Motivos (11525814)

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11525808



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525810** e o código CRC **C08F926D**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11525810

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8.647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525814** e o código CRC **A2846FBC**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11525814



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13405, DE 5 DE JUNHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 17/06/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11564079** e o código CRC **94B10778**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11564079



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de junho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU acompanhado da Portaria MCOM nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 17/06/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11564083** e o código CRC **E363B693**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11564083



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51407/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 13405/2024 (11564079) e a Exposição de Motivos nº 414/2024 (11564083)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 8647/2024 (11525808), encaminho a Portaria nº 13405/2024 (11564079) e a Exposição de Motivos nº 414/2024 (11564083), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 13/06/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11564090** e o código CRC **79489DCF**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11564090



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 17/06/2024 15:31:29  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 10397717  
**Data prevista de publicação:** 18/06/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias        |                                |                                  |              |              |
|-----------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------|--------------|
| Sequencial      | Arquivo(s)                     | MD5                              | Tamanho (cm) | Valor        |
| 21717281        | ATO PORTARIA MCOM NA 13457.rtf | 179fb91d5d3d0b47ead9618000558b6e | 7,00         | R\$ 272,44   |
| 21717282        | ATO PORTARIA MCOM NA 13447.rtf | 5bc7e0d78f34818e435517ec48fdfa7b | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717283        | ATO PORTARIA MCOM NA 13455.rtf | 52b65b7f8fdaecafb052447f3397efd2 | 7,00         | R\$ 272,44   |
| 21717284        | ATO PORTARIA MCOM NA 13449.rtf | 769141326db9ab7e2197d1c1b8710ad2 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717285        | ATO PORTARIA MCOM NA 11911.rtf | 6b2a452d90725d0559984ce6b88308e2 | 7,00         | R\$ 272,44   |
| 21717286        | ATO DESPACHO 225.rtf           | 7961b8fdc1c2ed5be476a213b2409685 | 5,00         | R\$ 194,60   |
| 21717307        | ATO DESPACHO 229.rtf           | a05598f3a095e4f98ffdf7ddd8f27a0b | 4,00         | R\$ 155,68   |
| 21717308        | ATO PORTARIA MCOM NA 13450.rtf | 8fc9006a0b05db73ad33f7300f742195 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717309        | ATO PORTARIA MCOM NA 13423.rtf | 7efe8addba232d78b56c84090c32bcb0 | 11,00        | R\$ 428,12   |
| 21717310        | ATO PORTARIA MCOM NA 13405.rtf | e5071a8cc533070ba42407f0553c98f3 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717311        | ATO PORTARIA MCOM NA 13407.rtf | f9111e6802e01c462e74ed31295a432d | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717312        | ATO PORTARIA MCOM NA 13408.rtf | b44060fe93957ea12ee5a1527dce24f5 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717313        | ATO PORTARIA MCOM NA 13409.rtf | dd6d11cf5affd88a6fa0fbe785318984 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717314        | ATO PORTARIA MCOM NA 13414.rtf | 16f3477e9262142f9a9f652dc866d4a4 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717315        | ATO PORTARIA MCOM NA 13445.rtf | 070d9877d128b49fa5eaab0110ec95e7 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| TOTAL DO OFICIO |                                |                                  | 131,00       | R\$ 5.098,52 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
n.gov.br/recibo-do?idof=10397717  
n.gov.br/recibo-do?idof=10397717.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/06/2024 | Edição: 115 | Seção: 1 | Página: 22

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.405, DE 5 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Id solicitação: 5d669cafc1b36

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                    |                                                                  |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (33) 33151355                       | <b>E-mail:</b> radioclube890@hotmail.com                         |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                      | <b>Número do Fistel:</b> 50440675120                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                     | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b>                             | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                             | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                         | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/12/2031                           |                                                                  |
| <b>Observações:</b>                                  |                                                                  |

| Endereço Sede                         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 253   | <b>Frequência:</b> 98.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 13.1344kW |
| <b>HCI:</b> 52 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1               |

## Informações da Estação

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1014246587         | <b>Número Indicativo:</b> ZYE352               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022 | <b>Número da Licença:</b> 53500.290285/2022-18 |



| Estação Principal          |                             |                       |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Localização                |                             |                       |
| Latitude: 19° 33' 18.04" S | Longitude: 42° 07' 34.43" W | Cota da base: 569.2 m |

| Transmissor Principal                                 |                              |
|-------------------------------------------------------|------------------------------|
| Código Equipamento: 002480300528                      | Modelo: SP 5000 ágil         |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | Potência de Operação: 5.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal |                                           |                           |                       |
|--------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Modelo: LCF158-50JA            | Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems |                           |                       |
| Comprimento da Linha: 56 m     | Atenuação: 0.635 dB/100m                  | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.0 ohms |

| Antena Principal  |                                   |                      |                       |           |                      |
|-------------------|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Modelo: INV-30-06 | Fabricante: Inovator Antenas Ltda |                      |                       |           |                      |
| Ganho: 5.05 dBd   | Beam-Tilt: 4° °                   | Orientação NV: 170 ° | Polarização: Vertical | HCI: 52 m | ERP Máxima: 13.13 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 8.51             | 5°: 8.51   | 10°: 8.34  | 15°: 8.34  | 20°: 8.17  | 25°: 8.01  | 30°: 7.85  | 35°: 7.69  | 40°: 7.53  | 45°: 7.23  | 50°: 6.93  | 55°: 6.65  |
| 60°: 6.51            | 65°: 6.24  | 70°: 5.97  | 75°: 5.84  | 80°: 5.59  | 85°: 5.35  | 90°: 5.11  | 95°: 4.88  | 100°: 4.65 | 105°: 4.43 | 110°: 4.11 | 115°: 3.91 |
| 120°: 3.7            | 125°: 3.51 | 130°: 3.41 | 135°: 3.22 | 140°: 3.03 | 145°: 2.85 | 150°: 2.76 | 155°: 2.67 | 160°: 2.58 | 165°: 2.58 | 170°: 2.49 | 175°: 2.58 |
| 180°: 2.67           | 185°: 2.76 | 190°: 2.85 | 195°: 2.94 | 200°: 3.03 | 205°: 3.12 | 210°: 3.31 | 215°: 3.51 | 220°: 3.7  | 225°: 3.91 | 230°: 4.11 | 235°: 4.43 |
| 240°: 4.76           | 245°: 4.99 | 250°: 5.23 | 255°: 5.47 | 260°: 5.72 | 265°: 5.97 | 270°: 6.24 | 275°: 6.51 | 280°: 6.79 | 285°: 6.93 | 290°: 7.08 | 295°: 7.38 |
| 300°: 7.53           | 305°: 7.69 | 310°: 7.85 | 315°: 8.01 | 320°: 8.17 | 325°: 8.34 | 330°: 8.34 | 335°: 8.51 | 340°: 8.51 | 345°: 8.51 | 350°: 8.51 | 355°: 8.51 |

| Coordenadas por radial                         |                                                |                                               |                                               |                                               |                                              |                                               |                                               |                                               |                                               |                                                |                                                |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 19°20'51.09" S<br>Lon 42°7'34.43" W    | 5°: Lat 19°22'47.32" S<br>Lon 42°6'35.93" W    | 10°: Lat 19°25'14.64" S<br>Lon 42°6'4.05" W   | 15°: Lat 19°29'12.95" S<br>Lon 42°6'24.77" W  | 20°: Lat 19°30'22" S<br>Lon 42°6'26.46" W     | 25°: Lat 19°30'23.95" S<br>Lon 42°6'8.31" W  | 30°: Lat 19°30'31.69" S<br>Lon 42°5'52.54" W  | 35°: Lat 19°28'9.15" S<br>Lon 42°3'45.06" W   | 40°: Lat 19°26'43.76" S<br>Lon 42°1'43.67" W  | 45°: Lat 19°28'14.47" S<br>Lon 42°2'12.53" W  | 50°: Lat 19°31'8.46" S<br>Lon 42°4'50.61" W    | 55°: Lat 19°31'19.68" S<br>Lon 42°4'35.13" W   |
| 60°: Lat 19°31'34.86" S<br>Lon 42°4'24.87" W   | 65°: Lat 19°31'48.81" S<br>Lon 42°4'11.48" W   | 70°: Lat 19°32'5.82" S<br>Lon 42°4'4" W       | 75°: Lat 19°32'22.15" S<br>Lon 42°3'53.26" W  | 80°: Lat 19°32'40.53" S<br>Lon 42°3'48.93" W  | 85°: Lat 19°32'58.78" S<br>Lon 42°3'41.3" W  | 90°: Lat 19°33'17.99" S<br>Lon 42°3'40.4" W   | 95°: Lat 19°33'37.63" S<br>Lon 42°3'36.27" W  | 100°: Lat 19°33'57.93" S<br>Lon 42°3'34.03" W | 105°: Lat 19°34'17.53" S<br>Lon 42°3'38.63" W | 110°: Lat 19°34'38.28" S<br>Lon 42°3'40.29" W  | 115°: Lat 19°34'59.21" S<br>Lon 42°3'44.04" W  |
| 120°: Lat 19°35'17.75" S<br>Lon 42°3'54.28" W  | 125°: Lat 19°35'38.09" S<br>Lon 42°4'2.06" W   | 130°: Lat 19°35'55" S<br>Lon 42°4'15.82" W    | 135°: Lat 19°36'10.71" S<br>Lon 42°4'31.1" W  | 140°: Lat 19°36'28.75" S<br>Lon 42°4'44.53" W | 145°: Lat 19°36'41.97" S<br>Lon 42°5'2.82" W | 150°: Lat 19°36'57.75" S<br>Lon 42°5'19.75" W | 155°: Lat 19°37'7.98" S<br>Lon 42°5'40.59" W  | 160°: Lat 19°37'16.45" S<br>Lon 42°6'2.3" W   | 165°: Lat 19°38'50.15" S<br>Lon 42°5'59.94" W | 170°: Lat 19°41'49.44" S<br>Lon 42°5'58.65" W  | 175°: Lat 19°42'52.06" S<br>Lon 42°6'41.08" W  |
| 180°: Lat 19°42'2.08" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 185°: Lat 19°39'43.08" S<br>Lon 42°8'10.2" W   | 190°: Lat 19°37'23.24" S<br>Lon 42°8'20.33" W | 195°: Lat 19°37'18.53" S<br>Lon 42°8'42.84" W | 200°: Lat 19°37'12" S<br>Lon 42°9'4.83" W     | 205°: Lat 19°37'3.68" S<br>Lon 42°9'26.14" W | 210°: Lat 19°36'49.54" S<br>Lon 42°9'44.07" W | 215°: Lat 19°36'38.09" S<br>Lon 42°10'3.14" W | 220°: Lat 19°36'46.9" S<br>Lon 42°10'40.51" W | 225°: Lat 19°36'54.3" S<br>Lon 42°11'24.05" W | 230°: Lat 19°37'29.45" S<br>Lon 42°12'52.63" W | 235°: Lat 19°36'10.72" S<br>Lon 42°13'56.29" W |
| 240°: Lat 19°36'38.3" S<br>Lon 42°13'42.85" W  | 245°: Lat 19°36'13.29" S<br>Lon 42°13'66" W    | 250°: Lat 19°35'36.6" S<br>Lon 42°14'18.88" W | 255°: Lat 19°35'27.33" S<br>Lon 42°16'7.41" W | 260°: Lat 19°34'11.07" S<br>Lon 2°54'14" W    | 265°: Lat 19°33'39.27" S<br>Lon 1°52.64" W   | 270°: Lat 19°33'17.99" S<br>Lon 1°33.49" W    | 275°: Lat 19°33'0.02" S<br>Lon 1°12.52" W     | 280°: Lat 19°32'43" S<br>Lon 42°11'5.06" W    | 285°: Lat 19°32'24.61" S<br>Lon 42°11'5.88" W | 290°: Lat 19°31'2.48" S<br>Lon 42°14'9.23" W   | 295°: Lat 19°30'14.51" S<br>Lon 4°31.65" W     |
| 300°: Lat 19°29'19.58" S<br>Lon 42°14'52.28" W | 305°: Lat 19°28'14.57" S<br>Lon 42°15'13.86" W | 310°: Lat 19°28'51.21" S<br>Lon 3°11.62" W    | 315°: Lat 19°27'57.69" S<br>Lon 42°13'14.1" W | 320°: Lat 19°27'9.21" S<br>Lon 42°13'2.58" W  | 325°: Lat 19°26'39.77" S<br>Lon 2°30.11" W   | 330°: Lat 19°25'56.46" S<br>Lon 42°12'4.74" W | 335°: Lat 19°25'1.55" S<br>Lon 11°39.88" W    | 340°: Lat 19°23'23.05" S<br>Lon 1°23.99" W    | 345°: Lat 19°22'52.72" S<br>Lon 0°32.04" W    | 350°: Lat 19°22'35.84" S<br>Lon 42°9'34.46" W  | 355°: Lat 19°21'55.35" S<br>Lon 42°8'37.74" W  |

| Distância por radial |            |            |            |           |           |           |           |           |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| 0°: 23.1             | 5°: 19.6   | 10°: 15.2  | 15°: 7.8   | 20°: 5.8  | 25°: 5.9  | 30°: 5.9  | 35°: 11.6 | 40°: 15.9 | 45°: 13.3  | 50°: 6.2   | 55°: 6.4   |
| 60°: 6.4             | 65°: 6.5   | 70°: 6.5   | 75°: 6.7   | 80°: 6.7  | 85°: 6.8  | 90°: 6.8  | 95°: 7    | 100°: 7.1 | 105°: 7.1  | 110°: 7.3  | 115°: 7.4  |
| 120°: 7.4            | 125°: 7.5  | 130°: 7.5  | 135°: 7.5  | 140°: 7.7 | 145°: 7.7 | 150°: 7.8 | 155°: 7.8 | 160°: 7.8 | 165°: 10.6 | 170°: 16   | 175°: 17.8 |
| 180°: 16.2           | 185°: 11.9 | 190°: 7.7  | 195°: 7.7  | 200°: 7.7 | 205°: 7.7 | 210°: 7.5 | 215°: 7.5 | 220°: 8.4 | 225°: 9.4  | 230°: 12.1 | 235°: 9.3  |
| 240°: 12.4           | 245°: 12.8 | 250°: 12.5 | 255°: 15.5 | 260°: 9.4 | 265°: 7.5 | 270°: 7   | 275°: 6.4 | 280°: 6.2 | 285°: 6.4  | 290°: 12.2 | 295°: 13.4 |



|            |            |            |          |            |          |            |            |            |          |            |            |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|
| 300º: 14.7 | 305º: 16.3 | 310º: 12.8 | 315º: 14 | 320º: 14.9 | 325º: 15 | 330º: 15.7 | 335º: 16.9 | 340º: 19.6 | 345º: 20 | 350º: 20.1 | 355º: 21.2 |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|

|                      |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar     |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:  |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:          |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                        |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

|                 |              |                  |              |        |                      |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|----------------------|
| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                      |
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                      |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCl: m | ERP Máxima: 13.13 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                      |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |                      |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|----------------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |                      |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc         | Natureza |
| 53000007968201437                   | 98            | Termo Aditivo  | MC    | 15/12/2021   | 21/12/2021 | Outros Atos Jurídico | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|--------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |          |              |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |

|                                  |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 99129         | Decreto             | MC     | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga                                                     | Jurídico |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.008279/2022-19             | 2099          | Ato                 | ORLE   | 05/02/2022   | 17/02/2022 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53115.029231/2021-15             | 13405         | Portaria            | MC     | 05/06/2024   | 18/06/2024 | Renovação                                                   | Jurídico |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51983/2024/MCOM

Brasília, 19 de junho de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11564083)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 8647/2024 (11525808), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 414/2024 (11564083), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/06/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11588621** e o código CRC **D1145FB4**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11588621



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Brasília, 25 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada em 18 de junho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA. (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 22172/2024/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.029231/2021-15.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 25/06/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11598056** e o código CRC **CC78AD97**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11598056



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA,  
D.D. MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**

Assunto: Renovação de Outorga

**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no C.N.P.J. sob o nº 26.169.789/0001-00, com endereço à Rua Padre Vigilato, nº 230, Centro, CEP: 35.330-000, Inhapim, estado de Minas Gerais, vem, tempestivamente, por intermédio de seus advogados subscritos *in fine*<sup>1</sup>, **requerer a juntada do competente requerimento padronizado de Renovação de Outorga anexo**<sup>2</sup>, firmado **pelo próprio representante legal** da entidade, o Sr. **Allan Pedrosa Carvalho**, acompanhado dos documentos pertinentes, em atenção ao artigo 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, com redação dada pela Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, objetivando a renovação por novo período, compreendido entre **24.10.2021 a 24.10.2031**, da concessão que lhe foi outorgada para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de **Inhapim**, estado de Minas Gerais.

Termos em que,  
Pede e espera deferimento.

Brasília – DF, 07 de outubro de 2021.

  
**RODOLFO MACHADO MOURA**  
OAB/DF nº 14.360

  
**LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA**  
OAB/DF nº 46.149

<sup>1</sup> Instrumento de mandato outorgado eletronicamente via plataforma de Cadastro de Acesso ao SEI – CADSEI.

<sup>2</sup> Requerimento padronizado de renovação de outorga, firmado pelo representante legal da **Rádio Clube de Inhapim Ltda.**, o Sr. **Allan Pedrosa Carvalho**, acompanhado dos documentos pertinentes.





MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

## **REQUERIMENTO PADRONIZADO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA FIRMADO PELO REPRESENTANTE LEGAL**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO                   |                    |                                                                                                                                                                                                   |               |
|---------------------------------|--------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>Nome da Pessoa Jurídica:</b> |                    | Rádio Clube de Inhapim Ltda.                                                                                                                                                                      |               |
| <b>CNPJ:</b>                    | 26.169.789/0001-00 | <b>CEP da sede:</b>                                                                                                                                                                               | 35.330-000    |
| <b>Endereço da sede:</b>        |                    | Rua Padre Vigilato, nº 230, Centro, Inhapim – MG                                                                                                                                                  |               |
| <b>E-mail de contato:</b>       |                    | contato@mouraeribeiro.adv.br                                                                                                                                                                      |               |
| <b>Serviço a ser renovado:</b>  |                    | <input type="checkbox"/> em frequência modulada<br><input type="checkbox"/> em ondas curtas<br><input checked="" type="checkbox"/> em ondas médias<br><input type="checkbox"/> em ondas tropicais |               |
|                                 |                    | <input type="checkbox"/> Radiodifusão de sons e imagens                                                                                                                                           |               |
| <b>Período da renovação:</b>    |                    | 24/10/2021 a 24/10/2031                                                                                                                                                                           |               |
| <b>Localidade da renovação:</b> |                    | Inhapim                                                                                                                                                                                           | <b>UF:</b> MG |

Eu, **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, inscrito no CPF nº: 059.187.736-81, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que/a:

- (a) a Pessoa jurídica não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão/permissão que será renovada;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadepassinatura.camara.gov.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 3

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

1967;

- (c) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (e) a Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (f) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (g) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (h) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
- (i) somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
- (j) inexistência de parcela superior a 30% (trinta por cento) do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011; e
- (k) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

Inhapim – MG, 30 de setembro de 2021.



**ALLAN PEDROSA CARVALHO**  
Assinatura do representante legal







MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

**CERTIDÃO SIMPLIFICADA EXPEDIDA PELO  
ÓRGÃO DE REGISTRO COMPETENTE,  
ACOMPANHADO DA ÚLTIMA ALTERAÇÃO  
CONTRATUAL AVERBADA**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.gov.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (0214594)

SEI 93119.029231/2021-15 / pg. 5

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## Certidão Simplificada

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

Nome Empresarial: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA

| Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE | CNPJ               | Data de Arquivamento do Ato Constitutivo | Data de Início de Atividade |
|--------------------------------------------------------|--------------------|------------------------------------------|-----------------------------|
| 3120319152-3                                           | 26.169.789/0001-00 | 18/10/1989                               | 03/10/1989                  |

Endereço Completo:

RUA PADRE VIGILATO 230 - BAIRRO CENTRO CEP 35330-000 - INHAPIM/MG

Objeto Social:

EXPLORACAO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSAO EM TODAS AS MODALIDADES, INCLUSIVE OS SEUS AUXILIARES E ANCILARES, DESDE QUE DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO PODER CONCEDENTE, ATENDENDO AS FINALIDADES EDUCATIVAS E CULTURAIS, MESMO EM SEUS ASPECTOS INFORMATIVOS E RECREATIVOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 3 DO DECRETO N 52795, DE 31 DE OUTUBRO DE 1963, QUE APROVOU O REGULAMENTO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSAO.

|                                                                                                           |                                                                                |                                   |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|
| Capital Social: R\$ 12.000,00<br>DOZE MIL REAIS<br>Capital Integralizado: R\$ 12.000,00<br>DOZE MIL REAIS | Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte<br>NÃO<br>(Lei Complementar nº123/06) | Prazo de Duração<br>INDETERMINADO |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------|

Sócio(s)/Administrador(es)

| CPF/NIRE       | Nome                   | Término Mandato | Participação  | Função                |
|----------------|------------------------|-----------------|---------------|-----------------------|
| 059.187.736-81 | ALLAN PEDROSA CARVALHO | xxxxxxx         | R\$ 10.000,00 | SÓCIO / ADMINISTRADOR |
| 605.081.836-34 | ELISEU DE SOUZA SILVA  | xxxxxxx         | R\$ 2.000,00  | SOCIO                 |

Status: XXXXXXXX

Situação: ATIVA

Último Arquivamento: 27/03/2020

Número: 7785206

Ato 002 - ALTERACAO

Evento(s) 051 - CONSOLIDACAO DE CONTRATO/ESTATUTO

2001 - ENTRADA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

2005 - SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR

NADA MAIS#

Belo Horizonte, 30 de Setembro de 2021 22:21

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL


Certidão Simplificada Digital emitida pela JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS e certificada digitalmente. Se desejar confirmar a autenticidade desta certidão, acesse o site da JUCEMG (<http://www.jucemg.mg.gov.br>) e clique em validar certidão. A certidão pode ser validada de duas formas:

- 1) Validação por envio de arquivo (upload)
- 2) Validação visual (digite o nº C210002452852 e visualize a certidão)



21/709.384-1




|                                                                                                                                                                                                                                                                    |  |                                                                                             |                                                 |                                                       |  |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------------|--|
|  <p>Ministério da Economia<br/>Secretaria de Governo Digital<br/>Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração<br/>Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais</p> |  |                                                                                             | <p>Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)</p> |                                                       |  |
| <p>NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">31203191523</p>                                                                                                                                     |  | <p>Código da Natureza Jurídica</p> <p style="font-size: 1.2em; font-weight: bold;">2062</p> |                                                 | <p>Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio</p> |  |

**1 - REQUERIMENTO**

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP  
  
MGN2014103631

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

| Nº DE VIAS | CÓDIGO DO ATO | CÓDIGO DO EVENTO | QTDE | DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO        |
|------------|---------------|------------------|------|----------------------------------|
| 1          | 002           |                  |      | ALTERACAO                        |
|            |               | 2003             | 1    | ALTERACAO DE SOCIO/ADMINISTRADOR |
|            |               | 2005             | 1    | SAIDA DE SOCIO/ADMINISTRADOR     |
|            |               |                  |      |                                  |
|            |               |                  |      |                                  |

INHAPIM  
Local

26 Março 2020  
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Telefone de Contato: \_\_\_\_\_

**2 - USO DA JUNTA COMERCIAL**

☐ DECISÃO SINGULAR
☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data                      Responsável

☐ NÃO    \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data                      Responsável

Processo em Ordem À decisão

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO SINGULAR**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Responsável

**DECISÃO COLEGIADA**

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)  
☐ Processo deferido. Publique-se e archive-se.  
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência
3ª Exigência
4ª Exigência
5ª Exigência

☐
☐
☐
☐

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal

\_\_\_\_\_  
Vogal


Presidente da \_\_\_\_\_ Turma

**OBSERVAÇÕES**

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ee/8e141-d592-4906-bd9b-0219a0d842d9>

Petição (8214594)    SEI 93115.029231/2021-15 / pg. 7        **MARINELY DE PAULA BOMFIM**  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 1/10



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 20/151.816-3              | MGN2014103631                        | 26/03/2020 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                        |
|----------------------------------|------------------------|
| CPF                              | Nome                   |
| 059.187.736-81                   | ALLAN PEDROSA CARVALHO |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**CELSO GONÇALVES DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, sacerdote, nascido aos 10/07/1978, natural da cidade de Manhuaçu /MG, filho de Joaquim Henrique de Souza e Reny Gonçalves de Souza, residente e domiciliado à Rua Padre Vigilato n.º 211, centro na cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade sob o n.º MG -10.490.370 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e do CPF sob o n.º **037.000.906-17**.

**ELISEU DE SOUZA SILVA**, brasileiro, casado em regime de comunhão Universal de bens, empresário, nascido aos 25/02/1969, natural da cidade de Inhapim/MG, filho de Sebastião Rufino da Silva e Lourdes de Souza Lucas Silva, residente e domiciliado, à Rua Agnaldo de Souza Quintela, n.º 970, bairro Moreira, nesta cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade sob o n.º M-4.191.066, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais e do CPF sob o n.º **605.081.836-34**.

Únicos componentes da Sociedade empresária cuja Denominação social é "**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**", cujo contrato social encontra-se registrado e arquivado na JUCMEG sob o n.º 312.0319152-3, em 18/10/1989, 1ª alteração contratual sob o n.º 940174, em 09/01/1990, 2ª alteração contratual sob o n.º 2406811, em 31/03/2000 e 3ª alteração contratual sob o n.º 6343607 em 25/10/2017 inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º **26.169.789/0001-00**, resolvem de pleno e comum acordo, alterar as disposições contratuais vigentes, conforme a seguir exposto.

#### **I - ADMISSÃO DE SÓCIOS**

Admitem a sociedade os sócios **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, brasileiro, solteiro, sacerdote, nascido aos 31/01/1983, natural da cidade de São Francisco da Glória /MG, filho de Paulo Edson Bissiatti Carvalho e Wanda da Silva Pedrosa, residente e domiciliado à Rua Camélia n.º 53, bairro das Flores, na cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais, portador da Carteira de Identidade sob o n.º MG -12.036.222 expedida pela Polícia Civil do Estado de Minas Gerais e do CPF sob o n.º **059.187.736-81**.

#### **II - DA TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS**

O Sócio **CELSO GONÇALVES DE SOUZA**, cede e transfere 1000 (quotas) no valor nominal de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma ao sócio já qualificado **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, declarando-se pago e satisfeito, para nada mais reclamar a que título for, dando como de fato dá, plena, geral e rasa quitação da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

#### **III - ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES**

Continua fls. 02...

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ee/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição 02145347

SEI 93115.029257/2021-15 / pg. 9

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**Continuação fls. 01...**

A administração da sociedade passa ser exercida pelo sócio **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, com poderes e atribuições de assinar todos os documentos junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ficando autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

#### **IV - CONSILIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

Tendo em vista as modificações procedidas nos atos constitutivos da sociedade, por meio deste instrumento, bem como, nos atos que a este procedem, os sócios resolvem consolidá-lo, para maior facilidade de consultas e compreensão reproduzindo-o da seguinte forma:

### **CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**

#### **I - DENOMINAÇÃO SOCIAL**

A sociedade empresária gira sob a Denominação Social de **"RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA"**, sendo regida de conformidade com a Lei n.º 10.406/2002.

#### **II - SEDE**

A sociedade possui sede e foro na Rua Padre Vigilato, nº 230, centro nesta cidade de Inhapim, CEP: 35.330-000, Estado de Minas Gerais.

#### **III - FILIAIS**

A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir e fechar filial ou outra dependência mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**Continua fls. 03....**

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição 0214954

SEI 93119-029231/2021 - P5 / pg. 10

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



MARCO A. PEREIRA - ME

#### 4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

Continuação fls. 02...

#### IV - OBJETO SOCIAL

Constitui objeto da sociedade é exploração dos serviços de radiodifusão em todas as modalidades, inclusive os seus auxiliares e ancilares, desde que devidamente autorizada pelo Poder Concedente, atendendo as finalidades educativas e culturais, mesmo em seus aspectos informativos e recreativos, nos termos do artigo 3º do Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

#### V - INÍCIO DE ATIVIDADE E PRAZO DE DURAÇÃO

A Sociedade iniciou suas atividades em 18 de outubro de 1989 e o seu prazo de duração é por tempo indeterminado, extinguindo-se por vontade unânime dos sócios e nos casos previstos em Lei, tendo como nome de fantasia "RÁDIO CLUBE DE INHAPIM".

#### VI - DO CAPITAL SOCIAL

O capital social que continua fixado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) dividido em 1.200 (mil e duzentas) quotas iguais de R\$ 10,00 (dez reais) cada uma, já integralizadas anteriormente pelos sócios, passa a ter a seguinte composição:

|                        |              |               |
|------------------------|--------------|---------------|
| ALLAN PEDROSA CARVALHO | 1.000 QUOTAS | R\$ 10.000,00 |
| ELISEU DE SOUZA SILVA  | 200 QUOTAS   | R\$ 2.000,00  |
| TOTAL                  | 1.200 QUOTAS | R\$ 12.000,00 |

#### VII - RESPONSABILIDADE

I – A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme preceitua o artigo 1.052 do Novo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002.

II – Conforme estabelece o artigo 1.054 combinado com o artigo 997, VIII, do Novo Código Civil, Lei n.º 10.406/2002, os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais.

#### VIII - ADMINISTRAÇÃO E ATRIBUIÇÕES

Continua fls. 04...

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição 0214954

SEI 53115-029251/2021 - P5 / pg. 11

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 5/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**Continuação fls. 03...**

A administração da sociedade passa ser exercida pelo sócio **ALLAN PEDROSA CARVALHO**, com poderes e atribuições de assinar todos os documentos junto aos órgãos públicos municipais, estaduais e federais, ficando autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios.

#### **IX - DA RETIRADA PRÓ-LABORE**

Pelo exercício da administração, o administrador, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

#### **X - RESULTADO E SUA DISTRIBUIÇÃO**

O exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro e ao término de cada exercício, o administrador prestará conta justificada de sua administração, com elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico.

**Parágrafo Primeiro** – Os lucros ou prejuízos apurados serão repartidos ou suportados pelos sócios em proporção do seu capital social.

#### **XI - CESSÃO DE QUOTAS**

As quotas da Sociedade são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas sem o expresse consentimento do outro sócio, cabendo, em igualdade de condições, o direito de preferência para o sócio que queira, adquiri-las.

**Parágrafo Único** – O sócio que desejar retirar-se da Sociedade deverá comunicar aos demais, por intermédio de carta registrada, com antecedência de 90 (noventa) dias, à sua intenção de não mais continuar na Sociedade.

#### **XII - FALECIMENTO DE SÓCIO**

O falecimento, falência ou afastamento de qualquer sócio não se constituirá causa para dissolução da Sociedade, que continuará com seus sócios remanescentes.

**Parágrafo Primeiro** – Ocorrendo o falecimento ou impedimento legal de qualquer dos sócios, caberá aos

**Continua fls.05....**

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe o nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Pelão (6214954)

SEI 93119-029231/2021 - P5 / pg. 12

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 6/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





**MARCO A. PEREIRA - ME**

#### **4ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

##### **Continuação fls. 04...**

Sócios remanescentes, juntamente com um dos herdeiros, ou representante legal, proceder ao imediato levantamento do Balanço patrimonial, fixativo dos haveres de cada uma das partes. Na proporção das quotas sociais.

**Parágrafo Segundo** – O Balanço Patrimonial será levantado com a data do último dia do mês anterior ao evento.

##### **XIV - CASOS OMISSOS**

De conformidade com o que dispõe o artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil (Lei nº 10.406/2002), observar-se-ão na omissão do diploma legal no minado e deste contrato, as normas da Sociedade Simples e, facultativamente as disposições contidas na Lei da Sociedade Anônima, aplicável supletivamente à Sociedade Limitada.

##### **XV - DESIMPEDIMENTO**

Os sócios e o administrador declaram, sob as penas da lei, expressamente que não se acham impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, nos termos do art. 1.011, § 1º, da Lei 10.406/2002, bem como, não se acha incurso na proibição de arquivamento previsto na Lei nº 8.934/94.

##### **XVI - FORO**

Para eventual propositura de qualquer ação ou procedimento entre os sócios ou deles contra a Sociedade, fundada em sua existência, administração ou neste instrumento, fica eleito o foro da cidade Inhapim, Estado de Minas Gerais, com renúncia expressa de qualquer outro foro, por mais especial ou privilegiado que seja, ainda que venha ocorrer mudança de domicílio de qualquer dos quotistas.

E, por estarem assim justos e contratados, lavram este instrumento, que será assinado digitalmente pelos sócios, **CELSON GONÇALVES DE SOUZA, ELISEU DE SOUZA SILVA e ALLAN PEDROSA CARVALHO**, sendo arquivado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.

Inhapim, MG, 09 de março de 2020.

**CELSON GONÇALVES DE SOUZA**

**ELISEU DE SOUZA SILVA**

**ALLAN PEDROSA CARVALHO**

RUA Geraldo Contador, n.º 72 A Sala 01, Centro – Inhapim – Minas Gerais  
Telefone; (33) 3315.1393 – (33) 3315.1445 – e-mail: gmscontabil@hotmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 20. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214954)

SEI 93119-029231/2021 - P5 / pg. 13

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA GERAL

pág. 7/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

| Identificação do Processo |                                      |            |
|---------------------------|--------------------------------------|------------|
| Número do Protocolo       | Número do Processo Módulo Integrador | Data       |
| 20/151.816-3              | MGN2014103631                        | 26/03/2020 |

| Identificação do(s) Assinante(s) |                           |
|----------------------------------|---------------------------|
| CPF                              | Nome                      |
| 059.187.736-81                   | ALLAN PEDROSA CARVALHO    |
| 037.000.906-17                   | CELSON GONCALVES DE SOUZA |
| 605.081.836-34                   | ELISEU DE SOUZA SILVA     |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais







## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, de NIRE 3120319152-3 e protocolado sob o número 20/151.816-3 em 26/03/2020, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 7785206, em 27/03/2020. O ato foi deferido eletronicamente pelo examinador Ana Carolina Dias Mauler Bento.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

| Assinante(s)   |                        |
|----------------|------------------------|
| CPF            | Nome                   |
| 059.187.736-81 | ALLAN PEDROSA CARVALHO |

### Documento Principal

| Assinante(s)   |                           |
|----------------|---------------------------|
| CPF            | Nome                      |
| 605.081.836-34 | ELISEU DE SOUZA SILVA     |
| 059.187.736-81 | ALLAN PEDROSA CARVALHO    |
| 037.000.906-17 | CELSON GONCALVES DE SOUZA |

Belo Horizonte, sexta-feira, 27 de março de 2020



Documento assinado eletronicamente por Ana Carolina Dias Mauler Bento, Servidor(a) Público(a), em 27/03/2020, às 09:57 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/validarDocumento.jsf) informando o número do protocolo 20/151.816-3.





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

| Identificação do(s) Assinante(s) |                          |
|----------------------------------|--------------------------|
| CPF                              | Nome                     |
| 873.638.956-00                   | MARINELY DE PAULA BOMFIM |

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte, sexta-feira, 27 de março de 2020



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

registro sob o nº 7785206 em 27/03/2020 da Empresa RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, Nire 31203191523 e protocolo 201518163 - 2020. Autenticação: 1737A818A72D051AA3AC6B62564EEEAC2F42. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este ato, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 20/151.816-3 e o código de segurança 7Pbe Esta cópia foi autenticada e assinada em 27/03/2020 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee/8ee741-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214954)

SEI 93119-029291/2021 - P5 / pg. 16

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 10/10

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

## **PROVAS DE CONDIÇÃO BRASILEIROS NATOS DE TODOS OS MEMBROS**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília - DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214554)

SEI 93119:029291/2021-P5 / pg. 17

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



CARTeira DE IDENTIDADE

ALLAN PEDROSA CARVALHO



ESTADO DE MINAS GERAIS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL MG-12.036.222 DATA DE EMISSÃO 04/06/2018

NOME ALLAN PEDROSA CARVALHO

FILIAÇÃO PAULO EDSON BISSIATTI CARVALHO WANDA DA SILVA PEDROSA CARVALHO

NATURALIDADE MURIAE-MG DATA DE NASCIMENTO 31/1/1983

DOC. ORIGEM NASC. LV-286 FL-191

SÃO FRANCISCO DO GLORIA-MG

CPF 059187736-81

PII-2562 LETICIA ALESSI BACHADO ROGÉDO

2.VIA

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CONSELHORIA GERAL DE JUSTIÇA

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE NOTAS DE INHAPIM

Autentico este documento, composto de 1 folha(s), por mim rubricada(s), numerada(s) e carimbada(s), por ser reprodução fiel do original que me foi apresentado, do que dou fé.

Inhapim/MG, 18/02/2020.

SELO CONSULTA: DNF46866

CÓDIGO SEGURANÇA: 4829083868524072

Quanto de atos praticados: 11

Atos praticados por: CLEUMA NUNES DE PAULA - Substituta

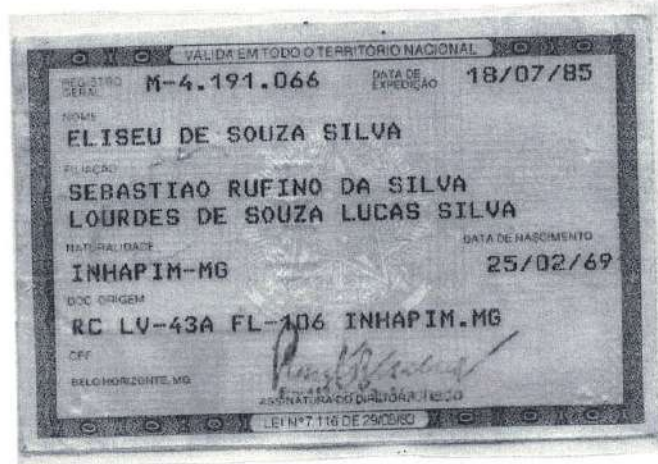
Emol.: R\$ 5,46 - T.F.J.: R\$ 1,70 - Valor final: R\$ 7,29 - ISS: R\$ 0,11

Consulte a validade deste selo no site: <http://wetrk.tjmg.jus.br>

HP DA ETIQUETA AAM071174



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadecamara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 19

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS**

## **CERTIDÕES DE REGULARIDADE FISCAL**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214554)

SEI 53119-029291/2021-P5 / pg. 20

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                            |                                                     |                                       |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br><b>26.169.789/0001-00</b><br>MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br><b>18/10/1989</b> |
|------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|---------------------------------------|

|                                                        |
|--------------------------------------------------------|
| NOME EMPRESARIAL<br><b>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</b> |
|--------------------------------------------------------|

|                                                       |                    |
|-------------------------------------------------------|--------------------|
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br>***** | PORTE<br><b>ME</b> |
|-------------------------------------------------------|--------------------|

|                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br><b>60.10-1-00 - Atividades de rádio</b> |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                  |
|----------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br><b>Não informada</b> |
|----------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br><b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|

|                                       |                      |                      |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|
| LOGRADOURO<br><b>R PADRE VIGILATO</b> | NÚMERO<br><b>230</b> | COMPLEMENTO<br>***** |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|

|                          |                                  |                             |                 |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|
| CEP<br><b>35.330-000</b> | BAIRRO/DISTRITO<br><b>CENTRO</b> | MUNICÍPIO<br><b>INHAPIM</b> | UF<br><b>MG</b> |
|--------------------------|----------------------------------|-----------------------------|-----------------|

|                                                         |                                                   |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|
| ENDEREÇO ELETRÔNICO<br><b>RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM</b> | TELEFONE<br><b>(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393</b> |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------|

|                                            |
|--------------------------------------------|
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br>***** |
|--------------------------------------------|

|                                    |                                                 |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|
| SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>ATIVA</b> | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br><b>06/03/2004</b> |
|------------------------------------|-------------------------------------------------|

|                              |
|------------------------------|
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|------------------------------|

|                            |                                    |
|----------------------------|------------------------------------|
| SITUAÇÃO ESPECIAL<br>***** | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br>***** |
|----------------------------|------------------------------------|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **30/09/2021** às **09:15:50** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214354)

SLI53115:029291/2021-P5 / pg. 21

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

INHAPIM

### CERTIDÃO CÍVEL DE FALÊNCIA E CONCORDATA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Concordata Preventiva / Suspensiva, Falência de Empresários, Sociedades Empresariais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, Recuperação Extrajudicial, Recuperação Judicial, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.  
CNPJ: 26.169.789/0001-00

#### Observações:

- Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;
- a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;
- ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (<http://www.tjmg.jus.br>), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;
- esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;
- A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judiciais em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 30 de Setembro de 2021 às 09:23

INHAPIM, 30 de Setembro de 2021 às 09:23

**Código de Autenticação:** 2109-3009-2332-0480-5253

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG ([www.tjmg.jus.br](http://www.tjmg.jus.br)) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

**ATENÇÃO:** Documento composto de 1 folha(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer rasura ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 22





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**  
**CNPJ: 26.169.789/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:20:16 do dia 30/09/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 29/03/2022.

Código de controle da certidão: **8DD7.AA10.5FB0.9A9B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



# SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

**Negativa**

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
30/09/2021

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
29/12/2021

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003067058.00-58

CNPJ/CPF: 26.169.789/0001-00

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA PADRE VIGILATO

NÚMERO: 230

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 35330000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: INHAPIM

UF: MG

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários => certificar documentos**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2021000495333971



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214954)

SEI 53115-029291/2021-P5 / pg. 24

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# PREFEITURA MUNICIPAL DE INHAPIM

ESTADO DE MINAS GERAIS

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS

Emitida em: 30 de Setembro de 2021

VALIDADE: 29/03/2022

Contribuinte: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

Endereço: Rua PADRE VIGILATO, 230 - CENTRO - INHAPIM - MG - CEP 35.330-000

Inscrição:

CNPJ/CPF: 26.169.789/0001-00

Ressalvado à Fazenda Municipal, o direito de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados após o fornecimento desta, conforme estabelece o Código Tributário do Município de INHAPIM, certifico que, em nome do requerente NÃO existe débito em aberto até a presente data.

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará o presente documento.

Informações complementares:

*Parley Henrique da Cunha*  
Parley Henrique da Cunha  
Sec. Munic. de Fazenda - Inhapim  
Diretor - Matrícula 3248

RESPONSÁVEL PELO SETOR  
Setor de Tributos

Praça Alaíde Quintela Soares, 115 - Centro - CEP. 35300-000 - INHAPIM - MG - Telefone: 33 3315-1511



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 25

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 26.169.789/0001-00

**Razão Social:** RADIO CLUBE INHAPIM LTDA

**Endereço:** PCA LINDOLFO VIEIRA BARBOSA 7 / CENTRO / INHAPIM / MG / 35330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/10/2021 a 05/11/2021

**Certificação Número:** 2021100714153293104332

Informação obtida em 07/10/2021 14:15:42

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crif.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crif.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mforeg-autenticidade-caixa.gov.br/caixa/legitimacao/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Felício (6214354)

SEI53115:029291/2021-P5 / pg. 26

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certidão nº: 29919956/2021

Expedição: 30/09/2021, às 09:19:49

Validade: 28/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.169.789/0001-00**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 27

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

**CNPJ:** 26.169.789/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:24:00 do dia 30/09/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/10/2021.

Certidão expedida gratuitamente.





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadassinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

## **LICENÇA DE FUNCIONAMENTO DA ESTAÇÃO EXPEDIDA PELA ANATEL (STATUS C4)**

SHIS QI 05 Bloco 'F' Sala 332 Lago Sul  
CEP: 71.615-560 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3703.5558 / 3879.5003  
[contato@mouraeribeiro.adv.br](mailto:contato@mouraeribeiro.adv.br)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Petição (6214554)

SEI 93119-029291/2021 - P5 / pg. 30

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



|                                                         |                                                         |            |                                     |                                      |
|---------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|------------|-------------------------------------|--------------------------------------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br><b>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</b> |                                                         |            |                                     | CNPJ<br><b>26169789000100</b>        |
| Nº DA ESTAÇÃO<br><b>322399246</b>                       | SERVIÇO<br><b>205 Radiodifusão Sonora em Onda Média</b> | NAT. SERV. | LATITUDE<br><b>19° 33' 18.04" S</b> | LONGITUDE<br><b>42° 07' 34.43" W</b> |

|                                                                                           |  |                             |  |                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|--|-----------------------------|--|-----------------|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br><b>Rua Amílcar de Oliveira Silva, nº S/N.</b> |  | DISTRITO<br><b>*****</b>    |  |                 |
| BAIRRO<br><b>Esperança</b>                                                                |  | MUNICÍPIO<br><b>Inhapim</b> |  | UF<br><b>MG</b> |

## LOCALIDADE PLANO BASICO:

|                             |                           |                            |            |
|-----------------------------|---------------------------|----------------------------|------------|
| MUNICÍPIO:                  | Inhapim                   | UF:                        | MG         |
| LOCALIDADE:                 | *****                     |                            |            |
| FREQUENCIA:                 | 890 KHz                   | CANAL:                     | *****      |
| CLASSE:                     | B                         | COTA BASE DA TORRE:        | 569.2      |
| INDICATIVO DA ESTAÇÃO:      | ZYL370                    |                            |            |
| NOME FANTASIA:              | *****                     | NUMPROCESSO:               | *****      |
| CIDADE DA OUTORGA:          | Inhapim                   |                            |            |
| FREQUENCIA:                 | 890 KHz                   | CLASSE:                    | B          |
| POTÊNCIA DIURNA:            | 5                         | POTÊNCIA NOTURNA:          | 0.25       |
| ESTUDIO PRINCIPAL           |                           |                            |            |
| ENDEREÇO:                   | Rua Padre Vigilato        | BAIRRO:                    | Centro     |
| MUNICÍPIO:                  | Inhapim                   | UF:                        | MG         |
| NUMERO:                     | 230                       | COMPLEMENTO:               | *****      |
| ESTUDIO AUXILIAR            |                           |                            |            |
| ENDEREÇO:                   | *****                     | BAIRRO:                    | *****      |
| MUNICÍPIO:                  | *****                     | UF:                        | *****      |
| NUMERO:                     | *****                     | COMPLEMENTO:               | *****      |
| CATEGORIA DA ESTAÇÃO:       | Principal                 |                            |            |
| TIPO:                       | Omnidirecional            |                            |            |
| TRANSMISSOR PRINCIPAL       |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | Digicast Eletrônica Ltda. | MODELO:                    | AM5000     |
| CÓDIGO:                     | 010930502299              | POTÊNCIA:                  | 5.0 kW     |
| TRANSMISSOR AUXILIAR        |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | *****      |
| CÓDIGO:                     | *****                     | POTÊNCIA:                  | ***** kW   |
| TRANSMISSOR AUXILIAR 2      |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | *****      |
| CÓDIGO:                     | *****                     | POTÊNCIA:                  | ***** kW   |
| SISTEMA IRRADIANTE:         |                           |                            |            |
| NÚMERO DE TORRES:           | 1                         | NÚMERO DE RADIAIS:         | 120        |
| COMPRIMENTO DE RADIAIS:     | 42.10 m                   | ESPAÇAMENTO ENTRE RADIAIS: | 3.00 graus |
| COTA BASE DA TORRE:         | 569.2                     | ALTURA DA TORRE:           | 125 m      |
| LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR  |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | *****      |
| LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL |                           |                            |            |
| FABRICANTE:                 | *****                     | MODELO:                    | LCF-1/2    |

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 07/10/2021 17:46:34



Emitido Em  
07/07/2020  
Autenticado eletronicamente, após conferência com o original  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78ef141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDIwNWYwNDExZjA4MzFiNg==>



ee78ef141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

| UF: MG                      | Município: Inhapim |              |            |
|-----------------------------|--------------------|--------------|------------|
| Entidade                    | Município          | Data Outorga | Validade   |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | Inhapim            | 24/10/1991   | 24/10/2001 |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | Inhapim            | 24/10/1991   |            |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado** Data: **23/11/2021** Hora: **15:14:35**

Registro 1 até 2 de 2 registros

Página: [1] [Ir]  [Reg] [Tela Inicial](#) [Imprimir](#) [Exportar Excel](#)

Id solicitação: 57dbac62c1b27

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                                                                                                       |                                                         |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                                    |                                                         |
| <b>Nome Fantasia:</b>                                                                                                                   |                                                         |
| <b>Telefone:</b> ()                                                                                                                     | <b>E-mail:</b>                                          |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                                                                                                         | <b>Número do Fistel:</b> 04030422837                    |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                                                                                                        | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                              |
| <b>Data do contrato:</b> 24/10/1991                                                                                                     | <b>Serviço:</b> 205 - Radiodifusão Sonora em Onda Média |
| <b>Carater:</b> Primário                                                                                                                | <b>Local específico:</b>                                |
| <b>Rede:</b>                                                                                                                            | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                  |
| <b>Observações:</b> SG27/88, SNC72/90; MC892/93, RESOLUCAO ANATEL 117/99. Atualização de coordenadas em 30/04/2013 (Resolução 571/2011) |                                                         |

| Endereço Sede                                    |                     |                      |
|--------------------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> PRACA LINDOLFO BARBOSA VIEIRA | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                            | <b>Numero:</b> 40   |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço Correspondência              |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> RUA PADRE VIGILATO | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> CENTRO                 | <b>Numero:</b> 211  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amílcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>            | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                            |                   |                                                  |
|---------------------|----------------------------|-------------------|--------------------------------------------------|
| <b>Canal:</b>       | <b>Frequência:</b> 890 KHz | <b>Classe:</b> B  | <b>ERP Máxima:</b> ERP dia: *** ERP noite: ***kW |
| <b>Altura:</b> m    | <b>Pareamento:</b>         | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 2                                   |

## Informações da Estação

| Informações Gerais |
|--------------------|
|--------------------|



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/consulta/assinatura/57dbac62c1b27>

Nov 23, 2021

Anexo Peras Anatel (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 33

1/3

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                       |  |                                         |  |
|---------------------------------------|--|-----------------------------------------|--|
| Número da Estação: 322399246          |  | Número Indicativo: ZYL370               |  |
| Data Último Licenciamento: 07/07/2020 |  | Número da Licença: 53500.024043/2020-68 |  |

|                                 |  |                               |  |
|---------------------------------|--|-------------------------------|--|
| Sistema de Terra                |  |                               |  |
| Número de Torres: 1             |  | Número de Radiais: 120        |  |
| Altura da Torre: 125            |  | Comprimento de Radiais: 42.10 |  |
| Espaçamento entre radiais: 3.00 |  | Condutividade: 3              |  |

|                    |  |         |  |
|--------------------|--|---------|--|
| Carga Topo         |  |         |  |
| Figura geométrica: |  |         |  |
| Dimensão:          |  | Altura: |  |

|                                   |  |  |  |
|-----------------------------------|--|--|--|
| Campo Característico              |  |  |  |
| Campo Característico: 295.00 mV/m |  |  |  |

|                       |                       |                       |  |
|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| Estação Principal     |                       |                       |  |
| Localização           |                       |                       |  |
| Latitude: 19°33'18" S | Longitude: 42°7'34" W | Cota da base: 569.2 m |  |

|                                       |  |                              |  |
|---------------------------------------|--|------------------------------|--|
| Transmissor Principal                 |  |                              |  |
| Código Equipamento: 010930502299      |  | Modelo: AM5000               |  |
| Fabricante: Digicast Eletrônica Ltda. |  | Potência de Operação: 5.0 kW |  |

|                                |                         |                                                    |                        |
|--------------------------------|-------------------------|----------------------------------------------------|------------------------|
| Linha de Transmissão Principal |                         |                                                    |                        |
| Modelo: LCF-1/2                |                         | Fabricante: KMP - Cabos Especiais e Sistemas Ltda. |                        |
| Comprimento da Linha: 55 m     | Atenuação: 0.22 dB/100m | Perdas Acessórias: 0.5 dB                          | Impedância: 50.00 ohms |

|                      |  |                                    |  |
|----------------------|--|------------------------------------|--|
| Estação Auxiliar     |  |                                    |  |
| Transmissor Auxiliar |  |                                    |  |
| Código Equipamento:  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |
| Fabricante:          |  | Potência de Operação: kW           |  |

|                        |  |                                    |  |
|------------------------|--|------------------------------------|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |                                    |  |
| Código Equipamento:    |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |
| Fabricante:            |  | Potência de Operação: kW           |  |

| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |              |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------|----------|
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc | Natureza |
| 9999                                | 99129         | Decreto        | MC    | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga      | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |            |                    |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|--------------------|----------|
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Órgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc       | Natureza |
| 9999                                            | 308           | Portaria       | MC    | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Aprovação de Local | Técnico  |

| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Órgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

| Horário de funcionamento |
|--------------------------|
|                          |





Entidade

**Administrativo**

Endereços

Plano Básico

Sistema Principal

Sistema de Trans. Auxiliar

## Estação

Número da Estação

322399246

Indicativo da Estação

ZYL370

Situação

Limite para solicitação de Licenciamento

Data Primeiro Licenciamento

01/01/1992

Data Último Licenciamento

07/07/2020

Número da Licença

53500.024043/2020-68

## Informações do Contrato

| Número Processo | Número Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do documento | Data DOU |
|-----------------|------------------|----------------|-------|-------------------|----------|
|                 |                  | ▼              | ▼     |                   |          |

## Informações do documento de Aprovação de Locais

| Número Processo | Número Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do documento | Data DOU   |
|-----------------|------------------|----------------|-------|-------------------|------------|
| 9999            | 308              | Portaria ▼     | MC ▼  | 22/05/2007        | 06/07/2007 |

## Histórico de Documentos Emitidos

| Número Processo | Número Documento | Tipo Documento        | Orgão | Data do documento | Data DOU   | Razão  |
|-----------------|------------------|-----------------------|-------|-------------------|------------|--------|
| 9999            | 174              | Decreto Legislativo ▼ | CN ▼  | 05/09/1991        | 06/09/1991 | Delibe |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Peras Anatel (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 36

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



|                 |       |            |        |            |            |        |
|-----------------|-------|------------|--------|------------|------------|--------|
| 53500.065523/20 | 10551 | Ato ▼      | ORLE ▼ | 21/07/2017 | 21/08/2017 | Autori |
| 53500.020838/20 | 99    | Despacho ▼ | ER04 ▼ | 19/05/2020 |            | Autori |

[← Fechar](#)



Canais

Solicitações

Canais Excluídos

Todos



+ RTV/RTVD Secundário

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar | Salvar Filtro/Ordenação

| Ação             | Status                   | CNPJ           | Entidade                    | NumFistel   | Canal | Frequência |
|------------------|--------------------------|----------------|-----------------------------|-------------|-------|------------|
|                  |                          | 26169789000100 |                             |             |       |            |
| Imprimir Licença | (AM-C4) Canal Licenciado | 26169789000100 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 04030422837 |       | 890        |







### Error



Autorização de uso de radiofrequência vencida, favor entrar em contato com a Anatel.

✕ Fechar



## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b>    |                | CNPJ                        |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
|-----------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-----------|
| <b>CNPJ:</b>                |                | 26.169.789/0001-00          |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA |                |                             |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
| NOME                        | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                 | CNPJ               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO      | 059.187.736-81 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | OM       | Regional | MG | Inhapim   |
|                             |                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |
| ELISEU DE SOUZA SILVA       | 605.081.836-34 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 200        | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **23/11/2021**Hora: **15:21:37**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo 1 das Atas Anatel (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 40

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                |                             |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
|------------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-----------|
| <b>CPF:</b> 059.187.736-81   |                |                             |                    |                         |            |          |          |          |          |    |           |
| NOME                         | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                 | CNPJ               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO       | 059.187.736-81 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | OM       | Regional | MG | Inhapim   |
|                              |                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **23/11/2021**Hora: **15:22:59**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo 1 - Atas Anatel (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 41

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Agência Nacional  
de TelecomunicaçõesBOA TARDE  
Renata Vieira MachadoSistemas  
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO &gt;&gt;&gt; Consultas Gerais &gt;&gt;&gt; Consolidado Participação e Composição

internet tela menu ajuda

Dados da consulta Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:     |                                | CPF                         |                                    |       |            |          |          |          |          |    |           |
|-----------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|----------|----|-----------|
| CPF:                  |                                | 605.081.836-34              |                                    |       |            |          |          |          |          |    |           |
| NOME                  | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO     | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio | 200        | 0,00%    | 0,00%    | OM       | Regional | MG | Inhapim   |

Usuário: [renata.mc - Renata Vieira Machado](#)

Data: 23/11/2021

Hora: 15:23:54



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo 1 das Atas Anatel (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 42

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**CNPJ:** **26.169.789/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:24:38 do dia 23/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Telas Anatel (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 43

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo I das Atoaf (8007750)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 44

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                            |                        |
|----------------------------|------------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b>   | Nome Sócio/Diretor     |
| <b>Nome Sócio/Diretor:</b> | RÁDIO CLUBE DE INHAPIM |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **26/11/2021**

Hora: **09:42:33**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**Data de Envio:**

23/11/2021 16:49:32

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Inhapim / MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

## NOTA TÉCNICA Nº 18085/2021/SEI-MCOM

**PROCESSO Nº: 53115.029231/2021-15**

**INTERESSADO: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (FISTEL 04030422837), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no Município de Inhapim / MG, referente ao seguinte período: 24/10/2012 a 24/10/2031.

### ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. De início, é necessário ressaltar que, com base na redação atual da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, publicada em 26 de novembro de 2020, alterada pela Portaria nº 2.524, publicada em 05 de maio de 2021, o licenciamento da estação passou a ser condição necessária à conclusão dos processos de renovação de outorga, como forma de comprovar a regularidade técnica da interessada para a execução do serviço outorgado, nos seguintes termos:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

(...)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

**§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (grifo nosso)**

4. Em consulta ao sistema MOSAICO/ANATEL, verificou-se que a estação da entidade para a execução do serviço na localidade de Inhapim/MG, encontra-se com o status "TV-C4 - Canal Licenciado", porém, no mesmo Sistema ora analisado, consta a seguinte informação: "Autorização de uso de radiofrequência vencida". Assim sendo, **ressalta-se ser imprescindível a regularização da situação e a ANATEL para o deferimento do pedido de renovação.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 18085 (5506331)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 47

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que regularize a situação do licenciamento da estação perante a ANATEL, para que seja dado prosseguimento à análise do pedido de renovação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 26/11/2021, às 12:36 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8608331** e o código CRC **F7A75380**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

SEI nº 8608331



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Radiodifusão  
Departamento de Outorga e Pós-Outorga  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 25007/2021/MCOM

Brasília, 23 de novembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ Nº 26.169.789/0001-00)**  
Rua Padre Vigilato, nº 230, Centro  
35.330-000 Inhapim/MG

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53115.029231/2021-15.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 18085/2021/SEI-MCOM, para ciência e adoção das providências cabíveis.
2. **Em caso de resposta ao presente Ofício, deverá ser mencionado o número do Processo em referência, condição para que a petição seja analisada.**

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial substituto**, em 26/11/2021, às 14:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141cd592e46c6-bd9b-02f9a0d842d9> Ofício 25007 (860652) SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 49

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **8608552** e o código CRC **09B582E5**.

---

**Anexos:**

- Nota Técnica n.º 18085/2021/SEI-MCOM

---

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 25007/2021/MCOM - Processo nº 53115.029231/2021-15 - Nº SEI: 8608552



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> Ofício 25007 (8608552) SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 50

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**Data de Envio:**

26/11/2021 14:59:53

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<corrc@mcom.gov.br>

**Para:**

RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM  
rubenscosta21@hotmail.com  
contato@mouraeribeiro.adv.br  
lucas@mouraeribeiro.adv.br

**Assunto:**

Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

**Mensagem:**

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - 53115.029231/2021-15

INTERESSADA: - RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Radiodifusão  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_8608552.html  
Nota\_Tecnica\_8608331.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

**RE: Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação**

cgfm &lt;cgfm@mcom.gov.br&gt;

Seg, 29/11/2021 10:19

Para: corrc &lt;corrc@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Inhapim / MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>**Enviado:** terça-feira, 23 de novembro de 2021 16:49**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Contrato e Pena de Cassação

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão Sonora em Onda Média, no município de Inhapim / MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...>

E-mail Resposta CGFM (6/3/105)

SEP53115.029231/2021-15 / pg. 52

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

**CNPJ:** **26.169.789/0001-00**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:23:07 do dia 10/01/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 09/02/2022.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo PISTEL atualizado (9099165)

SEI 93115-029291/2021-15 / pg. 54

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Dados da consulta | Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b>    |                | CNPJ                        |                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------------|----------------|-----------------------------|--------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| <b>CNPJ:</b>                |                | 26.169.789/0001-00          |                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA |                |                             |                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                        | CNPJ/CPF       | ENTIDADE MC                 | CNPJ               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO      | 059.187.736-81 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                             |                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |
| ELISEU DE SOUZA SILVA       | 605.081.836-34 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 26.169.789/0001-00 | Sócio                   | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:13:57**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta:      |                                | CPF                         |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF:                   |                                | 059.187.736-81              |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                   | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ALLAN PEDROSA CARVALHO | <a href="#">059.187.736-81</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                        |                                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 15/03/2023

Hora: 22:14:05



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                                |                             |                                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| <b>CPF:</b> 605.081.836-34   |                                |                             |                                    |       |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                         | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA        | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:14:18**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9 Anexo Anatel (10764221) SEI 55115.029201/2021-15 / pg. 57

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Dados da consulta | Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b> | CNPJ               |
| <b>CNPJ:</b>             | 26.169.789/0001-00 |

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **15/03/2023**

Hora: **22:15:02**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** Radio Clube de Inhapim Ltda

**CNPJ:** 26.169.789/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:15:38 do dia 15/03/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/04/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

|                                                                                      |           |                                                                     |            |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|---------------------------------------------------------------------|------------|
| UF: MG                                                                               |           | Município: Inhapim                                                  |            |
| Entidade                                                                             | Município | Data Outorga                                                        | Validade   |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                          | Inhapim   | 24/10/1991                                                          | 24/10/2001 |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                          | Inhapim   | 24/10/1991                                                          |            |
| Usuário: renata.mc - Renata Vieira Machado      Data: 23/11/2021      Hora: 15:14:35 |           |                                                                     |            |
| Registro 1 até 2 de 2 registros                                                      |           | Página: [1]    [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |            |
| Tela Inicial    Imprimir    Exportar Excel                                           |           |                                                                     |            |



## Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

|                                                                                                      |           |                |                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------------|------------------------------------------------------------------|
| UF:                                                                                                  | MG        | Município:     | Inhapim                                                          |
| Entidade                                                                                             | Município | Data Outorga   | Validade                                                         |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                          | Inhapim   |                |                                                                  |
| Usuário: <a href="#">carlaf.mc</a> - Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 15/03/2023 Hora: 22:16:38 |           |                |                                                                  |
| Registro 1 até 1 de 1 registros                                                                      |           |                | Página: [1] [Ir] <input type="text"/> [Reg] <input type="text"/> |
| Tela Inicial                                                                                         | Imprimir  | Exportar Excel |                                                                  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos 

Download Canais

|                      |  |                          |                |                             |             |         |            |         |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |               |                                                       |
|----------------------|--|--------------------------|----------------|-----------------------------|-------------|---------|------------|---------|-------------|----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|---------|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|---------------|-------------------------------------------------------|
| 1 total de registros |  | 1 - 50                   | 50             | Atualizar                   | Filtrar     |         |            |         |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |               |                                                       |
| Ações                |  | Status                   | CNPJ           | Entidade                    | NumFistel   | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude        | ERP     | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data                | ID Estação Principal | ID do Canal   | Observações                                           |
|                      |  |                          | 261697890001   |                             |             |         | (Todos)    |         |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |               |                                                       |
| Ver Estações         |  | FM-C4 (Canal Licenciado) | 26169789000100 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 50440675120 | P       | Comercial  | FM      | 230         | MG | Inhapim   |                  | 253   |     | 98.5       | A4     | Principal            | 19° 33' 18.04" S | 42° 07' 34.43" W | 13.1344 | 52  |                 | 1    | 2023-02-27 10:08:14 |                      | 5d669cafc1b36 | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |





Id solicitação: 5d669cafc1b36

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                    |                                                                  |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b>                                |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (34) 00000                          | <b>E-mail:</b> radioclube890@hotmail.com                         |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                      | <b>Número do Fistel:</b> 50440675120                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                     | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b>                             | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                             | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                         | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/12/2031                           |                                                                  |
| <b>Observações:</b>                                  |                                                                  |

| Endereço Sede                         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço Correspondência |                     |             |
|--------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>       | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>           | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>        | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b>            | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 253   | <b>Frequência:</b> 98.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 13.1344kW |
| <b>HCI:</b> 52 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1               |

## Informações da Estação



23/22/03/14 eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9 Anexo Anatel (10767221) SEI 55115-029201/2021-15 / pg. 63

| Informações Gerais                    |                                         |
|---------------------------------------|-----------------------------------------|
| Número da Estação: 1014246587         | Número Indicativo: ZYE352               |
| Data Último Licenciamento: 20/09/2022 | Número da Licença: 53500.290285/2022-18 |

| Estação Principal          |                             |                       |
|----------------------------|-----------------------------|-----------------------|
| Localização                |                             |                       |
| Latitude: 19° 33' 18.04" S | Longitude: 42° 07' 34.43" W | Cota da base: 569.2 m |

| Transmissor Principal                                 |                              |
|-------------------------------------------------------|------------------------------|
| Código Equipamento: 002480300528                      | Modelo: SP 5000 ágil         |
| Fabricante: Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | Potência de Operação: 5.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal |                                           |                           |                       |
|--------------------------------|-------------------------------------------|---------------------------|-----------------------|
| Modelo: LCF158-50JA            | Fabricante: RFS - Radio Frequency Systems |                           |                       |
| Comprimento da Linha: 56 m     | Atenuação: 0.635 dB/100m                  | Perdas Acessórias: 0.5 dB | Impedância: 50.0 ohms |

| Antena Principal  |                                   |                      |                       |           |                      |
|-------------------|-----------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------|----------------------|
| Modelo: INV-30-06 | Fabricante: Inovator Antenas Ltda |                      |                       |           |                      |
| Ganho: 5.05 dBd   | Beam-Tilt: 4° °                   | Orientação NV: 170 ° | Polarização: Vertical | HCI: 52 m | ERP Máxima: 13.13 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 8.51             | 5°: 8.51   | 10°: 8.34  | 15°: 8.34  | 20°: 8.17  | 25°: 8.01  | 30°: 7.85  | 35°: 7.69  | 40°: 7.53  | 45°: 7.23  | 50°: 6.93  | 55°: 6.65  |
| 60°: 6.51            | 65°: 6.24  | 70°: 5.97  | 75°: 5.84  | 80°: 5.59  | 85°: 5.35  | 90°: 5.11  | 95°: 4.88  | 100°: 4.65 | 105°: 4.43 | 110°: 4.11 | 115°: 3.91 |
| 120°: 3.7            | 125°: 3.51 | 130°: 3.41 | 135°: 3.22 | 140°: 3.03 | 145°: 2.85 | 150°: 2.76 | 155°: 2.67 | 160°: 2.58 | 165°: 2.58 | 170°: 2.49 | 175°: 2.58 |
| 180°: 2.67           | 185°: 2.76 | 190°: 2.85 | 195°: 2.94 | 200°: 3.03 | 205°: 3.12 | 210°: 3.31 | 215°: 3.51 | 220°: 3.7  | 225°: 3.91 | 230°: 4.11 | 235°: 4.43 |
| 240°: 4.76           | 245°: 4.99 | 250°: 5.23 | 255°: 5.47 | 260°: 5.72 | 265°: 5.97 | 270°: 6.24 | 275°: 6.51 | 280°: 6.79 | 285°: 6.93 | 290°: 7.08 | 295°: 7.38 |
| 300°: 7.53           | 305°: 7.69 | 310°: 7.85 | 315°: 8.01 | 320°: 8.17 | 325°: 8.34 | 330°: 8.34 | 335°: 8.51 | 340°: 8.51 | 345°: 8.51 | 350°: 8.51 | 355°: 8.51 |

| Coordenadas por radial                          |                                                 |                                                 |                                                |                                                 |                                                 |                                                 |                                                |                                                |                                                  |                                                 |                                                  |
|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|-------------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|--------------------------------------------------|-------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| 0°: Lat 19°2 0'51.09" S<br>Lon 42°7'34.43" W    | 5°: Lat 19°2 2'47.32" S<br>Lon 42°6'35.93" W    | 10°: Lat 19° 25'14.64" S<br>Lon 42°6'4.05" W    | 15°: Lat 19° 29'12.95" S<br>Lon 42°6'24.77" W  | 20°: Lat 19°30'22" S<br>Lon 42°6'26.46" W       | 25°: Lat 19° 30'23.95" S<br>Lon 42°6'8.31" W    | 30°: Lat 19° 30'31.69" S<br>Lon 42°5'52.54" W   | 35°: Lat 19°28'9.15" S<br>Lon 42°3'45.06" W    | 40°: Lat 19° 26'43.76" S<br>Lon 42°1'43.67" W  | 45°: Lat 19° 28'14.47" S<br>Lon 42°2'12.53" W    | 50°: Lat 19°31'8.46" S<br>Lon 42°4'50.61" W     | 55°: Lat 19° 31'19.68" S<br>Lon 42°4'35.13" W    |
| 60°: Lat 19° 31'34.86" S<br>Lon 42°4'24.87" W   | 65°: Lat 19° 31'48.81" S<br>Lon 42°4'11.48" W   | 70°: Lat 19°32'5.82" S<br>Lon 42°4'4" W         | 75°: Lat 19° 32'22.15" S<br>Lon 42°3'53.26" W  | 80°: Lat 19° 32'40.53" S<br>Lon 42°3'48.93" W   | 85°: Lat 19° 32'58.78" S<br>Lon 42°3'41.3" W    | 90°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 42°3'40.4" W    | 95°: Lat 19° 33'37.63" S<br>Lon 42°3'36.27" W  | 100°: Lat 19° 33'57.93" S<br>Lon 42°3'34.03" W | 105°: Lat 19° 34'17.53" S<br>Lon 42°3'38.63" W   | 110°: Lat 19° 34'38.28" S<br>Lon 42°3'40.29" W  | 115°: Lat 19° 34'59.21" S<br>Lon 42°3'44.04" W   |
| 120°: Lat 19° 35'17.75" S<br>Lon 42°3'54.28" W  | 125°: Lat 19° 35'38.09" S<br>Lon 42°4'2.06" W   | 130°: Lat 19°35'55" S<br>Lon 42°4'15.82" W      | 135°: Lat 19° 36'10.71" S<br>Lon 42°4'31.1" W  | 140°: Lat 19° 36'28.75" S<br>Lon 42°4'44.53" W  | 145°: Lat 19° 36'41.97" S<br>Lon 42°5'2.82" W   | 150°: Lat 19° 36'57.75" S<br>Lon 42°5'19.75" W  | 155°: Lat 19°37'7.98" S<br>Lon 42°5'40.59" W   | 160°: Lat 19° 37'16.45" S<br>Lon 42°6'2.3" W   | 165°: Lat 19° 38'50.15" S<br>Lon 42°5'59.94" W   | 170°: Lat 19° 41'49.44" S<br>Lon 42°5'58.65" W  | 175°: Lat 19° 42'52.06" S<br>Lon 42°6'41.08" W   |
| 180°: Lat 19°42'2.08" S<br>Lon 42°7'34.43" W    | 185°: Lat 19° 39'43.08" S<br>Lon 42°8'10.2" W   | 190°: Lat 19° 37'23.24" S<br>Lon 42°8'20.33" W  | 195°: Lat 19° 37'18.53" S<br>Lon 42°8'42.84" W | 200°: Lat 19°37'12" S<br>Lon 42°9'4.83" W       | 205°: Lat 19°37'3.68" S<br>Lon 42°9'26.14" W    | 210°: Lat 19° 36'49.54" S<br>Lon 42°9'44.07" W  | 215°: Lat 19° 36'38.09" S<br>Lon 42°10'3.14" W | 220°: Lat 19°36'46.9" S<br>Lon 42°10'40.51" W  | 225°: Lat 19°36'54.3" S<br>Lon 42°11'24.05" W    | 230°: Lat 19° 37'29.45" S<br>Lon 42°12'52.63" W | 235°: Lat 19° 36'10.72" S<br>Lon 42°13'56.29" W  |
| 240°: Lat 19°36'38.3" S<br>Lon 42°13'42.85" W   | 245°: Lat 19° 36'13.29" S<br>Lon 42°13'66" W    | 250°: Lat 19°35'36.6" S<br>Lon 42°14'18.88" W   | 255°: Lat 19° 35'27.33" S<br>Lon 42°16'7.41" W | 260°: Lat 19° 34'11.07" S<br>Lon 42°17'54.14" W | 265°: Lat 19° 33'39.27" S<br>Lon 42°18'52.64" W | 270°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 42°19'33.49" W | 275°: Lat 19°33'0.02" S<br>Lon 42°19'11.252" W | 280°: Lat 19°32'43" S<br>Lon 42°19'5.06" W     | 285°: Lat 19° 32'24.61" S<br>Lon 42°19'5.88" W   | 290°: Lat 19°31'2.48" S<br>Lon 42°19'9.23" W    | 295°: Lat 19° 30'14.51" S<br>Lon 42°19'4.3165" W |
| 300°: Lat 19° 29'19.58" S<br>Lon 42°14'52.28" W | 305°: Lat 19° 28'14.57" S<br>Lon 42°15'13.86" W | 310°: Lat 19° 28'51.21" S<br>Lon 42°16'11.62" W | 315°: Lat 19° 27'57.69" S<br>Lon 42°17'14.1" W | 320°: Lat 19°27'9.21" S<br>Lon 42°18'2.58" W    | 325°: Lat 19° 26'39.77" S<br>Lon 42°19'23.11" W | 330°: Lat 19° 25'56.46" S<br>Lon 42°20'4.74" W  | 335°: Lat 19°25'1.55" S<br>Lon 42°21'39.88" W  | 340°: Lat 19° 23'23.05" S<br>Lon 42°22'3.99" W | 345°: Lat 19° 22'52.72" S<br>Lon 42°23'0.3204" W | 350°: Lat 19° 22'35.84" S<br>Lon 42°23'34.46" W | 355°: Lat 19° 21'55.35" S<br>Lon 42°24'37.74" W  |

| Distância por radial |          |           |          |          |          |          |           |           |           |          |          |
|----------------------|----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------|-----------|-----------|----------|----------|
| 0°: 23.1             | 5°: 19.6 | 10°: 15.2 | 15°: 7.8 | 20°: 5.8 | 25°: 5.9 | 30°: 5.9 | 35°: 11.6 | 40°: 15.9 | 45°: 13.3 | 50°: 6.2 | 55°: 6.4 |



|            |            |            |            |            |           |            |            |            |            |            |            |
|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 60°: 6.4   | 65°: 6.5   | 70°: 6.5   | 75°: 6.7   | 80°: 6.7   | 85°: 6.8  | 90°: 6.8   | 95°: 7     | 100°: 7.1  | 105°: 7.1  | 110°: 7.3  | 115°: 7.4  |
| 120°: 7.4  | 125°: 7.5  | 130°: 7.5  | 135°: 7.5  | 140°: 7.7  | 145°: 7.7 | 150°: 7.8  | 155°: 7.8  | 160°: 7.8  | 165°: 10.6 | 170°: 16   | 175°: 17.8 |
| 180°: 16.2 | 185°: 11.9 | 190°: 7.7  | 195°: 7.7  | 200°: 7.7  | 205°: 7.7 | 210°: 7.5  | 215°: 7.5  | 220°: 8.4  | 225°: 9.4  | 230°: 12.1 | 235°: 9.3  |
| 240°: 12.4 | 245°: 12.8 | 250°: 12.5 | 255°: 15.5 | 260°: 9.4  | 265°: 7.5 | 270°: 7    | 275°: 6.4  | 280°: 6.2  | 285°: 6.4  | 290°: 12.2 | 295°: 13.4 |
| 300°: 14.7 | 305°: 16.3 | 310°: 12.8 | 315°: 14   | 320°: 14.9 | 325°: 15  | 330°: 15.7 | 335°: 16.9 | 340°: 19.6 | 345°: 20   | 350°: 20.1 | 355°: 21.2 |

|                      |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar     |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:  |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:          |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                        |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

|                 |              |                  |              |        |                      |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|----------------------|
| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                      |
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                      |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCl: m | ERP Máxima: 13.13 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                      |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |                      |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|----------------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |                      |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc         | Natureza |
| 53000007968201437                   | 98            | Termo Aditivo  | MC    | 15/12/2021   | 21/12/2021 | Outros Atos Jurídico | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|--------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |          |              |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |

|                                  |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 99129         | Decreto             | MC     | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga                                                     | Jurídico |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.008279/2022-19             | 2099          | Ato                 | ORLE   | 05/02/2022   | 17/02/2022 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |



|                                                  |                                                           |            |                              |                               |  |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|------------------------------|-------------------------------|--|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                           |            |                              | CNPJ<br>26169789000100        |  |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1014246587                      | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>19° 33' 18.04" S | LONGITUDE<br>42° 07' 34.43" W |  |

|                                                                                    |  |                      |  |  |          |
|------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------------|--|--|----------|
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>Rua Amílcar de Oliveira Silva, nº S/N. |  | DISTRITO             |  |  |          |
| BAIRRO<br>Esperança                                                                |  | MUNICÍPIO<br>Inhapim |  |  | UF<br>MG |

|                              |                                |                             |              |
|------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|--------------|
| VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: |                                | 21/12/2031                  |              |
| LOCALIDADE PLANO BASICO:     |                                |                             |              |
| MUNICIPIO:                   | Inhapim                        | UF:                         | MG           |
| LOCALIDADE:                  |                                |                             |              |
| FREQUENCIA:                  | 98.5 MHz                       | CANAL:                      | 253          |
| CLASSE:                      | A4                             | COTA BASE DA TORRE:         | 569.2        |
| INDICATIVO DA ESTAÇÃO:       | ZYE352                         |                             |              |
| NOME FANTASIA:               |                                |                             |              |
| CIDADE DA OUTORGA:           | Inhapim                        | NUMPROCESSO:                |              |
| ESTUDIO PRINCIPAL            |                                |                             |              |
| ENDEREÇO:                    | Rua Padre Vigilato             | BAIRRO:                     | Centro       |
| MUNICÍPIO:                   | Inhapim                        | UF:                         | MG           |
| NUMERO:                      | 230                            | COMPLEMENTO:                |              |
| ESTUDIO AUXILIAR             |                                |                             |              |
| ENDEREÇO:                    |                                |                             |              |
| MUNICÍPIO:                   |                                |                             |              |
| NUMERO:                      |                                |                             |              |
| CATEGORIA DA ESTAÇÃO:        | Principal                      | UF:                         |              |
| TIPO:                        | Diretivo                       | COMPLEMENTO:                |              |
| TRANSMISSOR PRINCIPAL        |                                |                             |              |
| FABRICANTE:                  | Auad Correa Equipamentos       | MODELO:                     | SP 5000 ágil |
| CÓDIGO:                      | Eletrônicos Ltda               | POTÊNCIA:                   | 5.0 kW       |
| TRANSMISSOR AUXILIAR         | 002480300528                   | MODELO:                     |              |
| FABRICANTE:                  |                                |                             |              |
| CÓDIGO:                      |                                |                             |              |
| TRANSMISSOR AUXILIAR 2       |                                |                             |              |
| FABRICANTE:                  |                                |                             |              |
| CÓDIGO:                      |                                |                             |              |
| ANTENA PRINCIPAL             |                                |                             |              |
| FABRICANTE:                  | Inovator Antenas Ltda          | MODELO:                     | INV-30-06    |
| POLARIZAÇÃO:                 | Vertical                       | GANHO:                      | 5.05 dBd     |
| DESCRIÇÃO:                   | Antena vertical com 6 elemento | ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: | 170 graus    |
| ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:    | 52 m                           | BEAM TILT:                  | 4° graus     |
| ANTENA AUXILIAR              |                                |                             |              |
| FABRICANTE:                  |                                |                             |              |
| POLARIZAÇÃO:                 |                                |                             |              |
| DESCRIÇÃO:                   |                                |                             |              |
| ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:    | m                              | GANHO:                      | dBd          |
| LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL  |                                |                             |              |
| FABRICANTE:                  | RFS - Radio Frequency Systems  | MODELO:                     | LCF158-50JA  |
| LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR   |                                |                             |              |
| FABRICANTE:                  |                                |                             |              |
| RDS                          |                                |                             |              |
| Código PI:                   |                                |                             |              |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 15/03/2023 22:21:26



Emitido Em  
20/09/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com original

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNjQxMjZmMTU4NzdiZQ==>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                     |                                                                 |                                                        |                      |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|----------------------|
| <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br/>26.169.789/0001-00<br/>MATRIZ</div>                                    | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA<br/>18/10/1989</div>             |                      |
| <div>NOME EMPRESARIAL<br/>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</div>                                         |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br/>RADIO DE CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM</div>       |                                                                 | <div>PORTE<br/>ME</div>                                |                      |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br/>60.10-1-00 - Atividades de rádio</div> |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br/>Não informada</div>               |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br/>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>        |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>LOGRADOURO<br/>R PADRE VIGILATO</div>                                                          | <div>NÚMERO<br/>230</div>                                       | <div>COMPLEMENTO<br/>*****</div>                       |                      |
| <div>CEP<br/>35.330-000</div>                                                                       | <div>BAIRRO/DISTRITO<br/>CENTRO</div>                           | <div>MUNICÍPIO<br/>INHAPIM</div>                       | <div>UF<br/>MG</div> |
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO<br/>RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM</div>                                        |                                                                 | <div>TELEFONE<br/>(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393</div> |                      |
| <div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br/>*****</div>                                              |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>ATIVA</div>                                                             |                                                                 | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>06/03/2004</div>   |                      |
| <div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>                                                             |                                                                 |                                                        |                      |
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                                                              |                                                                 | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>         |                      |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 15/03/2023 às 22:10:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Certidão Emitida (10/07/225)

SEI 93119-029231/2021-15 / pg. 67

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 26.169.789/0001-00  
**Razão Social:** RADIO CLUBE INHAPIM LTDA  
**Endereço:** PCA LINDOLFO VIEIRA BARBOSA 7 / CENTRO / INHAPIM / MG / 35330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/03/2023 a 02/04/2023

**Certificação Número:** 2023030400361314312239

Informação obtida em 15/03/2023 22:11:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

<https://mfole8-autenticidade-assinatura-caixa-federal-leg-br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ANEXO Certidões Emitidas (10787225)

SEI 93115-029231/2021-15 / pg. 68

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certidão nº: 10929070/2023

Expedição: 15/03/2023, às 22:12:10

Validade: 11/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **26.169.789/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Certidões Emitidas (10787225)

SEI 93119-029231/2021-15 / pg. 69

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**  
**CNPJ: 26.169.789/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 22:12:51 do dia 15/03/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 11/09/2023.

Código de controle da certidão: **4B1F.C652.D685.3F45**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Certidões Emitidas (10787223)

SEI 93119-029231/2021-15 / pg. 70

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**Data de Envio:**

15/03/2023 22:42:11

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.029231/2021-15**

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Qui, 16/03/2023 08:14

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Inhapim/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Enviado:** quarta-feira, 15 de março de 2023 22:42

**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NOBGAAAAAAD31SCGCRSW...  
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/de/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 4077/2023/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53115.029231/2021-15**

**INTERESSADO: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA, no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Inhapim/MG, referente ao seguinte período: 24/10/2021 a 24/10/2031.

### ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 18085/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 25007/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 8608331 e 8608552). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.042859/2021-06, acompanhado de documentos.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a Interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

### **RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade.

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 29, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 8.374, de 6 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 20/04/2023, às 09:08 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Especialista em Infraestrutura Sênior**, em 20/04/2023, às 09:13 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10787227** e o código CRC **D59CE5D0**.

## Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 10787227



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 4077 (10/8/227)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 74

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 6600/2023/MCOM

Brasília, 20 de abril de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ Nº 26.169.789/0001-00)**  
Rua Padre Vigilato nº 230 - Centro  
35.330-000 - Inhapim/MG

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.029231/2021-15.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 4077/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. A documentação deverá ser encaminhada **exclusivamente** por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:

- **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 75

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 20/04/2023, às 11:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10787228** e o código CRC **668C8F73**.

**Anexos:**

- Nota Técnica nº 4077/2023 (SUPER 10787227)

**Referência:** Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 10787228



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Circulo 6600 (10787228)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 76

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

**Data de Envio:**

20/04/2023 12:50:15

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM  
rubenscosta21@hotmail.com  
contato@mouraeribeiro.adv.br  
lucas@mouraeribeiro.adv.br

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 53115.029231/2021-15

INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Nota\_Tecnica\_10787227.html  
Oficio\_10787228.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

# Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

[Relatório](#) [Consultar](#) [Sair](#)

## Consultar e-mails

☐ CPF☒ CNPJ

CNPJ:

26.169.789/0001-00

Razão Social

[Pesquisar](#)

10 ▾

1 / 1

Razão Social

CNPJ

Emails

RADIO CLUBE DE INHAPIM  
LTDA26.169.789/0001-  
00RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM, rubenscosta21@hotmail.com, contato@mouraeribeiro.adv.br,  
lucas@mouraeribeiro.adv.br

10 ▾

1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf](https://gov.br/CADSEIWeb/pages/consulta-email.jsf)<https://inforeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo CADSEI (10007842)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 78



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CNPJ      |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CNPJ: 26.169.789/0001-00    |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                        | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA       | <a href="#">605.081.836-34</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |
| ELY DA TERRA CRISTO         | <a href="#">032.837.356-70</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                             |                                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: -

Data: 13/05/2024

Hora: 22:03:40



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| <b>Tipo de Consulta:</b> CPF |                       |                             |                           |       |            |          |          |          |      |    |           |
|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|---------------------------|-------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| <b>CPF:</b> 605.081.836-34   |                       |                             |                           |       |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                         | CNPJ/CPF              | ENTIDADE MC                 | CNPJ                      | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELISEU DE SOUZA SILVA        | <u>605.081.836-34</u> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <u>26.169.789/0001-00</u> | Sócio | 200        | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: -      Data: 13/05/2024      Hora: 22:04:12



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| Tipo de Consulta: CPF |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
|-----------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------|----------|----------|------|----|-----------|
| CPF: 032.837.356-70   |                                |                             |                                    |                         |            |          |          |          |      |    |           |
| NOME                  | CNPJ/CPF                       | ENTIDADE MC                 | CNPJ                               | CARGO                   | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
| ELY DA TERRA CRISTO   | <a href="#">032.837.356-70</a> | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0          | --       | --       | FM       | --   | MG | Inhapim   |
|                       |                                | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | <a href="#">26.169.789/0001-00</a> | Sócio                   | 1000       | 0,00%    | 0,00%    | FM       | --   | MG | Inhapim   |

Usuário: -

Data: 13/05/2024

Hora: 22:04:20



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

|                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <b>Tipo de Consulta:</b> | CNPJ               |
| <b>CNPJ:</b>             | 26.169.789/0001-00 |

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** -**Data:** 13/05/2024**Hora:** 22:04:41

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: Radio Clube de Inhapim Ltda  
CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 22:05:18 do dia 13/05/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/06/2024.

Certidão expedida gratuitamente.





## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita                                                                                       |
|-------------------|------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1329              | 9999             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento                                                         |
| 1330              | 9998             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas                              |
| 1331              | 9931             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite                                              |
| 1332              | 9332             | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite                     |
| 1550              | 9550             | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações                                              |
| 1551              | 9551             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP                                                |
| 1552              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro                         |
| 1555              | 9555             | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados                                              |
| 1560              | 9560             | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação                                    |
| 1660              | 9660             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão                                  |
| 1661              | 9661             | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária                      |
| 1666              | 9666             | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC                                         |
| 1770              | 9905             | Multa Contratual - Termo Autorização                                                          |
| 1777              | 9177             | Multa Contratual - Não Outorgados                                                             |
| 1780              | 9780             | Multa por Infração ao CDC                                                                     |
| 1810              | 9810             | Descumprimento do PGMQ                                                                        |
| 1820              | 9820             | Descumprimento da Regulação de Interconexão                                                   |
| 1830              | 9830             | Descumprimento da Regulação de Numeração                                                      |
| 1840              | 9840             | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade                                             |
| 1850              | 9850             | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite                                            |
| 1851              | 9851             | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite                                              |
| 1852              | 9852             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite             |
| 1853              | 9853             | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura                                    |
| 1854              | 9854             | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar                                                   |
| 1855              | 9855             | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU                                                       |
| 1856              | 9856             | Multa Decorrente das Obrigações do FUST                                                       |
| 1857              | 9857             | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC                                               |
| 1858              | 9858             | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais                                    |
| 1859              | 9859             | Multa por Prejuízo à Competição                                                               |
| 1880              | 9880             | Monitoramento do STFC                                                                         |
| 1881              | 9881             | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas                                   |
| 1885              | 9885             | Multa por Tarifação Incorreta                                                                 |
| 1886              | 9886             | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887              | 9887             | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC                                          |
| 1889              | 9889             | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada                                         |
| 1890              | 9552             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite             |
| 1891              | 9905             | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência                            |
| 1950              | 9950             | RENDAS EVENTUAIS                                                                              |
| 2018              | 9018             | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações                                               |
| 2129              | 9129             | DIVIDAATIVA                                                                                   |
| 2145              | 9145             | MULTA/JUROS DIVIDAATIVA                                                                       |
| 2671              | 9333             | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro                            |
| 2672              | 9672             | Preço da Execução de Serviços Técnicos                                                        |
| 2680              | 9680             | Homologação de Certificação de Conformidade                                                   |
| 2682              | 9682             | Homologação de Declaração de Conformidade                                                     |
| 2684              | 9684             | Renovação de Homologação                                                                      |
| 3000              | 9001             | Lançamento Complementar de Multa Moratória                                                    |
| 3001              | 9002             | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas                         |
| 3500              | 9500             | MULTA/JUROS                                                                                   |
| 4100              | 9111             | FUST - Declaração Espontânea                                                                  |
| 4101              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4102              | 9102             | FUST - Interconexão e EILD                                                                    |
| 4103              | 9101             | FUST - Lançamento de Ofício                                                                   |
| 4105              | 9105             | FUST - Multa de Ofício                                                                        |
| 4200              | 9200             | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública                                           |
| 4201              | 9201             | CFRP - Estações não Licenciadas                                                               |
| 5320              | 9320             | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais                                                           |
| 5330              | 9330             | Devolução de Salários - Exercício Corrente                                                    |
| 5331              | 9331             | Devolução de Verbas Remuneratórias                                                            |
| 5340              | 9340             | Ressarcimento Ligações Telefônicas                                                            |
| 5341              | 9341             | Serviços Administrativos                                                                      |
| 5342              | 9342             | Devolução de Diárias - Exercício                                                              |
|                   | 9343             | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços                                                      |
|                   | 9344             | Diferença de Tarifa Aérea                                                                     |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQSMódulo=3761>
<https://infoleg-autenticada-assinatura.camara.leg.br/rev8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Anatel (10928494)

SEI 55115-029201/2021-15 / pg. 85

|      |      |                                                                                                                       |
|------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 5345 | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis                                                                                                |
| 5346 | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos                                                                                 |
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante)                                                                                   |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)                                                                              |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias                                                                                          |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial                                                                                            |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios                                                                                               |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta                                                   |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa                                                      |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços                                                                                                       |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário                                                                                           |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão                                                                  |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa                                            |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo                                                                                           |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo                                                          |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados                                                                                               |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI                                                                            |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos                                                                                             |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros                                                                                                 |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição                                                                 |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro                                                                |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos                                                                     |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade                                                          |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )                                                 |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)                                                                     |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências                                                           |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)                               |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem                                                        |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME                                                                                                |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G                                             |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz                                              |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)                              |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)                                        |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz                                             |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite                                                                  |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações                                               |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite                                                 |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações            |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )                                                 |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência                                                                  |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)                                 |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração                                                      |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC                             |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP                               |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP                            |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação                                                                                    |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite                                                                         |
| 8801 | 9801 | Caução                                                                                                                |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias                                                                                  |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN                                                          |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)                                                                    |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício                                                                         |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações                                                                                             |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI                                                                  |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício                                                                                       |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas                                                                                     |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores                                                                 |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações                                                                                                   |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício                                                                                      |

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/ce/8e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Anexo Anatel (10928494)



SEI 55115-029201/2021-15 / pg. 86

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Estações 

 Voltar

| 1 total de registros         |  | 1 - 50                   |                | 50                          |             |  Atualizar |            |  Filtrar |             |    |           |                  |       |     |            |        |                      |                  |                  |         |     |                 |      |                     |                      |              |                                                       |  |
|------------------------------|--|--------------------------|----------------|-----------------------------|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|----|-----------|------------------|-------|-----|------------|--------|----------------------|------------------|------------------|---------|-----|-----------------|------|---------------------|----------------------|--------------|-------------------------------------------------------|--|
| Ações                        |  | Status                   | CNPJ           | Entidade                    | NumFistel   | Carater                                                                                     | Finalidade | Serviço                                                                                   | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude         | Longitude        | ERP     | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data                | ID Estação Principal | ID do Canal  | Observações                                           |  |
| <div>Visualizar em PDF</div> |  | FM-C4 (Canal Licenciado) | 26169789000100 | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA | 50440675120 | P                                                                                           | Comercial  | FM                                                                                        | 230         | MG | Inhapim   |                  | 253   |     | 98.5       | A4     | Principal            | 19° 33' 18.04" S | 42° 07' 34.43" W | 13.1344 | 52  |                 | 1    | 2023-12-28 08:17:10 |                      | 5d669caf1b36 | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. |  |



Id solicitação: 5d669cafc1b36

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                    |                                                                  |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (33) 33151355                       | <b>E-mail:</b> radioclube890@hotmail.com                         |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                      | <b>Número do Fistel:</b> 50440675120                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                     | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b>                             | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                             | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                         | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/12/2031                           |                                                                  |
| <b>Observações:</b>                                  |                                                                  |

| Endereço Sede                         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 253   | <b>Frequência:</b> 98.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 13.1344kW |
| <b>HCI:</b> 52 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1               |

## Informações da Estação

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1014246587         | <b>Número Indicativo:</b> ZYE352               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022 | <b>Número da Licença:</b> 53500.290285/2022-18 |



24.22.05.08 Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Anexo (10926494)

SEI 55115-029201/2021-15 / pg. 88

| Estação Principal                 |                                    |                              |
|-----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| Localização                       |                                    |                              |
| <b>Latitude:</b> 19° 33' 18.04" S | <b>Longitude:</b> 42° 07' 34.43" W | <b>Cota da base:</b> 569.2 m |

| Transmissor Principal                                        |                                     |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 5000 ágil         |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 5.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal    |                                                  |                                  |                              |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF158-50JA        | <b>Fabricante:</b> RFS - Radio Frequency Systems |                                  |                              |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 56 m | <b>Atenuação:</b> 0.635 dB/100m                  | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50.0 ohms |

| Antena Principal         |                                          |                             |                              |                  |                             |
|--------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------|-----------------------------|
| <b>Modelo:</b> INV-30-06 | <b>Fabricante:</b> Inovator Antenas Ltda |                             |                              |                  |                             |
| <b>Ganho:</b> 5.05 dBd   | <b>Beam-Tilt:</b> 4° °                   | <b>Orientação NV:</b> 170 ° | <b>Polarização:</b> Vertical | <b>HCI:</b> 52 m | <b>ERP Máxima:</b> 13.13 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 8.51             | 5°: 8.51   | 10°: 8.34  | 15°: 8.34  | 20°: 8.17  | 25°: 8.01  | 30°: 7.85  | 35°: 7.69  | 40°: 7.53  | 45°: 7.23  | 50°: 6.93  | 55°: 6.65  |
| 60°: 6.51            | 65°: 6.24  | 70°: 5.97  | 75°: 5.84  | 80°: 5.59  | 85°: 5.35  | 90°: 5.11  | 95°: 4.88  | 100°: 4.65 | 105°: 4.43 | 110°: 4.11 | 115°: 3.91 |
| 120°: 3.7            | 125°: 3.51 | 130°: 3.41 | 135°: 3.22 | 140°: 3.03 | 145°: 2.85 | 150°: 2.76 | 155°: 2.67 | 160°: 2.58 | 165°: 2.58 | 170°: 2.49 | 175°: 2.58 |
| 180°: 2.67           | 185°: 2.76 | 190°: 2.85 | 195°: 2.94 | 200°: 3.03 | 205°: 3.12 | 210°: 3.31 | 215°: 3.51 | 220°: 3.7  | 225°: 3.91 | 230°: 4.11 | 235°: 4.43 |
| 240°: 4.76           | 245°: 4.99 | 250°: 5.23 | 255°: 5.47 | 260°: 5.72 | 265°: 5.97 | 270°: 6.24 | 275°: 6.51 | 280°: 6.79 | 285°: 6.93 | 290°: 7.08 | 295°: 7.38 |
| 300°: 7.53           | 305°: 7.69 | 310°: 7.85 | 315°: 8.01 | 320°: 8.17 | 325°: 8.34 | 330°: 8.34 | 335°: 8.51 | 340°: 8.51 | 345°: 8.51 | 350°: 8.51 | 355°: 8.51 |

| Coordenadas por radial                        |                                               |                                               |                                               |                                               |                                              |                                               |                                               |                                               |                                               |                                                |                                                |
|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 19°2 0'51.09" S<br>Lon 42°7'34.43" W  | 5°: Lat 19°2 2'47.32" S<br>Lon 42°6'35.93" W  | 10°: Lat 19° 25'14.64" S<br>Lon 42°6'4.05" W  | 15°: Lat 19° 29'12.95" S<br>Lon 42°6'24.77" W | 20°: Lat 19°30'22" S<br>Lon 42°6'26.46" W     | 25°: Lat 19° 30'23.95" S<br>Lon 42°6'8.31" W | 30°: Lat 19° 30'31.69" S<br>Lon 42°5'52.54" W | 35°: Lat 19°28'9.15" S<br>Lon 42°3'45.06" W   | 40°: Lat 19° 26'43.76" S<br>Lon 42°1'43.67" W | 45°: Lat 19° 28'14.47" S<br>Lon 42°2'12.53" W | 50°: Lat 19°31'8.46" S<br>Lon 42°4'50.61" W    | 55°: Lat 19° 31'19.68" S<br>Lon 42°4'35.13" W  |
| 60°: Lat 19° 31'34.86" S<br>Lon 42°4'24.87" W | 65°: Lat 19° 31'48.81" S<br>Lon 42°4'11.48" W | 70°: Lat 19°32'5.82" S<br>Lon 42°4'4" W       | 75°: Lat 19° 32'22.15" S<br>Lon 42°3'53.26" W | 80°: Lat 19° 32'40.53" S<br>Lon 42°3'48.93" W | 85°: Lat 19° 32'58.78" S<br>Lon 42°3'41.3" W | 90°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 42°3'40.4" W  | 95°: Lat 19° 33'37.63" S<br>Lon 42°3'36.27" W | 100°: Lat 19°33'57.93" S<br>Lon 42°3'34.03" W | 105°: Lat 19°34'17.53" S<br>Lon 42°3'38.63" W | 110°: Lat 19°34'38.28" S<br>Lon 42°3'40.29" W  | 115°: Lat 19°34'59.21" S<br>Lon 42°3'44.04" W  |
| 120°: Lat 19°35'17.75" S<br>Lon 42°3'54.28" W | 125°: Lat 19°35'38.09" S<br>Lon 42°4'2.06" W  | 130°: Lat 19°35'55" S<br>Lon 42°4'15.82" W    | 135°: Lat 19°36'10.71" S<br>Lon 42°4'31.1" W  | 140°: Lat 19°36'28.75" S<br>Lon 42°4'44.53" W | 145°: Lat 19°36'41.97" S<br>Lon 42°5'2.82" W | 150°: Lat 19°36'57.75" S<br>Lon 42°5'19.75" W | 155°: Lat 19°37'7.98" S<br>Lon 42°5'40.59" W  | 160°: Lat 19°37'16.45" S<br>Lon 42°6'2.3" W   | 165°: Lat 19°38'50.15" S<br>Lon 42°5'59.94" W | 170°: Lat 19°41'49.44" S<br>Lon 42°5'58.65" W  | 175°: Lat 19°42'52.06" S<br>Lon 42°6'41.08" W  |
| 180°: Lat 19°42'2.08" S<br>Lon 42°7'34.43" W  | 185°: Lat 19°39'43.08" S<br>Lon 42°8'10.2" W  | 190°: Lat 19°37'23.24" S<br>Lon 42°8'20.33" W | 195°: Lat 19°37'18.53" S<br>Lon 42°8'42.84" W | 200°: Lat 19°37'12" S<br>Lon 42°9'4.83" W     | 205°: Lat 19°37'3.68" S<br>Lon 42°9'26.14" W | 210°: Lat 19°36'49.54" S<br>Lon 42°9'44.07" W | 215°: Lat 19°36'38.09" S<br>Lon 42°10'3.14" W | 220°: Lat 19°36'46.9" S<br>Lon 42°10'40.51" W | 225°: Lat 19°36'54.3" S<br>Lon 42°11'24.05" W | 230°: Lat 19°37'29.45" S<br>Lon 42°12'52.63" W | 235°: Lat 19°36'10.72" S<br>Lon 42°13'56.29" W |
| 240°: Lat 19°36'38.3" S<br>Lon 42°13'42.85" W | 245°: Lat 19°36'13.29" S<br>Lon 42°13'66" W   | 250°: Lat 19°35'36.6" S<br>Lon 42°14'18.88" W | 255°: Lat 19°35'27.33" S<br>Lon 42°16'7.41" W | 260°: Lat 19°34'11.07" S<br>Lon 2°54.14" W    | 265°: Lat 19°33'39.27" S<br>Lon 1°52.64" W   | 270°: Lat 19°33'17.99" S<br>Lon 1°33.49" W    | 275°: Lat 19°33'0.02" S<br>Lon 1°12.52" W     | 280°: Lat 19°32'43" S<br>Lon 42°11'5.06" W    | 285°: Lat 19°32'24.61" S<br>Lon 42°11'5.88" W | 290°: Lat 19°31'2.48" S<br>Lon 42°14'9.23" W   | 295°: Lat 19°30'14.51" S<br>Lon 4°31.65" W     |
| 300°: Lat 19°29'19.58" S<br>Lon 4°52.28" W    | 305°: Lat 19°28'14.57" S<br>Lon 5°13.86" W    | 310°: Lat 19°28'51.21" S<br>Lon 3°11.62" W    | 315°: Lat 19°27'57.69" S<br>Lon 42°13'14.1" W | 320°: Lat 19°27'9.21" S<br>Lon 42°13'2.58" W  | 325°: Lat 19°26'39.77" S<br>Lon 2°30.11" W   | 330°: Lat 19°25'56.46" S<br>Lon 42°12'4.74" W | 335°: Lat 19°25'1.55" S<br>Lon 11°39.88" W    | 340°: Lat 19°23'23.05" S<br>Lon 1°23.99" W    | 345°: Lat 19°22'52.72" S<br>Lon 0°32.04" W    | 350°: Lat 19°22'35.84" S<br>Lon 42°9'34.46" W  | 355°: Lat 19°21'55.35" S<br>Lon 42°8'37.74" W  |

| Distância por radial |            |            |            |           |           |           |           |           |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| 0°: 23.1             | 5°: 19.6   | 10°: 15.2  | 15°: 7.8   | 20°: 5.8  | 25°: 5.9  | 30°: 5.9  | 35°: 11.6 | 40°: 15.9 | 45°: 13.3  | 50°: 6.2   | 55°: 6.4   |
| 60°: 6.4             | 65°: 6.5   | 70°: 6.5   | 75°: 6.7   | 80°: 6.7  | 85°: 6.8  | 90°: 6.8  | 95°: 7    | 100°: 7.1 | 105°: 7.1  | 110°: 7.3  | 115°: 7.4  |
| 120°: 7.4            | 125°: 7.5  | 130°: 7.5  | 135°: 7.5  | 140°: 7.7 | 145°: 7.7 | 150°: 7.8 | 155°: 7.8 | 160°: 7.8 | 165°: 10.6 | 170°: 16   | 175°: 17.8 |
| 180°: 16.2           | 185°: 11.9 | 190°: 7.7  | 195°: 7.7  | 200°: 7.7 | 205°: 7.7 | 210°: 7.5 | 215°: 7.5 | 220°: 8.4 | 225°: 9.4  | 230°: 12.1 | 235°: 9.3  |
| 240°: 12.4           | 245°: 12.8 | 250°: 12.5 | 255°: 15.5 | 260°: 9.4 | 265°: 7.5 | 270°: 7   | 275°: 6.4 | 280°: 6.2 | 285°: 6.4  | 290°: 12.2 | 295°: 13.4 |



|            |            |            |          |            |          |            |            |            |          |            |            |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|
| 300°: 14.7 | 305°: 16.3 | 310°: 12.8 | 315°: 14 | 320°: 14.9 | 325°: 15 | 330°: 15.7 | 335°: 16.9 | 340°: 19.6 | 345°: 20 | 350°: 20.1 | 355°: 21.2 |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|

|                      |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar     |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:  |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:          |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                        |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

|                 |              |                  |              |        |                      |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|----------------------|
| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                      |
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                      |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCI: m | ERP Máxima: 13.13 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                      |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |                      |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|----------------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |                      |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc         | Natureza |
| 53000007968201437                   | 98            | Termo Aditivo  | MC    | 15/12/2021   | 21/12/2021 | Outros Atos Jurídico | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|--------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |          |              |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |

|                                  |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 99129         | Decreto             | MC     | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga                                                     | Jurídico |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.008279/2022-19             | 2099          | Ato                 | ORLE   | 05/02/2022   | 17/02/2022 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |



## AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

|                                                                                    |                                                           |            |                              |                               |          |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------|------------|------------------------------|-------------------------------|----------|
| NOME/RAZÃO SOCIAL<br>Radio Clube de Inhapim Ltda                                   |                                                           |            |                              | CNPJ<br>26169789000100        |          |
| Nº DA ESTAÇÃO<br>1014246587                                                        | SERVIÇO<br>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | NAT. SERV. | LATITUDE<br>19° 33' 18.04" S | LONGITUDE<br>42° 07' 34.43" W |          |
| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO<br>Rua Amílcar de Oliveira Silva, nº S/N. |                                                           |            | DISTRITO                     |                               |          |
| BAIRRO<br>Esperança                                                                |                                                           |            | MUNICÍPIO<br>Inhapim         |                               | UF<br>MG |

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 21/12/2031

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Inhapim UF: MG

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 98.5 MHz CANAL: 253

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 569.2

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYE352

NOME FANTASIA: RADIO CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Inhapim

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua Padre Vigilato BAIRRO: Centro

MUNICÍPIO: Inhapim UF: MG

NUMERO: 230 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Auad Correa Equipamentos MODELO: SP 5000 ágil

CÓDIGO: Eletrônicos Ltda POTÊNCIA: 5.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Inovator Antenas Ltda MODELO: INV-30-06

POLARIZAÇÃO: Vertical GANHO: 5.05 dBd

DESCRIÇÃO: Antena vertical com 6 elemento ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 170 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 52 m BEAM TILT: 4° graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

POLARIZAÇÃO: GANHO: dBd

DESCRIÇÃO: ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS - Radio Frequency Systems MODELO: LCF158-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO:

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 13/05/2024 22:08:27



Emitido Em  
20/09/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?q=OA-141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9-15>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCYixTQ1JcQ2xhc3NMZWVibmNhOjoyMDIzNjU4ZDRiMjVh>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                     |                                                     |                                |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------|
| NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br>26.169.789/0001-00<br>MATRIZ | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br>CADASTRAL | DATA DE ABERTURA<br>18/10/1989 |
|-----------------------------------------------------|-----------------------------------------------------|--------------------------------|

NOME EMPRESARIAL  
RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
RADIO DE CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM

PORTE  
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO  
R PADRE VIGILATO

NÚMERO  
230

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
35.330-000

BAIRRO/DISTRITO  
CENTRO

MUNICÍPIO  
INHAPIM

UF  
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO  
RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM

TELEFONE  
(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
06/03/2004

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 13/05/2024 às 21:59:02 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Certidões Emitidas (10928495)

SEI 93119-029231/2021-15 / pg. 92

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
26.169.789/0001-00  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$12.000,00 (Doze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELISEU DE SOUZA SILVA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELY DA TERRA CRISTO  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/05/2024 às 21:59 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 26.169.789/0001-00  
**Razão Social:** RADIO CLUBE INHAPIM LTDA  
**Endereço:** PCA LINDOLFO VIEIRA BARBOSA 7 / CENTRO / INHAPIM / MG / 35330-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 25/04/2024 a 24/05/2024

**Certificação Número:** 2024042505574178971248

Informação obtida em 13/05/2024 22:00:03

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

[http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf](http://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf)

SEI 93115-025231/2021-15 / pg. 94

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**  
**CNPJ: 26.169.789/0001-00**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:07:52 do dia 14/05/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 10/11/2024.

Código de controle da certidão: **FE4D.A115.21F6.7DB2**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Anexo Certidões Emitidas (10/28/25)

SEI 93119-029231/2021-15 / pg. 95

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:  
13/05/2024

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:  
11/08/2024

NOME/NOME EMPRESARIAL: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 003067058.00-58

CNPJ/CPF: 26.169.789/0001-00

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: RUA PADRE VIGILATO

NÚMERO: 230

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 35330000

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: INHAPIM

UF: MG

**Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:**

**1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;**

**2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.**

**Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.**

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em [www.fazenda.mg.gov.br](http://www.fazenda.mg.gov.br) => certidão de débitos tributários => certificar documentos**

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2024000761923111





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 26.169.789/0001-00

Certidão n°: 33271831/2024

Expedição: 13/05/2024, às 22:00:23

Validade: 09/11/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **26.169.789/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnst@tst.jus.br](mailto:cnst@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Annexo Certidões Emitidas (10528455)

SEI 93119-029231/2021-15 / pg. 97

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**

CPF/CNPJ: **26.169.789/0001-00**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

*Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.*

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 22:01:23 do dia 13/05/2024 , com validade até o dia 12/06/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: NbriRunT92gjZZHq82jR

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Annexo Certidoes Emitidas (10528455)

SEI 53119-029231/2021-15 / pg. 98

**Data de Envio:**

13/05/2024 22:27:29

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

Inez Joffily França &lt;inez.franca@mcom.gov.br&gt;

Ter, 14/05/2024 09:29

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim/MG, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 13 de maio de 2024 22:27**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.029231/2021-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim/MG, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJIMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...](https://office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJIMDQwLWRkODIiNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW...)

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

D.O. 12/03/90

04

Decreto nº 99.129 de 09 de março de 1990

Outorga concessão a RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

**O Presidente da República,** usando das atribuições que lhe conferem o artigo 84, item IV, da Constituição, e o artigo 29 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação dada pelo Decreto nº 88.067, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29000.006776/89, (Edital nº 103/89), decreta:

Art. 1º - Fica outorgada concessão a RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., para explorar, pelo prazo de 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Único - A concessão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em sua proposta.

Art. 2º - Esta concessão somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do artigo 223, parágrafo terceiro, da Constituição.

Art. 3º - O contrato decorrente desta concessão deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 09 de março de 1990; 169º da Independência e 108º da República.

X / *[Assinatura]*  
*[Assinatura]*



## I - (VETADO)

II - no mês de janeiro de 1992, o salário mínimo será reajustado pela variação acumulada do INPC no quadrimestre anterior, acrescido cumulativamente de percentual de 4,02% (quatro inteiros e dois centésimos por cento), e deduzidas as antecipações de que trata o inciso anterior;

## III - (VETADO)

Art. 11 - O salário mínimo horário corresponde a 1/220 (um duzentos e vinte avos) do valor do salário mínimo e o salário mínimo diário a 1/30 (um trinta avos).

Parágrafo único - Para os trabalhadores que tenham por disposição legal o máximo de jornada diária de trabalho em menos de oito horas, o salário mínimo será igual ao definido no caput deste artigo, multiplicado por oito e dividido por aquele máximo legal.

Art. 12 - É vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, ressalvados os valores mínimos dos benefícios de prestação continuada da previdência social.

## Art. 13 - (VETADO)

## Art. 14 - (VETADO)

## Art. 15 - (VETADO)

## Art. 16 - (VETADO)

## Art. 17 - (VETADO)

## Art. 18 - (VETADO)

Art. 19 - Os valores expressos em cruzeiros nas Leis nºs 8.212 e 8.213, de 1991, serão reajustados, para a competência setembro de 1991, em 147,06% (cento e quarenta e sete inteiros e seis centésimos por cento).

Art. 20 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1991.

Art. 21 - Revogam-se as disposições em contrário.

170º da Independência e 103º da República.

Brasília, em 05 de setembro de 1991;

FERNANDO COLLOR  
Luiz Antônio Andrade Gonçalves  
Antonio Magri

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 172, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicações Professor Valtencar Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicações Professor Valtencar Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Teresina, Estado do Piauí, a que se refere a Portaria nº 56, de 6 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 173, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Ituberá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora na cidade de Ituberá, Estado da Bahia.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 91, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que

outorga permissão à Rádio FM Ituberá Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ituberá, Estado da Bahia.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991  
SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 174, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Clube de Inhapi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Inhapi, Estado de Minas Gerais.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 99.129, de 9 de março de 1990, que outorga concessão à Rádio Clube de Inhapi Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Inhapi, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 175, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM 103 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 113, de 9 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que outorga permissão à Rádio FM 103 Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maravilha, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991  
SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 176, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à Rio São Francisco Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - É aprovada a outorga de concessão à Rio São Francisco Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Bom Jesus da Lapa, Estado da Bahia, a que se refere o Decreto nº 98.037, de 9 de agosto de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 05 DE SETEMBRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES  
Presidente



## DIÁRIO OFICIAL

de 24 / 10 / 1991

Página N.º 23499

Encarregado do Serviço

Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Clube de Inhapim Ltda. ---, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média ---, na cidade de Inhapim ---, Estado de Minas Gerais.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e noventa e um, no Gabinete do Secretário Nacional de Comunicações, JOEL MARCIANO RAUBER, representando a União compa receu a Rádio Clube de Inhapim Ltda. ---, CGC nº 26.169.789/0001-00, representada por seu Sócio-Gerente SÉRGIO RICARDO DE MELO MARQUES ---, CPF nº 488.886.216-87, para o fim especial de assinar o presente contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, através do Decreto nº 99.129, de 09 de março de 1990 ---, publicado no Diário Oficial do dia 12 de março de 1990 ---, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 174, publicado no Diário Oficial de 06 de setembro de 1991, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média ---, na cidade de Inhapim ---, Estado de Minas Gerais ---, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumu lativamente, pelas cláusulas seguintes: CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Rádio Clube de Inhapim Ltda. ---o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade de Inhapim ---, Estado de Minas Gerais ---, o serviço de radiodifusão sonora em onda média ---, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituí das neste Ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorga da pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da pu blicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial. CLÁUSULA TER CEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) publicar o extrato do presente contrato de concessão no Diário Oficial no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura; b) submeter à aprovação da Secretaria Nacional de Comunicações o projeto de ins.

talação da emissora no prazo de 02 (dois) meses --.--, contado da data da publicação do extrato deste Contrato; c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 09 (nove) --.-- meses, contado da data da publicação da portaria que aprovar o projeto de instalação da emissora; d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa da Secretaria Nacional de Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato; e) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma concessionária do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade; f) ter o seu quadro societário composto por brasileiros; g) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial; h) solicitar prévia aprovação da Secretaria Nacional de Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração; i) solicitar prévia autorização da Secretaria Nacional de Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a concessão, ou ceder cotas representativas do capital social; j) observar as normas fixadas pela Secretaria Nacional de Comunicações para a execução do serviço; l) obedecer, na organização dos quadros de seu pessoal, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pela Secretaria Nacional de Comunicações; m) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão; n) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venha a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço; o) facilitar a fiscalização, pela Secretaria Nacional de Comunicações, das obrigações contraídas, prestando a este órgão todas as informações que lhe forem solicitadas; p) sus



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

pendar o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização. CLÁUSULA QUARTA: - Na organização da programação a concessionária deverá: a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão; b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrários à moral familiar e aos bons costumes; c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico; d) destinar 15% do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso; e) limitar ao máximo de 25% do horário de sua programação diária o tempo destinado à publicidade comercial; f) destinar o percentual de 65% de sua programação diária a temas, autores e intérpretes nacionais; g) transmitir durante 5 (cinco) horas semanais os programas educacionais obrigatórios; h) retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; i) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente; j) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; l) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pela Secretaria Nacional de Comunicações; m) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pela Secretaria Nacional de Comunicações; n) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; o) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico; p) manter em dia os registros da programação. CLÁUSULA QUINTA: - A frequência consignada à entidade, além de não ser de seu uso exclusivo, não lhe assegura o direito de propriedade, ficando sujeita às regras estabelecidas na



## SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

legislação vigente, ou na que vier a disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito e posse da União.

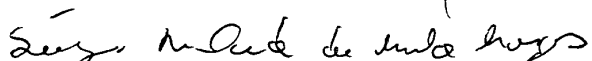
CLÁUSULA SEXTA: - A concessionária, conforme compromisso assumido em sua proposta, deverá utilizar: transmissor nacional; sistema ir radiante nacional; estúdio nacional -.-.-.-.-. CLÁUSULA

SÉTIMA: - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, sujeitará a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente. CLÁUSULA OITAVA: - Fin

do o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.



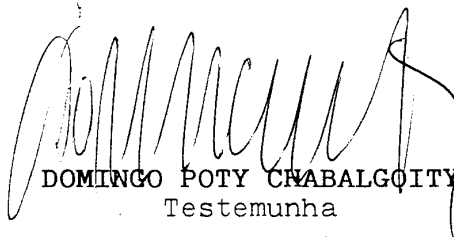
JOEL MARCIANO RAUBER  
Secretário Nacional de Comunicações



SÉRGIO RICARDO DE MELO MARQUES  
Sócio-Gerente



ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA  
Testemunha



DOMINGO POTY CHABALGOITY  
Testemunha



# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 21/12/2021 | Edição: 239 | Seção: 3 | Página: 20

Órgão: Ministério das Comunicações/Secretaria de Radiodifusão/Departamento de Outorga e Pós Outorga

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PARTES: União e Rádio Clube de Inhapim LTDA.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Clube de Inhapim Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Inhapim/MG (Processo 53000.007968/2014-37).

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 15 de dezembro de 2021. FÁBIO SALUSTINO MESQUITA DE FARIA, Ministro de Estado das Comunicações. Rodolfo Machado Moura, Procurador da Rádio Clube de Inhapim Ltda.

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12

**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

referência n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11524722)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 108

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
- Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

#### **Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

#### **Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

#### **Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

#### **Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 110

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

#### Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 112

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade                                                                                                                                                                                                                       | Base legal                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.                                            | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 114

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                             |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).                                                                                                                            | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR). Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>[1]</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito                                                                                                                                                                                                                    | Base normativa                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.                                                                                                               | Art. 222, caput, da CF.                                                                                       |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.                                                    | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.                                                                 |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.                                                               |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.                                                                                                                                                       | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.                                                                                                     | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.                                                                                                                                                              | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.                                                    |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.                                        | Art. 113, inciso II, do RSR.                                                                                  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                     | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                   | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.                                                                                                                                                                                              | Art. 113, inciso V, do RSR.                                                                                   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.                                                                                        | Art. 113, inciso VI, do RSR.                                                                                  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos tributos do Fistel.                                                                                                                                                          | Art. 113, inciso VII, do RSR.                                                                                 |



|                                                                                                                                                                 |                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.                                                      | Art. 113, inciso VIII, do RSR.             |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.                                                                                | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.                                                               | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.                                                                                                              | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portalda transparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

#### II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

##### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infeleg-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

referência nº 00010/2023/CONJUR-MD/COM/CGU/AGU (11524722)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 117

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 118



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



1. <sup>^</sup> Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Referência n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11524722) SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 120

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

|                                                                                                     |                                                                 |                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| <div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO<br/>26.169.789/0001-00<br/>MATRIZ</div>                                    | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO<br/>CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA<br/>18/10/1989</div>             |
| <div>NOME EMPRESARIAL<br/>RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA</div>                                         |                                                                 |                                                        |
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)<br/>RADIO DE CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM</div>       |                                                                 | <div>PORTE<br/>ME</div>                                |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL<br/>60.10-1-00 - Atividades de rádio</div> |                                                                 |                                                        |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS<br/>Não informada</div>               |                                                                 |                                                        |
| <div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA<br/>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>        |                                                                 |                                                        |
| <div>LOGRADOURO<br/>R PADRE VIGILATO</div>                                                          | <div>NÚMERO<br/>230</div>                                       | <div>COMPLEMENTO<br/>*****</div>                       |
| <div>CEP<br/>35.330-000</div>                                                                       | <div>BAIRRO/DISTRITO<br/>CENTRO</div>                           | <div>MUNICÍPIO<br/>INHAPIM</div>                       |
| <div>UF<br/>MG</div>                                                                                |                                                                 |                                                        |
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO<br/>RADIOCLUBE890@HOTMAIL.COM</div>                                        |                                                                 | <div>TELEFONE<br/>(33) 3315-1355/ (33) 3315-1393</div> |
| <div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)<br/>*****</div>                                              |                                                                 |                                                        |
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>ATIVA</div>                                                             | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL<br/>06/03/2004</div>            |                                                        |
| <div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>                                                             |                                                                 |                                                        |
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                                                              | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL<br/>*****</div>                  |                                                        |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 03/06/2024 às 15:45:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Anexo CNPJ e QSA (14580377)

SER 53119-029231/2021-15 / pg. 121

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:**  
26.169.789/0001-00  
**NOME EMPRESARIAL:**  
RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA  
**CAPITAL SOCIAL:**  
R\$12.000,00 (Doze mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELISEU DE SOUZA SILVA  
**Qualificação:**  
22-Sócio

**Nome/Nome Empresarial:**  
ELY DA TERRA CRISTO  
**Qualificação:**  
49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 03/06/2024 às 15:45 (data e hora de Brasília).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53115.029231/2021-15**Entidade:** RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**CNPJ nº:** 26.169.789/0001-00**FISTEL nº:** 50440675120**Localidade:** Inhapim/MG**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 07/10/2021**Período:** 24/10/2021 a 24/10/2031**Tipo de outorga a ser renovada:**

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                                                                                             | SEI nº              | Base Legal                                                                                                                                                                                                  | Observações                                                                                                         |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | <input checked="" type="radio"/> Sim<br><input type="radio"/> Não<br><input type="radio"/> Não se aplica | 8214954<br>Págs.3-4 | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | *Requerimento subscrito por Allan Pedrosa Carvalho, à época, representante legal da entidade (SEI 8214954 - Pág.6). |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Checklist 11924789

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 123

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                              |                               |                                                                                                                                                                                         |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/> Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p> | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/> Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>                                                                                                                                                                                                                               | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/> Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |
| <p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                              | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/> Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p> |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                              |                              |                                                                                                                                                                                                                 |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>                                                                                                                                                                                                                                                             | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>                                                                                                                                                                                                                                                                        | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p> | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>                         |  |
| <p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>                                                                                                             | <p><input checked="" type="checkbox"/> Sim<br/> <input type="checkbox"/> Não<br/> <input type="checkbox"/> Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p> |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                  |                              |                                                                                                                                        |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>Declaração:</p> <p>i) inexistência parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Págs.4-5</p> | <p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>                                                     |  |
| <p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>                                                                                                                                                                                          | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10928494<br/>Págs.1-4</p> | <p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p> |  |

| Documentos                                                                                                                                                                | Conformidade                                     | SEI nº                    | Base Legal                                                                                                                                               | Observações |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| <p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>10891106<br/>Pág.7</p> | <p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>     |             |
| <p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>                                                   | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p>8214954<br/>Pág.22</p> | <p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p> |             |





|                                                                                                                                                                                                                                                           |                                         |                                                                            |                                                                                                                                                   |  |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;                                                                                                                                               | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 11560317                                                                   | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI". |  |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;                                                                                                                                             | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | F<br>10928495<br>Pág.4<br>E<br>10928495<br>Pág.5<br>M<br>8214954<br>Pág.25 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".      |  |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;                                                                                                                                             | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10928494<br>Pág.5                                                          | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".    |  |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;                                                                                                                                           | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | INSS<br>10928495<br>Pág.4<br>FGTS<br>10928495<br>Pág.3                     | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".    |  |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | (X) Sim<br>( ) Não<br>( ) Não se aplica | 10928495<br>Pág.6                                                          | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".       |  |



|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                  |                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                |  |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p> | <p>(X) Sim<br/>( ) Não<br/>( ) Não se aplica</p> | <p><b>ELY DA TERRA CRISTO</b><br/>10891106<br/>Pág.9</p> <p><b>ELISEU DE SOUZA SILVA</b><br/><br/>10891106<br/>Pág.10</p> | <p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>                                                                                              |  |
| <p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | <p>(X) Sim<br/>( ) Não</p>                       | <p>10928494<br/>Págs. 9 e 13</p>                                                                                          | <p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p> |  |
| <p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <p>( ) Sim<br/>(X) Não</p>                       | <p>10928494<br/>Págs. 6-8</p>                                                                                             | <p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>                                                                                                   |  |
| <p>13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela tentora da outorga;</p>                                                                                                                                                           | <p>(X) Sim<br/>( ) Não</p>                       | <p>11525344</p>                                                                                                           | <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".</p>                                                                                                                                                    |  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9 / pg. 128

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                          |                                                                   |                   |                                                                   |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------|--|
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)? | <input type="radio"/> Sim<br><input checked="" type="radio"/> Não | 10928495<br>Pág.7 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51. |  |
|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------------------------------------------------|--|

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Conformidade                                                                                             | SEI nº | Base Legal                                                                                                              | Observações |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|
| 15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que:<br>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; | <input type="radio"/> Sim<br><input type="radio"/> Não<br><input checked="" type="radio"/> Não se aplica | n/a    | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49. |             |
| 16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | <input type="radio"/> Sim<br><input type="radio"/> Não<br><input checked="" type="radio"/> Não se aplica | n/a    | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.                                                                          |             |

| Observações Adicionais |
|------------------------|
| - n/a                  |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.gov.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 129

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

### Conclusão

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11524709** e o código CRC **262EA557**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

SEI nº 11524709



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9> / pg. 130

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 8647/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.029231/2021-15**

**INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Inhapim Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 26.169.789/0001-00**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Inhapim/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50440675120**, referente ao período de 24 de outubro de 2021 a 24 de outubro de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 8647 (11325608)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 131



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Clube de Inhapim Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 99.129, de 9 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 1990 e Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de setembro de 1991 (SEI 11524721 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de outubro de 1991 (SEI 11524721 - Págs. 3-6).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia do extrato se encontra colacionada aos autos (SEI 11524721 - Pág. 7).

8. Concernente ao período de **2001-2011**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de novembro de 2001, gerando o protocolo nº 53710.000999/2001-36, acompanhado de toda a documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado dentro do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 6647 (11323608)

SEI 53115.022929/2021-15 / pg. 132

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de abril de 2001 e 24 de julho de 2001. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Quanto ao período de **2011-2021**, a interessada protocolizou o requerimento de renovação no dia 26 de junho de 2017, sob o nº 01250.037731/2017-88. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, qual seja, 24 de abril de 2011 e 24 de julho de 2011. De igual modo, o processo foi alvo de várias análises, no entanto, o respectivo decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

10. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, acima mencionados, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

11. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente do já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período*



subsequente" (SEI 11524722).

16. Pela análise dos autos, observa-se que, em **7 de outubro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2021-2031** (SEI 8214954 - Págs. 3-4). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 24 de outubro de 2020 a 24 de outubro de 2021.

17. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11524709). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

18. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11524709).

20. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 13 de maio de 2024 (SEI 10928494 - Págs. 1-4).

21. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 0047 (11523608)

SEI 55115-020237/2021-15 / pg. 134

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



sócio administrador Ely da Terra Cristo e o sócio Eliseu de Souza Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10928494 - Págs. 10-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11525344).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Comarca de Inhapim, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11524709).

24. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11560317 - Pág.1).

25. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

26. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Nota Técnica 6647 (11525344)

SEI 55115-025257/2021-15 / pg. 135



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 6647 (11323608)

SEI 53115-029297/2021-15 / pg. 136

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de setembro de 2022, com validade até 21 de dezembro de 2031 (SEI 10928494 - Págs. 9 e 13).

30. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 13 de maio de 2024 (SEI 10928494 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 10928494 - Págs. 6-8 ). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Inhapim/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11524722).

## CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525808** e o código CRC **F37776EF**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11525810)
- Minuta de Exposição de Motivos (11525814)

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11525808



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 0047 (11525808)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 138

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15,

### RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Minuta Portaria (11325810)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 139

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525810** e o código CRC **C08F926D**.



# MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

\* MINUTA DE DOCUMENTO

## MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8.647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_, de \_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***

***A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.***

***Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.***



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Minuta Exposição de Motivos (11525814)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 141

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525814** e o código CRC **A2846FBC**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11525814



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Minuta Exposição de Motivos (11525814)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 142

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 13405, DE 5 DE JUNHO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15,

### R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à **RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 17/06/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11564079** e o código CRC **94B10778**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11564079



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infodeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Portaria 13405 Renovação FM (11364079)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 143

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de junho de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA. (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 17/06/2024, às 11:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11564083** e o código CRC **E363B693**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11564083



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Exposição de Motivos 414 Renovação FM (11564083)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 144

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51407/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 13405/2024 (11564079) e a Exposição de Motivos nº 414/2024 (11564083)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 8647/2024 (11525808), encaminho a Portaria nº 13405/2024 (11564079) e a Exposição de Motivos nº 414/2024 (11564083), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 13/06/2024, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11564090** e o código CRC **79489DCF**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11564090



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Ofício Interno 51407 (11564090)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 145

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento




A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 17/06/2024 15:31:29  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA  
**Ofício:** 10397717  
**Data prevista de publicação:** 18/06/2024  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

| Matérias        |                                |                                  |              |              |
|-----------------|--------------------------------|----------------------------------|--------------|--------------|
| Sequencial      | Arquivo(s)                     | MD5                              | Tamanho (cm) | Valor        |
| 21717281        | ATO PORTARIA MCOM NA 13457.rtf | 179fb91d5d3d0b47ead9618000558b6e | 7,00         | R\$ 272,44   |
| 21717282        | ATO PORTARIA MCOM NA 13447.rtf | 5bc7e0d78f34818e435517ec48fdfa7b | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717283        | ATO PORTARIA MCOM NA 13455.rtf | 52b65b7f8fdaecafb052447f3397efd2 | 7,00         | R\$ 272,44   |
| 21717284        | ATO PORTARIA MCOM NA 13449.rtf | 769141326db9ab7e2197d1c1b8710ad2 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717285        | ATO PORTARIA MCOM NA 11911.rtf | 6b2a452d90725d0559984ce6b88308e2 | 7,00         | R\$ 272,44   |
| 21717286        | ATO DESPACHO 225.rtf           | 7961b8fdc1c2ed5be476a213b2409685 | 5,00         | R\$ 194,60   |
| 21717307        | ATO DESPACHO 229.rtf           | a05598f3a095e4f98ffdf7ddd8f27a0b | 4,00         | R\$ 155,68   |
| 21717308        | ATO PORTARIA MCOM NA 13450.rtf | 8fc9006a0b05db73ad33f7300f742195 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717309        | ATO PORTARIA MCOM NA 13423.rtf | 7efe8addba232d78b56c84090c32bcb0 | 11,00        | R\$ 428,12   |
| 21717310        | ATO PORTARIA MCOM NA 13405.rtf | e5071a8cc533070ba42407f0553c98f3 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717311        | ATO PORTARIA MCOM NA 13407.rtf | f9111e6802e01c462e74ed31295a432d | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717312        | ATO PORTARIA MCOM NA 13408.rtf | b44060fe93957ea12ee5a1527dce24f5 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717313        | ATO PORTARIA MCOM NA 13409.rtf | dd6d11cf5affd88a6fa0fbe785318984 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717314        | ATO PORTARIA MCOM NA 13414.rtf | 16f3477e9262142f9a9f652dc866d4a4 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| 21717315        | ATO PORTARIA MCOM NA 13445.rtf | 070d9877d128b49fa5eaab0110ec95e7 | 10,00        | R\$ 389,20   |
| TOTAL DO OFICIO |                                |                                  | 131,00       | R\$ 5.098,52 |



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
n.gov.br/recibo.do?idof=10397717

Comprovante Envio Portaria 13405 (11583663) SEI 50115.029231/2021-15 / pg. 146

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/06/2024 | Edição: 115 | Seção: 1 | Página: 22

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.405, DE 5 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Publicação Portaria 13405 (11583484)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 147

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Id solicitação: 5d669cafc1b36

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade                                    |                                                                  |
|------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| <b>Nome da Entidade:</b> Radio Clube de Inhapim Ltda |                                                                  |
| <b>Nome Fantasia:</b> RADIO CLUBE DE INHAPIM 98,5 FM |                                                                  |
| <b>Telefone:</b> (33) 33151355                       | <b>E-mail:</b> radioclube890@hotmail.com                         |
| <b>CNPJ:</b> 26.169.789/0001-00                      | <b>Número do Fistel:</b> 50440675120                             |
| <b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada                     | <b>Tipo Taxa:</b> Integral                                       |
| <b>Data do contrato:</b>                             | <b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| <b>Carater:</b> Primário                             | <b>Local específico:</b>                                         |
| <b>Rede:</b>                                         | <b>Categoria da Estação:</b> Principal                           |
| <b>Val. RF:</b> 21/12/2031                           |                                                                  |
| <b>Observações:</b>                                  |                                                                  |

| Endereço Sede                         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Transmissor                          |                                        |                      |
|--------------------------------------------------|----------------------------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Amilcar de Oliveira Silva | <b>Complemento:</b> Lote 17 - Quadra 4 |                      |
| <b>Bairro:</b> Esperança                         | <b>Numero:</b> S/N                     |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim                        | <b>UF:</b> MG                          | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Principal         |                     |                      |
|---------------------------------------|---------------------|----------------------|
| <b>Logradouro:</b> Rua Padre Vigilato | <b>Complemento:</b> |                      |
| <b>Bairro:</b> Centro                 | <b>Numero:</b> 230  |                      |
| <b>Município:</b> Inhapim             | <b>UF:</b> MG       | <b>CEP:</b> 35330000 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar |                     |             |
|------------------------------|---------------------|-------------|
| <b>Logradouro:</b>           | <b>Complemento:</b> |             |
| <b>Bairro:</b>               | <b>Numero:</b>      |             |
| <b>Município:</b> -          | <b>UF:</b>          | <b>CEP:</b> |

## Informações do Plano Básico

| Localização               |               |
|---------------------------|---------------|
| <b>Município:</b> Inhapim | <b>UF:</b> MG |

| Parâmetros Técnicos |                             |                   |                              |
|---------------------|-----------------------------|-------------------|------------------------------|
| <b>Canal:</b> 253   | <b>Frequência:</b> 98.5 MHz | <b>Classe:</b> A4 | <b>ERP Máxima:</b> 13.1344kW |
| <b>HCI:</b> 52 m    | <b>Pareamento:</b>          | <b>Decalagem:</b> | <b>Fase:</b> 1               |

## Informações da Estação

| Informações Gerais                           |                                                |
|----------------------------------------------|------------------------------------------------|
| <b>Número da Estação:</b> 1014246587         | <b>Número Indicativo:</b> ZYE352               |
| <b>Data Último Licenciamento:</b> 20/09/2022 | <b>Número da Licença:</b> 53500.290285/2022-18 |



24/12/2027 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Relatório Canal 253 FM - Inhapim - MG (11565767)

SER 53143:029231/2021-15 / pg. 148

| Estação Principal                 |                                    |                              |
|-----------------------------------|------------------------------------|------------------------------|
| Localização                       |                                    |                              |
| <b>Latitude:</b> 19° 33' 18.04" S | <b>Longitude:</b> 42° 07' 34.43" W | <b>Cota da base:</b> 569.2 m |

| Transmissor Principal                                        |                                     |
|--------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Código Equipamento:</b> 002480300528                      | <b>Modelo:</b> SP 5000 ágil         |
| <b>Fabricante:</b> Auad Correa Equipamentos Eletrônicos Ltda | <b>Potência de Operação:</b> 5.0 kW |

| Linha de Transmissão Principal    |                                                  |                                  |                              |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------|----------------------------------|------------------------------|
| <b>Modelo:</b> LCF158-50JA        | <b>Fabricante:</b> RFS - Radio Frequency Systems |                                  |                              |
| <b>Comprimento da Linha:</b> 56 m | <b>Atenuação:</b> 0.635 dB/100m                  | <b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB | <b>Impedância:</b> 50.0 ohms |

| Antena Principal         |                                          |                             |                              |                  |                             |
|--------------------------|------------------------------------------|-----------------------------|------------------------------|------------------|-----------------------------|
| <b>Modelo:</b> INV-30-06 | <b>Fabricante:</b> Inovator Antenas Ltda |                             |                              |                  |                             |
| <b>Ganho:</b> 5.05 dBd   | <b>Beam-Tilt:</b> 4° °                   | <b>Orientação NV:</b> 170 ° | <b>Polarização:</b> Vertical | <b>HCI:</b> 52 m | <b>ERP Máxima:</b> 13.13 kW |

| Padrão de Antena dBd |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0°: 8.51             | 5°: 8.51   | 10°: 8.34  | 15°: 8.34  | 20°: 8.17  | 25°: 8.01  | 30°: 7.85  | 35°: 7.69  | 40°: 7.53  | 45°: 7.23  | 50°: 6.93  | 55°: 6.65  |
| 60°: 6.51            | 65°: 6.24  | 70°: 5.97  | 75°: 5.84  | 80°: 5.59  | 85°: 5.35  | 90°: 5.11  | 95°: 4.88  | 100°: 4.65 | 105°: 4.43 | 110°: 4.11 | 115°: 3.91 |
| 120°: 3.7            | 125°: 3.51 | 130°: 3.41 | 135°: 3.22 | 140°: 3.03 | 145°: 2.85 | 150°: 2.76 | 155°: 2.67 | 160°: 2.58 | 165°: 2.58 | 170°: 2.49 | 175°: 2.58 |
| 180°: 2.67           | 185°: 2.76 | 190°: 2.85 | 195°: 2.94 | 200°: 3.03 | 205°: 3.12 | 210°: 3.31 | 215°: 3.51 | 220°: 3.7  | 225°: 3.91 | 230°: 4.11 | 235°: 4.43 |
| 240°: 4.76           | 245°: 4.99 | 250°: 5.23 | 255°: 5.47 | 260°: 5.72 | 265°: 5.97 | 270°: 6.24 | 275°: 6.51 | 280°: 6.79 | 285°: 6.93 | 290°: 7.08 | 295°: 7.38 |
| 300°: 7.53           | 305°: 7.69 | 310°: 7.85 | 315°: 8.01 | 320°: 8.17 | 325°: 8.34 | 330°: 8.34 | 335°: 8.51 | 340°: 8.51 | 345°: 8.51 | 350°: 8.51 | 355°: 8.51 |

| Coordenadas por radial                         |                                                |                                               |                                               |                                               |                                              |                                               |                                               |                                               |                                               |                                                |                                                |
|------------------------------------------------|------------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------|------------------------------------------------|
| 0°: Lat 19°2 0'51.09" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 5°: Lat 19°2 2'47.32" S<br>Lon 42°6'35.93" W   | 10°: Lat 19° 25'14.64" S<br>Lon 42°6'4.05" W  | 15°: Lat 19° 29'12.95" S<br>Lon 42°6'24.77" W | 20°: Lat 19°30'22" S<br>Lon 42°6'26.46" W     | 25°: Lat 19° 30'23.95" S<br>Lon 42°6'8.31" W | 30°: Lat 19° 30'31.69" S<br>Lon 42°5'52.54" W | 35°: Lat 19°28'9.15" S<br>Lon 42°3'45.06" W   | 40°: Lat 19° 26'43.76" S<br>Lon 42°1'43.67" W | 45°: Lat 19° 28'14.47" S<br>Lon 42°2'12.53" W | 50°: Lat 19°31'8.46" S<br>Lon 42°4'50.61" W    | 55°: Lat 19° 31'19.68" S<br>Lon 42°4'35.13" W  |
| 60°: Lat 19° 31'34.86" S<br>Lon 42°4'24.87" W  | 65°: Lat 19° 31'48.81" S<br>Lon 42°4'11.48" W  | 70°: Lat 19°32'5.82" S<br>Lon 42°4'4" W       | 75°: Lat 19° 32'22.15" S<br>Lon 42°3'53.26" W | 80°: Lat 19° 32'40.53" S<br>Lon 42°3'48.93" W | 85°: Lat 19° 32'58.78" S<br>Lon 42°3'41.3" W | 90°: Lat 19° 33'17.99" S<br>Lon 42°3'40.4" W  | 95°: Lat 19° 33'37.63" S<br>Lon 42°3'36.27" W | 100°: Lat 19°33'57.93" S<br>Lon 42°3'34.03" W | 105°: Lat 19°34'17.53" S<br>Lon 42°3'38.63" W | 110°: Lat 19°34'38.28" S<br>Lon 42°3'40.29" W  | 115°: Lat 19°34'59.21" S<br>Lon 42°3'44.04" W  |
| 120°: Lat 19°35'17.75" S<br>Lon 42°3'54.28" W  | 125°: Lat 19°35'38.09" S<br>Lon 42°4'2.06" W   | 130°: Lat 19°35'55" S<br>Lon 42°4'15.82" W    | 135°: Lat 19°36'10.71" S<br>Lon 42°4'31.1" W  | 140°: Lat 19°36'28.75" S<br>Lon 42°4'44.53" W | 145°: Lat 19°36'41.97" S<br>Lon 42°5'2.82" W | 150°: Lat 19°36'57.75" S<br>Lon 42°5'19.75" W | 155°: Lat 19°37'7.98" S<br>Lon 42°5'40.59" W  | 160°: Lat 19°37'16.45" S<br>Lon 42°6'2.3" W   | 165°: Lat 19°38'50.15" S<br>Lon 42°5'59.94" W | 170°: Lat 19°41'49.44" S<br>Lon 42°5'58.65" W  | 175°: Lat 19°42'52.06" S<br>Lon 42°6'41.08" W  |
| 180°: Lat 19°42'2.08" S<br>Lon 42°7'34.43" W   | 185°: Lat 19°39'43.08" S<br>Lon 42°8'10.2" W   | 190°: Lat 19°37'23.24" S<br>Lon 42°8'20.33" W | 195°: Lat 19°37'18.53" S<br>Lon 42°8'42.84" W | 200°: Lat 19°37'12" S<br>Lon 42°9'4.83" W     | 205°: Lat 19°37'3.68" S<br>Lon 42°9'26.14" W | 210°: Lat 19°36'49.54" S<br>Lon 42°9'44.07" W | 215°: Lat 19°36'38.09" S<br>Lon 42°10'3.14" W | 220°: Lat 19°36'46.9" S<br>Lon 42°10'40.51" W | 225°: Lat 19°36'54.3" S<br>Lon 42°11'24.05" W | 230°: Lat 19°37'29.45" S<br>Lon 42°12'52.63" W | 235°: Lat 19°36'10.72" S<br>Lon 42°13'56.29" W |
| 240°: Lat 19°36'38.3" S<br>Lon 42°13'42.85" W  | 245°: Lat 19°36'13.29" S<br>Lon 42°13'66" W    | 250°: Lat 19°35'36.6" S<br>Lon 42°14'18.88" W | 255°: Lat 19°35'27.33" S<br>Lon 42°16'7.41" W | 260°: Lat 19°34'11.07" S<br>Lon 2°54'14" W    | 265°: Lat 19°33'39.27" S<br>Lon 1°52.64" W   | 270°: Lat 19°33'17.99" S<br>Lon 1°33.49" W    | 275°: Lat 19°33'0.02" S<br>Lon 1°12.52" W     | 280°: Lat 19°32'43" S<br>Lon 42°11'5.06" W    | 285°: Lat 19°32'24.61" S<br>Lon 42°11'5.88" W | 290°: Lat 19°31'2.48" S<br>Lon 42°14'9.23" W   | 295°: Lat 19°30'14.51" S<br>Lon 4°31.65" W     |
| 300°: Lat 19°29'19.58" S<br>Lon 42°14'52.28" W | 305°: Lat 19°28'14.57" S<br>Lon 42°15'13.86" W | 310°: Lat 19°28'51.21" S<br>Lon 3°11.62" W    | 315°: Lat 19°27'57.69" S<br>Lon 42°13'14.1" W | 320°: Lat 19°27'9.21" S<br>Lon 42°13'2.58" W  | 325°: Lat 19°26'39.77" S<br>Lon 2°30.11" W   | 330°: Lat 19°25'56.46" S<br>Lon 42°12'4.74" W | 335°: Lat 19°25'1.55" S<br>Lon 11°39.88" W    | 340°: Lat 19°23'23.05" S<br>Lon 1°23.99" W    | 345°: Lat 19°22'52.72" S<br>Lon 0°32.04" W    | 350°: Lat 19°22'35.84" S<br>Lon 42°9'34.46" W  | 355°: Lat 19°21'55.35" S<br>Lon 42°8'37.74" W  |

| Distância por radial |            |            |            |           |           |           |           |           |            |            |            |
|----------------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|------------|------------|
| 0°: 23.1             | 5°: 19.6   | 10°: 15.2  | 15°: 7.8   | 20°: 5.8  | 25°: 5.9  | 30°: 5.9  | 35°: 11.6 | 40°: 15.9 | 45°: 13.3  | 50°: 6.2   | 55°: 6.4   |
| 60°: 6.4             | 65°: 6.5   | 70°: 6.5   | 75°: 6.7   | 80°: 6.7  | 85°: 6.8  | 90°: 6.8  | 95°: 7    | 100°: 7.1 | 105°: 7.1  | 110°: 7.3  | 115°: 7.4  |
| 120°: 7.4            | 125°: 7.5  | 130°: 7.5  | 135°: 7.5  | 140°: 7.7 | 145°: 7.7 | 150°: 7.8 | 155°: 7.8 | 160°: 7.8 | 165°: 10.6 | 170°: 16   | 175°: 17.8 |
| 180°: 16.2           | 185°: 11.9 | 190°: 7.7  | 195°: 7.7  | 200°: 7.7 | 205°: 7.7 | 210°: 7.5 | 215°: 7.5 | 220°: 8.4 | 225°: 9.4  | 230°: 12.1 | 235°: 9.3  |
| 240°: 12.4           | 245°: 12.8 | 250°: 12.5 | 255°: 15.5 | 260°: 9.4 | 265°: 7.5 | 270°: 7   | 275°: 6.4 | 280°: 6.2 | 285°: 6.4  | 290°: 12.2 | 295°: 13.4 |



24.12.2027 eletronicamente, após conferência com original.

<https://inteligencia-autenticidade-assinatura.camara-leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Relatório Canal 253 FM - Inapim - MG (1565767)

SEP 30 15:029231/2021-15 / pg. 149

|            |            |            |          |            |          |            |            |            |          |            |            |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|
| 300º: 14.7 | 305º: 16.3 | 310º: 12.8 | 315º: 14 | 320º: 14.9 | 325º: 15 | 330º: 15.7 | 335º: 16.9 | 340º: 19.6 | 345º: 20 | 350º: 20.1 | 355º: 21.2 |
|------------|------------|------------|----------|------------|----------|------------|------------|------------|----------|------------|------------|

|                      |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|----------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Estação Auxiliar     |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Transmissor Auxiliar |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:  |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:          |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                        |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
|------------------------|--|--|--|--|--|------------------------------------|--|--|--|--|--|
| Transmissor Auxiliar 2 |  |  |  |  |  |                                    |  |  |  |  |  |
| Código Equipamento:    |  |  |  |  |  | Modelo: Equipamento não encontrado |  |  |  |  |  |
| Fabricante:            |  |  |  |  |  | Potência de Operação: kW           |  |  |  |  |  |

|                               |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
|-------------------------------|--|--|--------------------|--|--|-----------------------|--|--|------------------|--|--|
| Linha de Transmissão Auxiliar |  |  |                    |  |  |                       |  |  |                  |  |  |
| Modelo:                       |  |  |                    |  |  | Fabricante:           |  |  |                  |  |  |
| Comprimento da Linha: m       |  |  | Atenuação: dB/100m |  |  | Perdas Acessórias: dB |  |  | Impedância: ohms |  |  |

|                 |              |                  |              |        |                      |
|-----------------|--------------|------------------|--------------|--------|----------------------|
| Antena Auxiliar |              |                  |              |        |                      |
| Modelo:         |              |                  | Fabricante:  |        |                      |
| Ganho: dBd      | Beam-Tilt: ° | Orientação NV: ° | Polarização: | HCl: m | ERP Máxima: 13.13 kW |
| RDS             |              |                  |              |        |                      |
| Código PI:      |              |                  |              |        |                      |

|                                     |               |                |       |              |            |                      |          |
|-------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|------------|----------------------|----------|
| Informações do documento de Outorga |               |                |       |              |            |                      |          |
| Núm Processo                        | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc         | Natureza |
| 53000007968201437                   | 98            | Termo Aditivo  | MC    | 15/12/2021   | 21/12/2021 | Outros Atos Jurídico | Jurídico |

|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |
|-------------------------------------------------|---------------|----------------|-------|--------------|----------|--------------|----------|
| Informações do documento de Aprovação de Locais |               |                |       |              |          |              |          |
| Núm Processo                                    | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|                                                 |               |                |       |              |          |              |          |

|                                  |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
|----------------------------------|---------------|---------------------|--------|--------------|------------|-------------------------------------------------------------|----------|
| Histórico de Documentos Emitidos |               |                     |        |              |            |                                                             |          |
| Núm Processo                     | Núm Documento | Tipo Documento      | Orgão  | Data do docu | Data DOU   | Razão do Doc                                                | Natureza |
| 9999                             | 99129         | Decreto             | MC     | 09/03/1990   | 12/03/1990 | Outorga                                                     | Jurídico |
| 9999                             | 174           | Decreto Legislativo | CN     | 05/09/1991   | 06/09/1991 | Deliber. do C. Nacional                                     | Jurídico |
| 9999                             | 99            | Portaria            | DMC-MG | 29/07/1993   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 9999                             | 308           | Portaria            | SSCE   | 22/05/2007   | 06/07/2007 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.065523/2017-83             | 10551         | Ato                 | ORLE   | 21/07/2017   | 21/08/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53500.020838/2020-05             | 99            | Despacho            | ER04   | 19/05/2020   |            | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico  |
| 53500.008279/2022-19             | 2099          | Ato                 | ORLE   | 05/02/2022   | 17/02/2022 | Autoriza o Uso de Radiofrequência                           | Técnico  |
| 53115.029231/2021-15             | 13405         | Portaria            | MC     | 05/06/2024   | 18/06/2024 | Renovação                                                   | Jurídico |

|                          |  |  |  |  |  |  |  |
|--------------------------|--|--|--|--|--|--|--|
| Horário de funcionamento |  |  |  |  |  |  |  |
|                          |  |  |  |  |  |  |  |







**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 51983/2024/MCOM

Brasília, 19 de junho de 2024

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11564083)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 8647/2024 (11525808), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 414/2024 (11564083), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 19/06/2024, às 15:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11588621** e o código CRC **D1145FB4**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11588621



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Ofício Interno 51983 (11588621)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 151

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Brasília, 25 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada em 18 de junho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA. (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho***



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Exposição de Motivos nº 00513/2024-MCOM (11597955)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 152

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 22172/2024/MCOM

Ao Senhor  
**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.029231/2021-15.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 25/06/2024, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11598056** e o código CRC **CC78AD97**.

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11598056



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Ofício 22172 (11598056)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 153

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

EM nº 00513/2024 MCOM

Brasília, 25 de Junho de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8647/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada em 18 de junho de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada à RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA. (CNPJ nº 26.169.789/0001-00), nos termos do Decreto nº 99.129, datado em 9 de março de 1990, publicado em 12 de março de 1990, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado em 6 de setembro de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 18/06/2024 1 Edição: 115 1 Seção: 11 Página: 22

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA MCOM Nº 13.405, DE 5 DE JUNHO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.029231/2021-15, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, número de inscrição no FISTEL nº 50440675120, a partir de 24 de outubro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



1

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR**  
**ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915**

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**

**INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)**

**ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)**

**Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.**

**I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) n° 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) n° 05, de 2022;**

**II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);**

**III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;**

**IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;**

**V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.**

**I – RELATÓRIO**

1. Por meio do Ofício Interno n° 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei n° 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto n° 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo n° 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU n° 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

**ORIENTAÇÃO NORMATIVA N° 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.**

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo n° 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar n° 73, de 1993:

**I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.**

**II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:**

**a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e**

**b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:  
  
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins





habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações – SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial). Portanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

#### ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

**Enunciado nº 7**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## **II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

### **II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS**

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados os há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

## II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade                                                                                                                                                                                                                       | Base legal                                                                                        |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.                                            | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.                            |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |
| Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022.                                                                                                                  |                                                                                                   |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

|                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).       | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.                            |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º do

Atestado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente<sup>III</sup>.

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

## II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito                                                                                                                                                                                                                    | Base normativa                                                                                                |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.                                                                                                               | Art. 222, caput, da CF.                                                                                       |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.                                                    | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.                                                                 |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.                                                               |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.                                                                                                                                                       | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.                                                                                                     | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.                                                                                                                                                              | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.                                                          |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.                            | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.                                                    |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.                                        | Art. 113, inciso II, do RSR.                                                                                  |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                     | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.                                                                                                                   | Art. 113, inciso IV, do RSR.                                                                                  |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ.                                                                                                                                                                                              | Art. 113, inciso V, do RSR.                                                                                   |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.                                                                                        | Art. 113, inciso VI, do RSR.                                                                                  |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.                                                                                                                                                          | Art. 113, inciso VII, do RSR.                                                                                 |

Prova de regularidade relativa à seguridade social  
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

|                                                                                                                                                                 |                                            |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------|
| FGTS.                                                                                                                                                           |                                            |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.                                                                                | Art. 113, IX, do RSR.                      |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR.                      |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.                                                               | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida.                                                                                                              | Art. 31-A, I, do RSR.                      |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

## II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

### MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

### III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RÁDIO-DIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



## Notas

1. <sup>^</sup> [Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU \(NUP nº 01250.002830/2019-19\), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.](#)



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**  
**CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
**GABINETE - GAB**  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
**FELIPE NOGUEIRA FERNANDES**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**NOTA TÉCNICA Nº 8647/2024/SEI-MCOM**

**PROCESSO: 53115.029231/2021-15**

**INTERESSADA: RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Clube de Inhapim Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 26.169.789/0001-00**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Inhapim/MG, vinculado ao **FISTEL nº 50440675120**, referente ao período de 24 de outubro de 2021 a 24 de outubro de 2031.
2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

**ANÁLISE**

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 8647 (14525806)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 1



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Clube de Inhapim Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 99.129, de 9 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União do dia 12 de março de 1990 e Decreto Legislativo nº 174, de 1991, publicado no Diário Oficial da União do dia 6 de setembro de 1991 (SEI 11524721 - Págs. 1-2). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 24 de outubro de 1991 (SEI 11524721 - Págs. 3-6).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia do extrato se encontra colacionada aos autos (SEI 11524721 - Pág. 7).

8. Concernente ao período de **2001-2011**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de novembro de 2001, gerando o protocolo nº 53710.000999/2001-36, acompanhado de toda a documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado dentro do prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 8947 (14525886)

SEI 53113.029231/2021-15 / pg. 2

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 24 de abril de 2001 e 24 de julho de 2001. O processo foi alvo de diversas análises, porém, o decênio venceu antes da decisão da autoridade competente quanto à renovação (ou não) da outorga.

9. Quanto ao período de **2011-2021**, a interessada protocolizou o requerimento de renovação no dia 26 de junho de 2017, sob o nº 01250.037731/2017-88. Vê-se, portanto, que o pedido de renovação da outorga é intempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera após o prazo legal vigente à época, qual seja, 24 de abril de 2011 e 24 de julho de 2011. De igual modo, o processo foi alvo de várias análises, no entanto, o respectivo decênio venceu antes da decisão conclusiva sobre o assunto.

10. Sobre a recepção dos pedidos intempestivos, acima mencionados, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

**Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.**

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

11. Desta feita, entende-se que os pedidos de renovação intempestivos da interessada foram agasalhados pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passaram a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade dos pleitos.

12. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

13. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

14. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

15. De todo modo, deve-se salientar que, por meio do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações firmou o entendimento de que *"Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente do já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 8047 (14325806)

SEI 55113.029231/2021-15 / pg. 3

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

subsequente" (SEI 11524722).

16. Pela análise dos autos, observa-se que, em **7 de outubro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2021-2031** (SEI 8214954 - Págs. 3-4). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 24 de outubro de 2020 a 24 de outubro de 2021.

17. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11524709). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

18. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

19. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11524709).

20. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 13 de maio de 2024 (SEI 10928494 - Págs. 1-4).

21. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 8047 (14525886)

SEI 53113.029231/2021-15 / pg. 4

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

sócio administrador Ely da Terra Cristo e o sócio Eliseu de Souza Silva não compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 10928494 - Págs. 10-12). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 11525344).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Comarca de Inhapim, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11524709).

24. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11560317 - Pág.1).

25. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

26. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/sei/11525344-1-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 6047 (14525344)

SEI 55113-029231/2021-15 / pg. 5



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

27. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

28. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 6047 (14525806)

SEI 55113-029237/2021-15 / pg. 6

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

29. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 20 de setembro de 2022, com validade até 21 de dezembro de 2031 (SEI 10928494 - Págs. 9 e 13).

30. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 13 de maio de 2024 (SEI 10928494 - Pág. 5). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 10928494 - Págs. 6-8 ). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Inhapim/MG, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11524722).

## CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.



À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 10:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico**, em 04/06/2024, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 04/06/2024, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/06/2024, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11525808** e o código CRC **F37776EF**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11525810)
- Minuta de Exposição de Motivos (11525814)

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

Documento nº 11525808



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

Nota Técnica 6047 (11525808)

SEI 53115.029231/2021-15 / pg. 8

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 28 de junho de 2024.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, outorgada à RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 513 2024 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, GSISTE NI, em 28/06/2024, às 15:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5857156** e o código CRC **5EB1CED9** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 733/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 53115.029231/2021-15.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00513/2024 MCOM, de 25 de Junho de 2024, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de Inhapim (MG).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00513/2024 MCOM (5856942), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.029231/2021-15, acompanhado da [Portaria MCOM nº 13.405, de 5 de junho de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 24 de outubro de 2021, no município de Inhapim, estado de Minas Gerais, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 26.169.789/0001-00, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)<sup>[1]</sup>, e em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)<sup>[2]</sup>.
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGE<sup>[3]</sup>, de 05/10/2023 (5856929), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
  - Nota Técnica nº 8647/2024/SEI-MCOM, de 04/06/2024 (5857154), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 31, que o caso concreto dispensa a análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 04/06/2024 (5856931), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)<sup>[4]</sup>; e
  - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)<sup>[5]</sup>, que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

|                   |                               |
|-------------------|-------------------------------|
| CNPJ:             | 26.169.789/0001-00            |
| NOME EMPRESARIAL: | RADIO CLUBE DE INHAPIM LTDA   |
| CAPITAL SOCIAL:   | R\$12.000,00 (Doze mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

|                        |                       |
|------------------------|-----------------------|
| Nome/Nome Empresarial: | ELISEU DE SOUZA SILVA |
| Qualificação:          | 22-Sócio              |

|                        |                        |
|------------------------|------------------------|
| Nome/Nome Empresarial: | ELY DA TERRA CRISTO    |
| Qualificação:          | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.  
Emitido no dia 13/08/2024 às 14:48 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024](#).

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da [Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014](#), que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O [SIAACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação,ivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

operadoras de radiodifusão.

[5] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 04/11/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 04/11/2024, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 05/11/2024, às 10:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5997269** e o código CRC **D960A15B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.029231/2021-15

SEI nº 5997269

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Subsecretaria de Gestão Interna da Secretaria-Executiva da Casa Civil

Brasília, 23 de agosto de 2024.

**Referência: Exposição de Motivos nº 513/2024 - MCOM.**

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as Unidades competentes pelas em análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

**CAMILA MACHADO PIRES**  
Assessora Técnica SSGI/SE/CC/PR



Documento assinado eletronicamente por **Camila Machado Pires, Assistente Técnico(a)**, em 23/08/2024, às 18:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6028836** e o código CRC **2F73CF4D** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.029231/2021-15

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 805 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

|                     |                                                                                                                                              |
|---------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Interessado:</b> | RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA                                                                                                                  |
| <b>Assunto:</b>     | Serviço de Radiodifusão.<br>Renovação de radio comercial FM.<br>Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição). |
| <b>Processo:</b>    | 53115.029231/2021-15                                                                                                                         |

Senhora Secretária Especial Adjunta,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.029231/2021-15, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO CLUBE DE INHAPIM LTDA** CNPJ nº 26.169.789/0001-00, na localidade de **Inhapim/MG**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a **verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações**, no âmbito das atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Estado publicou sua **Portaria de renovação**.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, "o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.029231/2021-15, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**GABRIELA FERREIRA GOMES**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República - Substituta

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Ferreira Gomes, Estagiário(a)**, em 19/09/2024, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery, Assessor**, em 24/09/2024, às 16:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 25/09/2024, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula, Secretário(a) Especial Adjunto(a) substituto(a)**, em 25/09/2024, às 12:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6101938** e o código CRC **FA573F5B** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)



MENSAGEM Nº 1.422

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2024, que renova, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada anteriormente conferida à Rádio Clube de Inhapim Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Brasília, 6 de novembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ASSINADO DIGITALMENTE  
**LUIZ INACIO LULA DA SILVA**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6216466) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 07/11/2024, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6217227** e o código CRC **1E24DCC0** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Processo nº 53115.029231/2021-15

SEI nº 6217227



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.422, de 6 de novembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2024, que renova, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada anteriormente conferida à Rádio Clube de Inhapim Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago**, Secretário(a) Adjunto(a), em 07/11/2024, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 07/11/2024, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6217473** e o código CRC **D67EE87F** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2024, que renova, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada anteriormente conferida à Rádio Clube de Inhapim Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1568/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 13.405, de 5 de junho de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 18 de junho de 2024, que renova, a partir de 24 de outubro de 2021, a concessão outorgada anteriormente conferida à Rádio Clube de Inhapim Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Inhapim, Estado de Minas Gerais.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/11/2024, às 19:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6218413** e o código CRC **7E30E139** no site: [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.029231/2021-15

SEI nº 6218413

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9>

ee78e141-d592-46c6-bd9b-02f9a0d842d9